

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCAR  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS – CECH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS

MARIA BERNADETE REIS MAIA

PESCADORAS DE BARREIRINHA (AM): CONQUISTANDO DIREITOS E  
RESIGNANDO MITOS

São Carlos – São Paulo

Outubro

2015

MARIA BERNADETE REIS MAIA

PESCADORAS DE BARREIRINHA (AM): CONQUISTANDO DIREITOS E  
RESIGNANDO MITOS

Tese de doutorado apresentada  
ao Programa de Pós-Graduação  
em Sociologia como requisito  
para a obtenção do título de  
doutor sob a orientação do Prof.  
Dr. Jacob Carlos Lima.

São Carlos – São Paulo

Outubro

2015

Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da Biblioteca Comunitária UFSCar  
Processamento Técnico  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M217p      Maia, Maria Bernadete Reis  
              Pescadoras de Barreirinha (AM) : conquistando  
direitos e resignando mitos / Maria Bernadete Reis  
Maia. -- São Carlos : UFSCar, 2016.  
              149 p.

              Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São  
Carlos, 2015.

              1. Gênero. 2. Ecofeminismo. 3. Trabalho e pesca.  
I. Título.

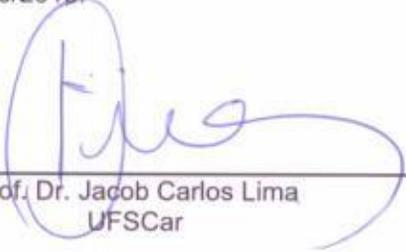


---

**Folha de Aprovação**

---

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado da candidata Maria Bernadete Reis Maia, realizada em 29/10/2015:



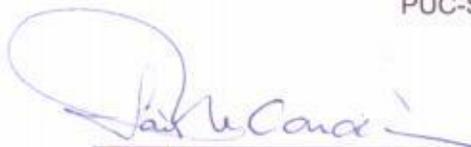
---

Prof. Dr. Jacob Carlos Lima  
UFSCar



---

Profa. Dra. Carmen Sylvia de Alvarenga Junqueira  
PUC-SP



---

Profa. Dra. Laís Maretti Cardia  
UFAC



---

Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva  
UFSCar



---

Profa. Dra. Maria Ines Rauter Mancuso  
UFSCar

Para meu pai, Benedito Maia; para minha mãe, Eth Maia; e para meu irmão, Dawson. Família incansável que sonhou comigo a conclusão deste doutorado.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que não mediram esforços e sacrifícios para que eu realizasse esse sonho.

Ao programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, na figura do meu orientador Jacob Carlos Lima, obrigada por todo saber compartilhado.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas, pelo financiamento, que tornou possível minha dedicação integral nesses quatro anos.

Aos meus colegas da turma de 2011, do doutorado em Sociologia, pela trajetória compartilhada.

Aos meus colegas do grupo de pesquisa LEST, pela amizade e conhecimentos compartilhados.

## RESUMO

A pesquisa teve como objetivo, analisar em que medida, a inserção da mulher na pesca profissional na Amazônia modifica e influencia no cotidiano da atividade das pescadoras artesanais de Barreirinha (Amazonas). Buscou-se entender como o exercício da pesca profissional interfere nas dimensões materiais e simbólicas das relações entre os sexos no trabalho; nas relações com as entidades organizativas dos pescadores; e, na relação com o benefício do Seguro Desemprego do Pescador Artesanal (SDPA). Temos como hipótese que o SDPA está modificando papéis sociais, ao conceder um benefício às pescadoras artesanais. A política tem levado as mulheres a associar-se a Colônia dos Pescadores (Z-45), com o intuito de terem acesso ao benefício, sem, contudo, alterar os fundamentos familiares do homem como provedor. Como metodologia optamos pela pesquisa qualitativa, na qual, entrevistas e observações diretas do *lócus* da pesquisa constituíram-se, como técnicas indispensáveis para conhecer, além da prática cotidiana da pesca, as relações entre os gêneros e a desmistificação do mito do *panema*, segundo o qual, a mulher seria portadora de um estado de azar, ao exercer a pesca. Contudo, a pesquisa concluiu que, a mulher sempre pescou, e com a implantação do SDPA em águas interiores, propiciou o reconhecimento profissional levando-a a superar mitos e provar que, conjuntamente com a figura masculina, pode ser uma pescadora profissional e provedora da unidade familiar.

Palavras-chave: Gênero; Ecofeminismo; Trabalho e Pesca.

## RESUMÉ

La recherche visait à analyser dans quelle mesure les femmes insertion dans'S pêche professionnelle dans les changements Amazon et les influences de l'activité quotidienne des pêcheurs artisanaux de Barreirinha (Amazonas). Il a cherché à comprendre comment l'exercice de la pêche professionnelle interfère avec les dimensions matérielles et symboliques des relations entre les sexes au travail; dans les relations avec les instances organisatrices des pêcheurs; et, par rapport au bénéfice de l'assurance-chômage Fisherman Artisanal (PDSA). Nous émettons l'hypothèse que l'SDPA change les rôles sociaux, de fournir un avantage pour les pêcheurs artisanaux. La politique a conduit les femmes à se joindre à la colonie de pêcheurs (Z-45), afin d'avoir accès à la prestation, sans toutefois modifier les fondements de la famille de l'homme en tant que fournisseur. La méthodologie, nous avons choisi la recherche qualitative, dont les entretiens et la recherche du lieu d'observations directes ont été formés en techniques indispensables à connaître, au-delà de la pratique de la pêche quotidienne, les relations entre les sexes et la démythification de mythe *Panema*, selon le que la femme apporterait un état de jeu, de se livrer à la pêche. Cependant, la recherche a conclu que la femme toujours pêché, et avec la mise en œuvre de SDPA intérieure, à condition que la reconnaissance professionnelle conduisant elle à surmonter les mythes et prouver que, en même temps que la figure masculine peut être un pêcheuse professionnel et fournisseur de unité familiale.

Mots-clés: Sexe; L'écoféminisme; Travail et de la Pêche.

## ABSTRACT

The research aimed to analyze to what extent women's insertion in professional fishing in the Amazon changes and influences in the daily activity of artisanal fishers of Barreirinha (Amazonas). He sought to understand how the exercise of professional fishing interferes with material and symbolic dimensions of relations between the sexes at work; in relations with the organizing bodies of the fishermen; and, in relation to the benefit of unemployment insurance Fisherman Artisanal (SDPA). We hypothesized that the SDPA is changing social roles, to provide a benefit to artisanal fishers. The policy has led women to join the Fishermen Colony (Z-45), in order to have access to the benefit, without, however, changing the family foundations of man as provider. The methodology we chose qualitative research, in which interviews and research the locus of direct observations were formed as indispensable techniques to know, beyond everyday fishing practice, relations between genders and the demystification of *panema* myth, according to the which the woman would bring a gambling state, to engage in fishing. However, the research concluded that the woman always fished, and with the implementation of SDPA inland, provided the professional recognition leading her to overcome myths and prove that, together with the male figure can be a professional fisherwoman and provider of family unit.

Keywords: Gender; Ecofeminism; Labor and Fishing.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Paisagem Amazônica	23
Figura 2	Família Amazônica em uma canoa movimentada por um motor de rabeta	23
Figura 3	Furo do Pucú Barreirinha/AM, em época de seca	25
Figura 4	Frente do município de Barreirinha/AM, em época de enchente	25
Figura 5	Rua do Município de Barreirinha, em época de cheia dos rios	25
Figura 6	Visão Panorâmica da frente de Barreirinha/AM	29
Figura 7	Localização Geográfica do Município de Barreirinha/AM	30
Figura 8	Mapa hidrológico de Barreirinha/AM	31
Figura 9	Família de Ribeirinhos em época de cheia dos rios no Amazonas	62
Figura 10	Pescadora acompanhada da filha recolhendo a malhadeira	68
Figura 11	Pescadora organizando o peixe em cambadas	71
Figura 12	Pescadora organizando o peixe em cambadas para vender	71
Figura 13	Tambaqui - Espécie de peixe tradicional	73
Figura 14	Jaraqui - Espécie de peixe tradicional	73
Figura 15	Mulher Amazônica trabalhando em umas das etapas da produção de farinha de mandioca. Ao fundo tipo de moradia típico do ambiente de terra firme	76
Figura 16	Tipo de residência das famílias na Amazônia	77
Figura 17	Caldeirada de Tambaqui, prato típico Amazônico	78
Figura 18	Tambaqui assado na brasa, prato típico nas mesas Amazonidas	78
Figura 19	Fogão a lenha comum nas casas ribeirinhas do Amazonas	78
Figura 20	Preparação do Jaraqui frito	78
Figura 21	Mercado e feira municipal em época de cheia dos rios.	79
Figura 22	Pescadora acompanhada da filha verificando a malhadeira.	82

Figura 23	Pescadora acompanhada da filha verificando a malhadeira.	82
Figura 24	Pescadora acompanhada da filha verificando a malhadeira	87
Figura 25	Pescadora acompanhada da filha verificando a malhadeira	87
Figura 26	Pescadora conduzindo a canoa para verificar os peixes capturados durante o dia.	89
Figura 27	Pescadora conferindo a malhadeira em dia de pesca nas proximidades de sua residência	91
Figura 28	Pescadora conferindo a malhadeira em dia de pesca nas proximidades de sua residência	91
Figura 29	Pescadora conferindo a malhadeira em dia de pesca nas proximidades de sua residência	91
Figura 30	Pescadora conferindo a malhadeira em dia de pesca nas proximidades de sua residência	91
Figura 31	Família demonstrando como preparam as refeições.	94
Figura 32	Preparo do peixe e organização em sacolas para venda	96
Figura 33	Preparo do peixe e organização em sacolas para venda	96
Figura 34	Esquema sobre a Organização da Administração do Seguro Desemprego do Pescador Artesanal	105
Figura 35	Mapa da localização do Paraná do Ramos e do Rio Andirá	149
Figura 36	Mapa da localização de Manaus, Barreirinha e Parintins, no Amazonas	149
Figura 37	Mapa da localização de Manaus, Manacapuru e Careiro da Várzea, no Amazonas	149

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Perfil das Pescadoras Artesanais de Barreirinha/AM	67
Quadro 2	Preço do pescado pago/kg e relação com o período hidrológico entre os entrepostos comerciais de pescado	73
Quadro 3	Tabela do perfil associativo e benefícios recebidos pelas Pescadoras de Barreirinha/AM	110

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BASA – Banco da Amazônia.

SDPA – Seguro Desemprego do Pescador Artesanal.

PSDPA – Política do Seguro Desemprego do Pescador Artesanal.

Z-45 – Zona Quarenta e Cinco.

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. A PESQUISA	18
2.1. Caracterização do <i>locus</i> da Pesquisa	23
2.2. O Município de Barreirinha, AM	28
3. GÊNERO ou ECOFEMINISMO: possibilidades de entendimento da relação mulheres, homens e natureza	
3.1. Mulheres camponesas e pescadoras	41
3.2. Alguns aspectos do trabalho da pesca na Amazônia	46
3.3. As Mulheres pescadoras: alguns estudos	51
3.4. Questão de Gênero: relações de poder em evidência	54
3.5. O público e o privado na construção das identidades de gênero	55
4. VIDA RIBEIRINHA: O LUGAR DA MULHER NA PESCA ARTESANAL	
4.1. Perfil da Pescadoras de Barreirinha	67
4.2. Profissão e Jornadas de Trabalho	71
4.3. Trabalho da Pesca e Renda	72
4.4. Pescadoras e as Atividades Complementares	75
4.5. Visões sobre a prática da pesca pelas mulheres	80
4.6. Trajetórias: relações de trabalho e o cotidiano da pesca	83
5. O USO DOS RECURSOS E A INSERÇÃO DAS PESCADORAS ARTESANAIS NO BENEFÍCIO DO SEGURO DEFESO	
5.1. Recursos naturais e conservação das espécies para as pescadoras de Barreirinha	106
5.2. As Pescadoras de Barreirinha e o reconhecimento profissional	108
5.3. Colônia dos Pescadores e representatividade	114
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	124
APÊNDICES	137
ANEXOS	148

## 1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa analisa, em que medida, a inserção das mulheres na pesca profissional na Amazônia modifica e influencia a vida das pescadoras cadastradas na Colônia dos Pescadores – Z45, Barreirinha/AM. Buscamos discutir como o cotidiano da atividade, assim como, o acesso ao benefício do Seguro Desemprego do Pescador Artesanal – SDPA, interferem nas dimensões materiais e simbólicas das relações entre os sexos, no trabalho e nas relações com as entidades organizativas dos pescadores.

O papel das mulheres na pesca encontra-se permeado por aspectos simbólicos. O debate acadêmico destaca que, estes aspectos limitam sua prática na atividade. Aponta que haveria uma interdição da presença das mulheres, justificada pelo mito do *panema* que, “de modo geral na Amazônia, [...] é um estado de morbidez que se caracteriza por má sorte, azar, infortúnio, que vira uma espécie de feitiço, e que impede o indivíduo de ser bem-sucedido, nas atividades que costuma fazer” (WITKOSKI, 2007, p. 294). Progressivamente, estudos apontam que, o mito é superado pelas mulheres ao buscarem na pesca uma forma de obter renda e subsistência (TORRES, 2011).

Para os grupos sociais rurais da Amazônia, o uso racional dos recursos é permeado por saberes localmente construídos e utilização dos espaços. As representações que constroem simbologia sobre as práticas sociais, organizam a produção, os sujeitos e os espaços de trabalho. Verificar a presença das mulheres nesse espaço e identificar como sua participação vem se constituindo ou se são centrais no exercício cotidiano do trabalho da atividade, foram nossas questões diretas. Alguns autores destacam que, em determinados locais, mesmo que a prática ainda seja quase exclusividade masculina (TABET, 1998; MURDOCK E PROVOST, 1973), as mulheres tem adquirido crescente visibilidade. Ao tratar da participação das mulheres na pesca, Tabet (1998) discorre sobre sua participação na produção de ferramentas de trabalho:

Para a pesca, a situação é mais complexa do que para a caça. As mulheres dispõem, de fato, de uma grande variedade de ferramentas: diferentes tipos de redes, armadilhas, linhas, venenos, etc. Além disso, a importância do papel das mulheres e os tipos de ferramentas que elas podem utilizar variam consideravelmente de uma população a outra. Finalmente, trata-se,

muitas vezes, de ferramentas fabricadas a partir de materiais que são, geralmente, trabalhados pelas mulheres. Na pesca, por conseguinte, a totalidade do processo técnico, da fabricação da ferramenta até sua utilização poderia ser controlado pelas mulheres, pelo menos pelas técnicas que elas utilizam. Esta autonomia é, entretanto, limitada pela necessidade freqüente de dispor de uma embarcação, cuja construção é, na maior parte do tempo, masculina (TABET, 1998, p.42).

A abordagem de Tabet (1998) destaca o reconhecido e limites da presença da mulher na pesca, no qual a produção das embarcações são um limite, porém, isso não impede a sua atuação na atividade. Por exemplo, se considerarmos a dinâmica que envolve as mulheres pescadoras no Lago dos Reis – município de Careiro da Várzea no Amazonas – estudos demonstram que há uma “grande quantidade de mulheres pescadoras que atuam diretamente na atividade”. Essas mulheres exercem “uma dupla jornada de trabalho, dividindo-se entre os afazeres domésticos e a pesca, contribuindo fundamentalmente para a subsistência de suas famílias” (SOARES e SCHERER, 2009, p. 170). Ainda assim, elas reproduzem uma lógica que já ocorre nas atividades urbanas e rurais.

Outro fator a ser considerado é o aprimoramento tecnológico ocorrido a partir da década de 60, envolvendo o uso e acesso a novos apetrechos de pesca, bem como a facilidade de locomoção para o local da pesca, por meio do uso de canoas com motores movidos a gasolina. Por outro lado, mesmo que essas mudanças tenham trazido transformações significativas que favoreceram a maior participação, observamos que as mulheres ainda não fazem parte do contingente de trabalhadores que comercializam o pescado em grande quantidade. A participação delas limita-se à pesca artesanal, aprendida com membros da própria família e passada de geração em geração (MAIA, 2010).

Assim, visando contribuir para uma maior compreensão desse tema, esta pesquisa analisou em que medida a inserção das mulheres na pesca modificam as relações de gênero, a relação de dominação entre homens e mulheres, e a divisão sexual do trabalho e as mudanças concretas nas relações de trabalho. Maldonado (2000) discorre que, na pesca, as formas sociais evidenciam-se no meio físico, pois, há uma ordenação dos sujeitos determinando as dinâmicas sócio-espaciais e a organização da produção. Essa organização mostra a reprodução da tradição

pesqueira. Logo, no decorrer do texto, apontamos o contexto no qual as mulheres inserem-se no mundo do trabalho que foram constituindo-se como indispensáveis para entender o lugar, as relações, os diálogos.

Na pesca, o trabalho compõe parcerias entre os membros da família. Recorre a arranjos que dividem papéis e responsabilidades dentro da própria unidade, e apresenta-se como um dos pontos de mudanças, após a inserção das mulheres na pesca. No entanto, entender “a divisão sexual do trabalho exclui qualquer risco de eliminar o trabalho doméstico e sua imbricação (objetiva e subjetiva, individual e coletiva) com o trabalho assalariado” (KERGOAT, 1995, p. 55). Com o aumento de mulheres que passam a exercer a pesca profissionalmente – após a implantação da política do defeso – mudanças significativas no cotidiano e nas relações de gênero são inevitáveis, o que não resulta necessariamente em transformações profundas.

Tendo em vista o debate sobre a inserção da mulher no mundo do trabalho, analisamos as motivações que levam as mulheres ribeirinhas da Amazônia a acessar o benefício do Seguro Desemprego do Pescador Artesanal; e, a exercer a pesca profissionalmente; as mudanças que ocorrem no contexto familiar; as relações com outros pescadores, de acordo com a visão das pescadoras. Nossa hipótese considerou que, a maior inserção da mulher na pesca decorreu principalmente da implantação de políticas públicas, tais como o Seguro Desemprego do Pescador Artesanal – SDPA, que podem ter resultado em mudanças no cotidiano da pesca e na maior busca por reconhecimento, exercício da atividade como profissão e garantia de renda. Adotou-se como objeto, as experiências das pescadoras artesanais, associadas à Colônia dos Pescadores Z45, do município de Barreirinha no Amazonas<sup>1</sup>.

A pesquisa qualitativa constituiu-se como direcionamento metodológico deste trabalho, através da observação direta, entrevistas com as pescadoras, registros em diários de campo e visitas ao *locus* de pesquisa. A escolha do *locus* de estudo ocorreu, em decorrência da relação que as mulheres pescadoras começaram a ter

---

<sup>1</sup> O município de Barreirinha é um município que pertence à Mesorregião do Centro Amazonense e Microrregião de Parintins, localiza-se a leste de Manaus, capital do estado, 331 quilômetros (aproximadamente de 24 horas de barco e uma hora e meia de avião).

com as entidades representativas dos pescadores, após a implantação do seguro defeso, o que serve, como uma ponte de acesso aos benefícios sociais. O interesse surgiu devido à estudos realizados anteriormente, em que o foco inicial eram pescadores artesanais do município de Manacapuru. Este estudo constatou um aumento do número de mulheres associadas a entidades representativas desde a implementação do Seguro Desemprego do Pescador Artesanal – SDPA (MAIA, 2010), o que levou à busca por saber se essa realidade estendia-se a outros municípios do Amazonas, assim como, aprofundar o conhecimento da realidade do trabalho dessas mulheres e sua relação com outros pescadores.

## 2. A PESQUISA

O interesse pelo tema Pesca na Amazônia e, mais especificamente, pela atuação das mulheres nesse contexto surgiu como um desafio e uma preocupação. A preocupação ocorreu devido às insistentes ponderações de que a mulher amazônica não era uma pescadora profissional. O desafio apresentou-se no escopo de transcender essa ideia, realizando um estudo que demonstrasse a presença das mulheres na pesca cotidiana artesanal e de subsistência, constitui-se como uma profissão e meio para a sobrevivência das famílias ribeirinhas da Amazônia.

Em 2009, apresentamos uma dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas cujo tema também era o trabalho da pesca. No entanto, o foco central não era a atuação das mulheres e sim a inserção do homem, em geral, nas políticas de seguridade sociais para o trabalhador rural, bem como a sua inclusão na política do Seguro Desemprego de Pescador Artesanal – SDPA. Naquele momento, foi constatado que havia um número significativo de mulheres que exerciam a pesca profissionalmente e que acessavam o benefício do seguro desemprego, sendo portanto, reconhecidas como profissionais pelo Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA. Diante de tais dados, tracei um outro caminho investigativo para esta pesquisa, tendo a mulher como foco.

Inicialmente, o processo de investigação ocorreu de forma exploratória o que, segundo Gil (2002), proporciona uma maior familiaridade com o *locus* em estudo, para a construção de hipóteses e problematização do tema. Essa fase abarcou os trabalhos de levantamento bibliográfico e pesquisa documental.

Na pesquisa qualitativa, optamos por não estabelecer uma amostra e partimos do pressuposto apontado por Gomes (2010) de que, na pesquisa qualitativa, o universo é composto por representações, conhecimentos e práticas dos sujeitos incluídos na pesquisa. Ou seja, o número de participantes não foi demarcado *a priori*, fomos inserindo os sujeitos, conforme adentramos e conhecemos as pescadoras.

Ao optarmos por essa postura na pesquisa, corroboramos com Gomes (2010) e entendemos que “não é possível apreender fidedignamente as práticas dos

sujeitos, mas as narrativas de suas práticas, segundo a visão deste narrador” (p. 49). Portanto, nas entrevistas, a partir do momento em que as respostas alcançaram a saturação/repetição, os diálogos foram sendo encerradas e organizados a partir de categorias empíricas, porcentagens e em depoimentos.

Na primeira visita, feita em agosto de 2011, foi cogitada a possibilidade de encontrar mulheres pescadoras que poderiam participar da pesquisa e entrar em contato com entidades representativas. Dentre estas, a Colônia dos Pescadores foi a única encontrada no município de Barreirinha. Em relação às entidades religiosas, verificou-se, na Igreja Católica local, a ausência de atividades com os trabalhadores rurais através das pastorais – do dízimo, da família, da juventude e da terra – informações essas, confirmadas pela representação da Colônia, que informou também jamais ter existido uma pastoral da pesca no município<sup>2</sup>.

Após concluída a primeira etapa da pesquisa, na qual um levantamento bibliográfico foi feito para compor o referencial teórico e metodológico sobre o tema, iniciamos a preparação para a *pesquisa de campo* com a elaboração e estruturação do *questionário biográfico*<sup>3</sup>, formado por perguntas abertas e fechadas. O objetivo foi a coleta de informações para traçar um perfil das pescadoras. A estruturação do questionário foi feita em três partes: 1) Dados biográficos; 2) Relações familiares e cotidiano da pesca; 3) Perguntas abertas sobre o cotidiano, e relações com outros pescadores e entidades representativas.

A segunda visita ao *locus* de pesquisa foi realizada no período de 10 de janeiro de 2012 a 15 de fevereiro de 2012. Nesta etapa aplicamos os 30 questionários biográficos com 30 pescadoras artesanais cadastradas e abordadas aleatoriamente. As pescadoras que responderam ao questionário foram abordadas na sede da Colônia dos Pescadores, em espaços públicos, agências bancárias, e, em suas próprias residências, no caso das que residiam na cidade de Barreirinha<sup>4</sup>. Os dados foram tabulados utilizando o programa de elaboração de planilhas Excel –

---

<sup>2</sup> Em contato com a Paróquia de Barreirinha e Igreja Protestante, verificou-se que não existe um trabalho social e organizativo com os trabalhadores ribeirinhos.

<sup>3</sup> Questionário em apêndice.

<sup>4</sup> Algumas das pescadoras abordadas não residiam na sede do município e estavam na cidade para fazer compras.

2003. Esses dados<sup>5</sup> preliminares permitiram traçar um perfil das pescadoras artesanais de Barreirinha, e problematizar o cotidiano da pesca e as relações familiares e de gênero, assim como, iniciar a construção de um acervo com as memórias que as pescadoras possuíam sobre a pesca, material essencial para conhecer o processo que possibilitou a identificação com a atividade que desenvolvem.

Entre os 01 e 29 de novembro de 2012 ocorreu uma terceira visita à Barreirinha. Nesta visita foram feitas sete entrevistas com pescadoras artesanais associadas à Colônia, com o auxílio de um roteiro dirigido. A barreira do primeiro contato foi sendo ultrapassada, conforme a entrevista era direcionada para as histórias da infância e lembranças da primeira pescaria. Após realizada a primeira entrevista, senti a necessidade de mais de um encontro. Neste ponto do trabalho de campo, o contato pré-entrevista pauta-se na premissa de Toutier-Bonazzi (1996):

Numa conversa preliminar, o entrevistador e entrevistado podem esclarecer aquilo que interessa a ambos, sem que o entrevistado tenha de preparar ou redigir notas, o que tira a espontaneidade e o interesse. [...] ao preparar a gravação, deve definir sua problemática e escolher certo número de perguntas às quais não deve renunciar: [...] deve fazer certo número [...] para fazer comparações. Deve também determinar o tipo de discurso e de modelos de comportamento que irá analisar, considerando todas as variantes [...] (p. 237).

Em seis das sete entrevistas conseguimos ter pelo menos dois encontros com as pescadoras. Os motivos variam, pois a maioria também possui residência às margens do Paraná do Ramos e Rio Andirá<sup>6</sup>, e, só permaneciam em Barreirinha, o necessário. Aquelas que possuem residência permanente em Barreirinha possibilitaram mais de dois encontros.

Partindo das ideias Toutier-Bonazzi (1996), buscamos centrar as entrevistas na experiência da prática da pesca, cotidiano do trabalho e relações com outros pescadores. Elencamos 32 perguntas (redirecionadas conforme a necessidade) divididas em três blocos: 1) Memórias sobre a pesca; 2) Cotidiano do trabalho e

---

<sup>5</sup> Os dados obtidos permitiram organizar as informações do perfil das pescadoras apresentados nos quadros 1 e 3, respectivamente. Outras informações são exploradas no decorrer de todo texto e na transcrição de alguns depoimentos.

<sup>6</sup> Ver figura 7.

relações de trabalho entre os sexos; 3) Relação entre a pescadora com a política do SDPA e entidades representativas dos pescadores. As entrevistas foram transcritas e analisadas, a partir de categorias chaves, que indicavam que as complementações dos dados iam além das expectativas iniciais.

Aliados às entrevistas, os registros em diários de campo e a observação direta, desde a primeira visita ao *locus*, possibilitaram acessar narrativas que evidenciavam o cotidiano das pescadoras, bem como, as regularidades que ampliavam a análise das relações sociais, de trabalho e de gênero estabelecidas cotidianamente. Essa técnica permitiu a interpretação etnográfica, na medida em que, a descrição da realidade objetiva e concreta das pescadoras suscitaram possibilidades de entendimento da inserção delas no mundo da pesca, no município de Barreirinha.

A entrevista visou obter respostas incentivando a entrevistada a contar suas memórias, relações e cotidiano; e criar laços de confiança, a fim de obter respostas sem interromper, direcionar ou concluir momentos de imprecisão das entrevistadas. O desafio no processo de pesquisa foi constante e exigiu atenção entre uma resposta e outra.

Em 2014 foi realizada a penúltima visita de campo, do dia 10 ao dia 20 de fevereiro. Nessa, realizei mais duas entrevistas com pescadoras e uma entrevista com o presidente da Colônia dos Pescadores Z-45, do município de Barreirinha – AM. A concatenação das primeiras entrevistas desencadeou uma série de outras questões, que foram trabalhadas nessa visita e objetivou complementar os dados empíricos. Todas informações coletadas propiciaram compor o arcabouço empírico para obter uma resposta às questões elencadas na pesquisa e responder os objetivos propostos.

No final de 2014 e início de 2015, foi necessário mais uma visita ao *locus*, uma vez que, alguns dados eram insuficientes para a finalização da tese. Nesta etapa, voltamos a contatar algumas pescadoras, cogitando a possibilidade de acompanhá-las em um dia de trabalho. O resultado desta etapa pode ser visualizado no registro fotográfico espalhado por todo trabalho. Fizemos uma pesquisa em acervo pessoal junto a moradores que possuíam registro fotográfico da cidade em

várias épocas do ano, pois, fez-se necessário demonstrar como a dinâmica dos rios realmente modifica a paisagem da cidade.

Em todas as etapas, o uso do diário de campo constituiu-se como um instrumento essencial, por facilitar tanto as anotações das reações das entrevistadas nos momentos da pesquisa, quanto as anotações realizadas com a observação direta. Diante disso, foi possível elencar alguns dos temas, fruto das transcrições e observações/anotações em diário de campo. A partir dessas anotações, buscamos entender: as relações entre gerações - memórias do primeiro contato com a pesca (na maioria dos casos, memórias da infância e de aprendizados com algum membro da família); relações familiares, cuidados com os filhos e rotina de trabalho doméstico; trabalho cotidiano e dificuldades na pesca; relações entre os sexos (contato com outros pescadores); relação com as entidades representativas dos pescadores (Colônia dos Pescadores); motivações para o exercício da pesca profissionalmente; relação das pescadoras no acesso ao Seguro Desemprego do Pescador Artesanal – SDPA.

Em campo, os relatos e depoimentos das entrevistadas possibilitaram entender as questões mais superficiais do cotidiano da pesca, assim como questões mais profundas. As mais preliminares referem-se às horas despendidas na pesca; tipo de apetrecho utilizado para pescar; preparação para a ida à pesca; cuidados com os filhos, etc. As mais profundas mencionam as lembranças das entrevistadas: com quem aprendeu a pescar; pesca e relações familiares; acesso ao benefício do SDPA e outros benefícios como bolsa família; exercício de outras atividades além da pesca; participação nas entidades representativas; cidadania e relações de trabalho; relações com outros pescadores; exercício da pesca e uso de recursos naturais/ do defeso; dificuldades no cotidiano do trabalho da pesca e preconceitos sofridos.

Pautamos a etapa de trabalho de campo e as análises das entrevistas nos pressupostos de Thompson (1981), acerca do conceito de *experiência*. Para ele, considerar a experiência é compreender os sujeitos, a partir do tempo e narrativa de sua história. Refere-se a considerar os sujeitos no seu espaço de ação e construção histórica, servindo como mediador para ponderar o papel social dos indivíduos. O autor entende que é na cultura, o lugar no qual a experiência é evidenciada,

emergindo da vida material e constituindo-se como determinante na produção da consciência dos indivíduos.

[...] pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidade e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* das mais complexas maneiras e em seguida agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (THOMPSON, 1981, p. 182).

Thompson (1981) interessa-se em ressaltar a ação humana no processo histórico, apontando a experiência os sujeitos não apenas como autônomos, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas. Com isso, ao contrário de pensar em um processo previsível das ações os sujeitos, entendemos os fenômenos ligados pela imprevisibilidade, na manipulação pelos indivíduos em suas próprias experiências. Essas contribuições nos orientaram a considerar a pesquisa, através da lógica construída pela significação do processo, pelos sujeitos envolvidos.

## 2.1. Caracterização do *locus* da Pesquisa

Para esse debate, considerar a água e a terra como fator econômico e social na constituição da identidade ribeirinha Amazônica, apresenta-se como essencial. Como meio de trabalho, os rios Amazônicos funcionam como elemento organizativo dos modos de vida das comunidades e famílias que se aglomeram ao longo de suas margens. Em conjunto com o uso da terra para a agricultura, os rios amazônicos, são meios de trabalho usufruídos conforme a dinâmica ecossistêmica.

Ao tratarmos da Amazônia, ao lado dos fatores sociais, devemos ressaltar a influência dos elementos geográficos (Ver figuras 1 e 2). Pesquisas sobre a região consideram que, as condições geográficas, devem ser encaradas com seriedade no “estudo do complexo social, das relações sociais, dos processos sociais, das distâncias sociais, no mundo inter-humano da Amazônia” (ARAUJO, 2003, p. 30). Assim, o complexo da Amazônia deve ser visto a partir de algumas especificidades, quais sejam: a temperatura oscilante, os altos índices pluviométricos que variam de

acordo com o ano, a várzea, a terra firme, a floresta tropical e o movimento das águas e sua constituição. Todas elas incidem significativamente na dinâmica da vida ribeirinha, isto é, no modo de se vestir, nos alimentos consumidos e no estilo das moradias. Desse modo, a vida econômica e social ribeirinha é permeada e direcionada pela dinâmica ecossistêmica da região (ARAUJO, 2003).

Outro aspecto a ser considerado é a hidrologia amazônica. A bacia se destaca pelo imenso complexo de rios, igarapés, lagos, canais, furos<sup>7</sup> e contém cerca de 20% de toda a água da Terra. Assim, como a maioria das bacias hidrográficas, a Amazônica é constituída por dois elementos: o leito ou canal principal e as áreas marginais, inundáveis periodicamente. O fluxo de variação das águas nos períodos de seca e cheia variam de 8 a 15m (SANTOS, 2005). Essa característica influencia diretamente a prática da pesca, não apenas no que diz respeito aos instrumentos e espécies capturadas, mas também aos meios de transporte utilizados.

Figura 1- Paisagem Amazônica



Fonte: Jaime Severich

Figura 2: Família Amazônica em uma canoa movimentada por um motor de rabeta



Fonte: Jaime Severich

Apesar da diversidade da ictiofauna<sup>8</sup>, a pesca na Amazônia é realizada, de modo geral, em águas brancas, áreas de várzea que se destacam pela riqueza de

---

<sup>7</sup> Caminhos de água cercado por terra que ligam um rio a outro.

<sup>8</sup> Conjunto de espécies de peixes que existem numa determinada região biográfica.

espécies de peixes. A relação homem, natureza e recursos naturais envolve as modificações que ocorrem na dimensão material que, por sua vez, acarreta mudanças na dimensão cultural e vice-versa. Isso importa porque a realidade da pesca é modificada pelo movimento das águas (enchente, cheia, vazante e seca) e com isso as jornadas de pesca podem ser mais longas ou curtas. Essas mudanças irão facilitar ou dificultar no acesso as espécies capturadas, na quantidade e no esforço de pesca realizado pelo pescador. Pode ainda determinar o tipo de apetrecho usado na captura, o tipo de transporte, as horas de pesca, etc.

Figura 3 - Furo do Pucú, Barreirinha/AM, em época de seca.



Fonte: Jair Carneiro/2014.

Figura 4 - Frente do município de Barreirinha/AM, em época de enchente.



Fonte: Gervis Seixas/2015.

Figura 5 - Rua do Município de Barreirinha, em época de cheia dos rios.



Foto: Jair Carneiro/2014.

Pensando primeiramente na *enchente*, notamos está destaca-se como:

Uma fase mais duradoura, entre dezembro e abril, quando a maioria das espécies forma cardumes e empreende migrações para desovar na boca de igarapés ou nas margens dos rios, sendo seus ovos e larvas carregadas pela correnteza para as áreas que começam a ser inundadas (SANTOS & SANTOS, 2005, p. 171).

Já a *cheia* é uma fase de duração mais curta (maio e junho), na qual os peixes desovam e em que os mais jovens estarão em fase de crescimento (SANTOS; SANTOS, 2005).

Por sua vez, a *vazante* é a fase intermediária (julho a setembro).

Corresponde ao período em que os peixes se agrupam para abandonar as áreas da floresta que começam a secar, iniciando a saída pelas ligações do lago com o rio e, a partir daí, pelo canal principal, em movimento de dispersão ascendente (SANTOS; SANTOS, 2005, p. 171).

No último estágio do movimento das águas, a *seca* é a fase mais curta (outubro a novembro). Nesse período, os peixes ficam mais concentrados em determinados lugares, como os ambientes lacustres, devido ao menor volume de água. Dessa forma, esse período acaba sendo estipulado como o início do defeso na Amazônia, no mês de março.

Toda essa dinâmica ambiental – enchente, cheia, vazante, seca – faz com que o exercício de várias atividades ao mesmo tempo seja necessário e, assim, a polivalência passa a ser consequência da sazonalidade das águas dos rios da Amazônia. E isso torna o ribeirinho da Amazônia, versátil. Dependendo da época do ano, o ribeirinho exerce a agricultura e o extrativismo com a mesma dedicação que exerce a pesca.

Outro fator, que emerge dessa dinâmica, são as condições sociais e econômicas que essas populações se encontram. Estudos sobre a vida ribeirinha apontam que a maior parte da população vive em estado de vulnerabilidade social, “[...] em condições precárias de existência. Grande parte é analfabeta e, em pleno século 21, muitos não têm sequer existência civil<sup>9</sup>” (SCHERER, 2004, p. 01). De

---

<sup>9</sup> Sem documentação.

modo geral, a população ribeirinha encontra-se às margens do ponto de vista das políticas públicas e sociais do governo federal. No que se refere à assistência educacional e sanitária, as políticas são quase inexistentes e as que existem alcançam pouquíssimas parcelas da população. Sobre essa questão, notamos que,

As políticas públicas, quando criadas para esses segmentos caboclos da Amazônia, não leva em consideração as suas especificidades culturais, políticas e sociais próprias. Seus modos de vida se caracterizam, sobretudo, pela relação com a natureza, particularmente, pela forma como vive e se relaciona com a diversidade dos ecossistemas regionais (SCHERER, 2004, p. 01-02).

Esse quadro leva os ribeirinhos a traçarem estratégias de sobrevivência, que os tornam detentores de múltiplas habilidades, para usufruir do que a natureza lhes oferece, de acordo com a época do ano. São, ao mesmo tempo, extrativistas, agricultores, produtores e pescadores. Desse modo, pode ser dito que o ribeirinho da Amazônia faz uso de suas habilidades de acordo com a dinâmica ecossistêmica.

A Amazônia possui dois tipos de ecossistemas, a saber: terras de várzeas são áreas baixas próximas aos rios, propensas a inundações; e terras firmes, que são aquelas áreas em que a terra é alta e por isso menos propensas às inundações sazonais. As terras de várzea são férteis por estarem sujeitas à inundação sazonal dos rios. Geralmente, os ribeirinhos usufruem dessa fertilidade<sup>10</sup> direcionando a plantação de alguns produtos para essas áreas, como: arroz, feijão, milho, juta e especiarias em geral (pimentas diversas). Devido ao movimento das águas, há uma renovação constante dos nutrientes das terras de várzea (SANTOS; SANTOS, 2005).

Não se deve confundir planície Amazônica com Bacia Amazônica. Esta é assimétrica. É completa e formada por ilhas vastas, lagos extensos, igarapés, furos, igapós, restingas, enseadas, remansos, corredeiras, cachoeiras e rios. Um

---

<sup>10</sup> A sedimentação que ocorre com as inundações anuais e o acréscimo de fertilidade - resultado de novos depósitos de terra (colmatagens) - permite a exploração agrícola dessas áreas, ano a ano, sem que haja queda de produtividade que comprometa os resultados dos cultivos. Quando ocorre o cansaço das terras, em face do seu uso mais intenso, em lugares que não sofrem inundações todos os anos (os mais altos), [...] o camponês tem por costume deixar a terra em descanso – fazer o pousio (WITKOSKI, 2010, p. 114).

fenômeno interessante são as terras caídas que indicam ainda a existência de um processo de formação da planície. Elas sedimentam o solo e, ao mesmo tempo, carregam para a várzea a massa aluviônica vinda com o movimento das águas de regiões da própria bacia ou/e do Atlântico (SANTOS, 2005).

O Rio Amazonas possui características próprias que, não podemos deixar desconsiderar. O vasto e excessivo volume de água está entre essas singularidades, sendo talvez, a mais fundamental. Suas dimensões possuem cerca de 6.5000.000 quilômetros quadrados de água, dos quais quase 4.000.000 em solo brasileiro. Esses aspectos mudam, conforme as estações e, conseqüentemente, modificam também os aspectos do solo, causando vários fenômenos naturais como: terras caídas e sedimentação do solo. As sedimentações são formadas em camadas geológicas de acordo com o movimento das águas e variam de acordo com o ecossistema (SANTOS, 2005).

As terras firmes são terras não inundáveis. Por serem altas, dificilmente sofrem com os ciclos das águas. O ribeirinho, que nela habita, geralmente direciona suas atividades para a plantação de mandioca para a produção de farinha, castanha-do-pará e guaraná.

A produção de produtos típicos amazônicos também se constitui como uma atividade dos ribeirinhos. O ribeirinho detém o domínio de todo o processo: desde a plantação de alguns produtos, até a fabricação de alimentos para o consumo próprio ou comercialização (WITKOSKI, 2007). É nesse contexto que os trabalhadores das águas estão inseridos. Isto é, basicamente, nas áreas de várzea, dificilmente migrando quando o ambiente torna-se inóspito, por causa da seca, cheia ou enchente.

## 2.2. O Município de Barreirinha, AM<sup>11</sup>

Fundada em 1830 no Rio Andirá, baixo Amazonas, o atual município de Barreirinha nasceu com nome de Freguesia do Andirá. Em vinte e sete de outubro

---

<sup>11</sup> Todas as informações sobre o município de Barreirinha foram obtidas via prefeitura municipal.

de 1851 com a chegada do jesuíta Manuel Justino de Seixas, com auxílio dos moradores constrói uma capela em homenagem Nossa Senhora do Bom Socorro.

Figura 6 – Visão panonâmica da cidade de Barreirinha – AM.



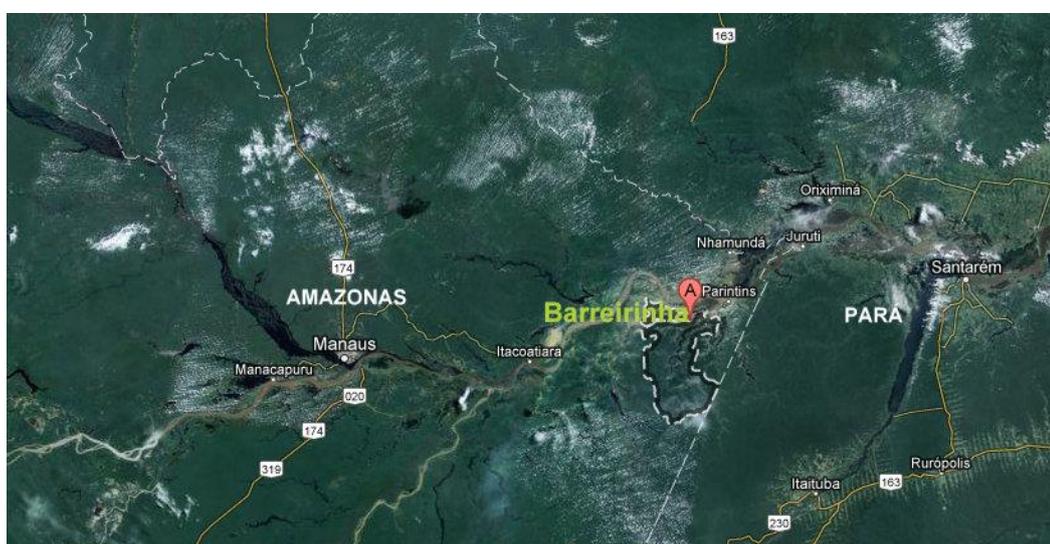
Fonte: Pesquisa de Campo/2013.

A presença da igreja católica na fundação e organização política da cidade é um fator de destaque. Em vinte e três de outubro 1852, a missão de Andirá foi levada a curato, com subordinação a Vila Bela da Imperatriz. No ano seguinte, pela Lei Provincial nº 14, foi criado o Distrito de Parintins, com determinação e denominação de Nossa Senhora do Bom Socorro do Andirá. Barreirinha viria a fazer parte do município de Parintins. Mas, no ano de 1873, no dia 09 de novembro, o distrito passou a ser simplesmente denominado Andirá. Nas décadas seguintes, a economia do Município de Barreirinha se expandiu, sobretudo a exportação de produtos regionais, tais como castanha, guaraná, borracha, cacau, pirarucu, cumaru e madeira.

No Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Barreirinha é caracterizado como um município brasileiro no interior do estado do Amazonas e

pertence à Mesorregião do Centro Amazonense e Microrregião de Parintins. Localiza-se a leste de Manaus, capital do estado, a 331 quilômetros (cerca de 24 horas de barco e três horas de avião de pequeno porte). Atualmente ocupa uma área de 5 750,534 km<sup>2</sup>, com uma densidade demográfica de hab/km<sup>2</sup> 4,76 Segundo dados do IBGE em 2014, sua população estimada é de 30 mil habitantes. Sendo assim, é o vigésimo segundo município mais populoso do estado do Amazonas e o terceiro de sua microrregião (IBGE, 2014).

Figura 7 – Localização Geográfica do Município de Barreirinha/AM



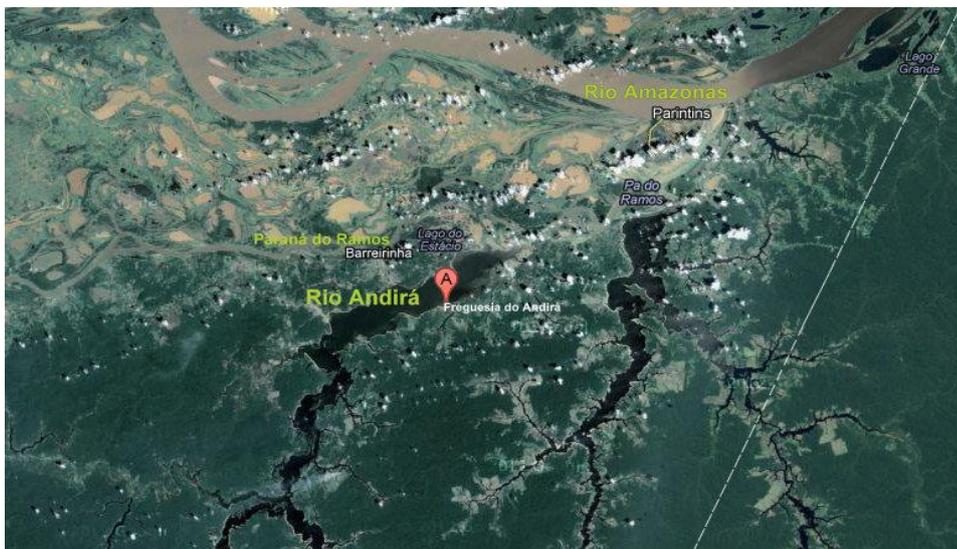
Fonte: GoogleMaps/2014.

Segundo informações da Prefeitura Municipal, no setor primário, a agricultura tem papel de destaque. Como em vários municípios, no cultivo em Barreirinha há o plantio de mandioca, vindo a seguir o abacaxi, o arroz, a batata-doce, a cana-de-açúcar, o feijão, o fumo, a juta, a malva, a melancia, além de culturas permanentes como o abacate, o cacau e a laranja. A pecuária é significativa na formação econômica do setor primário. Concentra-se principalmente na criação de bovinos e suínos para a produção de carne e leite destinados ao consumo local e à exportação para outros espaços.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE, a avicultura e o extrativismo vegetal são características domésticas e de subsistência do município. Apesar disso, não geram renda e nem concorrem para a formação econômica do setor pesqueiro. O extrativismo vegetal atua com peso relativamente pequeno na formação do setor primário e é representado pela exploração da castanha, da madeira e do camarão.

Barreirinha é banhada por um rio e um paraná. A principal diferença entre um paraná e um rio é a dimensão. Na Amazônia, enquanto os rios possuem grandes extensões, os paranás são áreas estreitas e ligam regiões no interior da floresta aos rios, como o Amazonas, por exemplo. Na frente da cidade de Barreirinha, com águas barrentas, pode ser encontrado o rio Paraná do Ramos e, atrás da cidade, com águas pretas, o rio Andirá. O rio Paraná do Ramos dá acesso aos municípios de Maués, Barreirinha e Boa Vista do Ramos (Prefeitura de Barreirinha, 2014).

Figura 8 - Mapa hidrológico de Barreirinha/AM.



Fonte: GoogleMaps/2014.

As informações obtidas na prefeitura municipal destacam ainda que, embora a pesca comercial seja pouco praticada, a pesca em moldes artesanais, para o consumo local ganha evidência, tornando-se uma atividade econômica relevante. A partir dos anos 2000, com a implantação das políticas pesqueiras nos vários

municípios do Amazonas, a atividade tem sido importante para a econômica municipal.

Por meio de determinação do Governo Federal, as entidades representativas dos pescadores, como a Colônia dos Pescadores devem são mediadores oficiais entre pescadores e as políticas implementadas pelo Estado, assim como, responsáveis pela organização e mobilização dos trabalhadores em sua região. As colônias dos pescadores, as federações estaduais e a confederação nacional dos pescadores foram reconhecidas pela Lei nº 11.699, de 2008, como órgãos representativos dos trabalhadores da pesca artesanal. Diante disso, ficou sob responsabilidade das colônias, das federações estaduais e da confederação nacional dos pescadores, defender os direitos e interesses dos pescadores, bem como mediar o acesso às políticas públicas e sociais destinadas aos trabalhadores, cada uma dentro de sua jurisdição (Ministério do Trabalho e Emprego, 2013).

Atualmente, a organização pesqueira no município é administrada por uma entidade organizativa dos pescadores, Colônia dos Pescadores – Z45, fundada em 2004. A colônia possui cerca de 450 pescadores, dos quais 200 são pescadoras inclusas no seguro defeso (Colônia dos Pescadores Z-45, 2013).

### 3. GÊNERO ou ECOFEMINISMO: possibilidades de entendimento da relação mulheres, homens e natureza

A presença das mulheres no mundo do trabalho sempre foi alvo de várias discussões intelectuais que destacam mudanças de hábitos e normas sociais, nas quais estas estavam inseridas. Para fins desse estudo, iniciamos a contextualização, a partir das contribuições de Virgínia Woolf, na década de 20 (século XX). No discurso proferido diante da Sociedade Nacional de Auxílio às Mulheres, Woolf (2012) expôs as limitações que o machismo impunha ao trabalho da mulher naquela época e, principalmente, a sua escrita. O universo feminino estava envolto pela idealização de que as mulheres deveriam limitar-se ao papel doméstico, que era notabilizado juntamente aos deveres conjugais.

Seu discurso debateu o lugar da mulher no mundo profissional e, anunciou, mudanças que vieram a acontecer nas décadas seguintes. Woolf (2012) foi uma das pioneiras, ao traduzir a insatisfação, com o lugar destinado às mulheres na literatura. Nesta, eram consideradas como inspirações poéticas e musas para as obras elaboradas pelos homens. A função de mediadora no ato criativo, a deixava insatisfeita com o universo literário da época, que obrigavam mulheres, em busca de reconhecimento, usarem pseudônimos, com o objetivo de evitar serem julgadas pelo sexo.

Woolf (2012) centra-se no papel intelectual da mulher na análise da profissão de escritora, mas sua contribuição vai além e enfatiza que, a posição ocupada pelas mulheres, eram limitadas e subjugavam-na como incapazes de altas realizações, devendo assim, contentar-se ao lugar determinado a ela, na sociedade. Contrária a essa postura, Woolf (2012), defendeu uma sociedade na qual todas as mulheres pudessem ter liberdade de experiência e o direito a divergir de sua posição, no contexto social pré-estabelecido, podendo assim expressar-se sem receio de expor as diferenças.

Outra contribuição que definiu uma nova maneira de enxergar o lugar da mulher na sociedade, foram as de Simone de Beauvoir, em *O segundo sexo*. A autora discorreu sobre aspectos psicológicos, psicanalíticos e históricos que representaram, de maneira significativa, um avanço na definição da condição das

mulheres na sociedade. Ao contrário de Woolf, Beauvoir (2009) indicou o caminho a ser seguido no debate sobre a questão de gênero.

Para Beauvoir (2009), o “ser mulher” é uma construção histórica e social, da mesma forma que as representações sobre o seu papel de submissa aos homens. A autora buscou desconstruir essa representação e principalmente desmistificar que por trás disso haviam instintos biológicos femininos em ação. Seu posicionamento elencava o papel feminino, como uma condição culturalmente construída, e não como algo natural e imutável. Tomar aspectos biológicos para justificar algo culturalmente determinado, só contribui para aumentar a invisibilidade histórica que dava as mulheres, a condição de segundo sexo, as mistificando como detentoras de uma natureza inferior.

A principal contribuição de Beauvoir (2009) se dá para pensarmos como a função social das mulheres sempre foi definida a partir de sua relação com os homens. Para a autora, a dependência econômica, a falta de consciência autônoma, submeteram, por muito tempo, as mulheres, às conjecturas construídas culturalmente, atribuindo a elas um lugar específico e pré-determinado na sociedade.

Em diálogo com Beauvoir (2009), surgiram outras autoras, que acrescentaram ao debate novas ideias, evidenciando a efervescência e atualidade do tema. Grande parte dessas contribuições, abordaram os papéis, distantes da função reprodutiva das mulheres, comumente mensurada pela sua fragilidade emocional e física. Neste patamar, o debate sobre gênero é suscitado, pela possibilidade de analisar as relações entre os sexos, para além do determinismo biológico (SCOTT, 1990; SAFFOTI, 2004). A desigualdade entre homens e mulheres está relacionada à organização social, constituindo-se em relações de poderes, enraizadas na diferenciação sexual (SOEHET, 1997).

A abordagem acima referenciada, possibilitou entender que a inserção das mulheres no mercado de trabalho também deve ser analisada a partir da construção social, cultural e histórica do feminino e do masculino. Posto isso, considerar as relações entre os gêneros é também considerar as relações de poder emergente, que compreendem tanto hierarquização, quanto as assimetrias constitutivas nos pressupostos de gênero (KERGOAT, 1984; SCOTT, 1990; HIRATA, 2002).

A partir das décadas de 60 e 70, de maneira organizada, começaram a surgir mecanismos para ultrapassar os preceitos arraigados nos costumes conservadores. Maluf e Mott (1998) asseveram que, ao promoverem debates entre progressistas e conservadores, essas décadas foram cenários para significativas mudanças de hábitos. Dentre esses novos comportamentos, andar sozinhas pelas ruas, que era inconcebível para a sociedade conservadora da época, começaram a ser alvo de questionamento nesses debates (MALUF e MOTT, 1998).

As transformações que ocorreram nas cidades, são essenciais para essa mudança de comportamento. Os questionamentos, experiências e linguagens que emergiam na sociedade da época, eram frutos dessas modificações e sintetizavam uma nova maneira de encarar o papel das mulheres. Houveram inovações nas rotinas, que abarcavam não somente a postura destas diante dos costumes conservadores, mas novas relações entre homens e mulheres (MALUF e MOTT, 1998).

Às mulheres era relegado o papel de esposa e mãe, fazendo com que seus projetos de vida fossem limitados às vontades do marido e família. Maluf e Mott (1998) entendem que havia uma desumanização da mulher como sujeito da própria história. Isso a impossibilitava à vida pública e tornava quase impossível que ela tivesse uma vida profissional.

O dever ser das mulheres brasileiras nas três primeiras décadas do século foi, assim, traçado por um preciso e vigoroso discurso ideológico, que reunia conservadores e diferentes matizes de reformistas e que acabou por desumanizá-las como sujeitos históricos, ao mesmo tempo cristalizava determinados tipos de comportamento convertendo-os em rígidos papéis sociais (MALUF e MOTT, 1998, p. 373).

As representações desumanizavam as mulheres e a inseriam dentro de uma lógica religiosa e dentro das normas do código civil (1916), no qual, a inferioridade das mulheres era declarada ao marido. Aos homens, cabia o papel de chefe da sociedade conjugal e representação legal da família, administração dos bens comuns do casal e dos particulares da esposa secundo o regime matrimonial adotado, o direito de fixar o local de domicílio da família. A vida das mulheres encontrava-se em total dependência e submetida às decisões tomadas pelos

homens, pais, maridos ou juízes. Segundo pesquisas das autoras, no início do século XX, até a violência contra mulher era algo difundido como forma de proteção dos costumes da sociedade (MALUF e MOTT, 1998).

Maluf e Mott (1998) asseveram que essas mudanças, modificaram costumes pré-estabelecidos, alterando comportamentos que coincidiram com o processo de industrialização. Tal processo, segundo as autoras, trouxeram oportunidades desiguais no mercado de trabalho, mas também criaram conflitos no lar das mulheres que passavam e presenciavam essas mudanças. O discurso de uma ala tradicionalista, chegavam a destacar as relações sexuais no casamento, como as únicas decentes e essenciais para o resguardo dos bons costumes sociais e familiares, condenando, dessa forma, práticas sexuais fora do casamento. Maluf e Mott (1998) entendem o referido discurso, como uma forma de domesticação moral do desejo sexual das mulheres.

Para entender a realidade e representações da mulher no meio rural, fomos além da perspectiva proposta pelo debate acima e buscamos abordar, as relações entre os sexos, por meio, da integração entre ecologia e do feminismo. No gênero, há a busca pela desnaturalização das mulheres da natureza e procriação. Em contraponto, trazemos para o debate, o ecofeminismo<sup>12</sup>.

O Ecofeminismo caracteriza-se por se desenrolar com a luta pela superação da dominação patriarcal, nas relações entre os gêneros; vendo nas tecnologias que respeitam o meio ambiente o caminho para uma democracia, descentralizando e propondo o fim das hierarquias. Mas, sua principal contribuição, para nossos estudos sobre a relação mulher-natureza<sup>13</sup>, emerge de seu apoio às economias de subsistência rural, não apenas como um modo de vida específico das sociedades, mas como um modelo de desenvolvimento (SILIPRANDI, 2000).

O debate que queremos suscitar, ao agregar o ecofeminismo é o mesmo que Joan Scott (1995) traz à tona sobre a luta de direitos das mulheres. Para ela, ou

---

<sup>12</sup> O pensamento ecofeminista surgiu, pela primeira vez, na segunda onda movimentos feministas, por volta da década de 1970. As contribuições para o debate vieram dos movimentos antimilitaristas, antinucleares e pacifistas surgidos no Estados Unidos e na Europa na década de 60 e que deram origem aos movimentos ambientalistas que conhecemos hoje. (SILIPRANDI, 2000)

<sup>13</sup> Entendemos natureza como um conceito no qual é delineado o natural de acordo com uma perspectiva política específica.

temos a luta é pela oportunidade ou salários, ou é pela valorização da diferença, para a qual o “ser mulher” estaria contido por um viés hierárquico. Aqui emerge a importância do debate de gênero frente ao ecofeminismo, pois Scott (1990) afirma ser imprescindível a luta pelos direitos considerando a perspectiva de gênero, uma vez que as escolhas seriam impossíveis num contexto em que essa dicotomia prevalecesse. Para a autora, a igualdade deve emergir numa noção política e não se busca a igualdade dos sujeitos, pois já são iguais. Tendo a igualdade como princípio, há um acordo socialmente construído de que os indivíduos diferentes são equivalentes e por isso devem ter iguais oportunidades (SCOTT, 1995).

Contrapondo, em muitos aspectos a teoria de gênero, no feminismo “da diferença” do ecofeminismo, a disputa por posições de poder não seria o foco da luta política, e sim a valorização da natureza feminina. A entrada das mulheres no mundo público, a expansão dos direitos civis, a autonomia econômica, social e política, na década de 70 fez com que o movimento “pela diferença” divergisse fortemente do feminismo “igualitarista”, por considerar que, algumas dessas conquistas exigiam uma masculinização, reproduzindo a ideal masculino de existir (SILIPRANDI, 2000).

O ecofeminismo desponta como um movimento para o qual, a valorização da natureza feminina, seria o ponto central na mudança de paradigmas e paradoxos na contemporaneidade (DIAS, 2012; GARCIA, 2012). Seu principal *locus* são os movimentos ambientais e objetiva um meio ambiente sustentável e equilibrado (PEREIRA, 2006). Dias (2012) enfatiza que, o ecofeminismo, apresentou-se como valorização da essência feminina ao aliar a emancipação das mulheres às lutas pela conservação da natureza. Córdula (2012) analisa que essa visão contrapõe a visão do consumismo desenfreado dos recursos, no qual, os seres humanos, seriam os dominadores da natureza, e esta, por sua vez, a dominada<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> O ecofeminismo, na América Latina foi iniciado pela a Teologia da Libertação. Siliprandi (2006) afirma que o movimento foca especificamente as mulheres pobres e na defesa dos indígenas, considerando-as vítimas da destruição da natureza. Outra perspectiva entende o movimento do ponto de vista construtivista, no qual existe uma relação mulheres-natureza chamando atenção para as responsabilidades de gênero na economia familiar e as divisões sexuais criadas na vida material, assim como a hierarquização do poder e propriedade. Para este, a consciência ecológica emerge como uma interação compulsória com o meio ambiente, numa ação diária.

Assim como na teoria de gênero, o ecofeminismo propõe superar as hierarquias, chamando atenção não apenas para as questões feministas, mas também, para as questões “raciais, gêneros, etnias, organismos e todos que, de algum modo, vivem sobre julgo de formas de opressão e dominação por essa matriz com lógica dualista (cartesiana mecanicista) (DIAS, 2012, p.04). Portanto, como uma forma de repensar os paradigmas vigentes e a “reconciliação” do ser humano com a natureza, em muitos aspectos, o ecofeminismo pode ser empregado para entender a vida das comunidades tradicionais. Nas entrevistas podemos conhecer o quão forte é essa relação:

A vida na pescaria é difícil, mas é gratificante também. Eu conheço os sinais da natureza e isso me faz presente no trabalho. É importante entender os sinais que a natureza dá para gente, se quisermos ter um bom dia de pesca. Por exemplo: se o tempo estiver agitado, os peixes também vão estar; se a seca é grande, a gente tem que andar mais longe e pescar nas cabeceiras dos rios; se tem cheia, podemos pegar o almoço próximo de casa, mas nem sempre é garantia também. Tudo depende do dia. A pesca nos lagos também são um exemplo: não dá para estender a rede em qualquer lugar. Tem que ter respeito pela mãe d'água (Aparecida, Pescadora Artesanal em Barreirinha).

Foi meu pai e minha mãe que me ensinaram a interpretar os sinais da floresta e do rio. À noite, meu pai sempre tinha uma história de caçador que não soube interpretar os sinais e ficou perdido na floresta por causa da Curupira; ou pescador que tinha ficado *panema* e não conseguia pegar nem jaraqui. Essas histórias iam ensinando a gente e a vida também ensinou (Maria, Pescadora Artesanal em Barreirinha).

A partir dos depoimentos das pescadoras Aparecida e Maria, podemos entender um pouco da relação que se estabelecem no cotidiano da vida ribeirinha. Em meio a essa discussão surgiu a questão levantada por Garcia (1992): por que examinar a questão de gênero dentro do debate de meio ambiente? Em seu texto *Desfazendo os vínculos naturais entre gênero e meio ambiente*, Garcia (1992) problematiza, em que medida, a relação entre mulheres e meio ambiente torna-se importante para entendermos essa relação, e se há alguma distinção da relação estabelecida pelos homens.

Para Garcia (1992), as mulheres sempre foram simbolizadas como portadoras de dons inatos que a aproximam da natureza, por exemplo: possuidoras de mãos que curam, que nutrem e cuidam do meio ambiente. Estes dons teriam um único

limite ligado a suas funções reprodutoras. A autora afirma que, as mulheres, podem ser responsabilizadas até mesmo pelo crescimento populacional e que este é apontado, em muitas sociedades, como a raiz dos problemas ambientais. No entanto, entendemos que essa responsabilização vai muito além, por haver uma dimensão simbólica, não aprofundada por Garcia (1992), que permeou essa relação.

Pensar pelo ponto de vista ecofeminista, permite considerar algumas vertentes separadoras e centralizadoras da relação mulheres-homens-natureza, a saber: a primeira é que há o entendimento de que a dominação e a opressão das mulheres está ligada à dominação da natureza. A segunda vem da ideia de que se pensarmos do ponto de vista patriarcal, as mulheres são interpretadas como pessoas mais próximas a natureza, enquanto os homens, como mais próximos da cultura. E nessa relação, Garcia (1992) entende que a cultura é tida como superior à natureza, conseqüentemente, inferiorizando as mulheres nos contextos das relações estabelecidas. Em terceiro, a história da dominação da natureza sempre foi construída juntamente com a dominação das mulheres. Por fim, uma quarta vertente entende que, tanto o movimento de gênero como o ecofeminismo, podem ser interpretados como movimentos feministas que buscam um sistema igualitário e não hierárquico. Neste ponto, deveriam ser parceiros e desenvolver uma perspectiva comum, teórica e prática (GARCIA, 1992).

Essas vertentes, segundo Garcia (1992), indicam dimensões ideológicas atribuídas como de cunho natural, que seriam condutores para a opressão das mulheres. Há, segundo a autora, um sistema de representações e ideias, que permeiam a criação de valores e crenças, legitimando a hierarquização que coloca os homens como superiores às mulheres. O vínculo entre mulheres e natureza, pensado do ponto de vista biológico, foi amplamente criticado por antropólogos sociais que entendiam que: “a dicotomia cultura/natureza não é universal, e que nem há uma uniformidade de significados atribuídos à natureza, à cultura, ao masculino e ao feminino” (GARCIA, 1992, p. 164).

Garcia (1992) apresenta algumas análises que fazem dos argumentos ecofeministas, pensados do ponto de vista biológicos, ultrapassados em alguns aspectos:

1. a mulher é vista como uma categoria unitária, sem diferenciação de classe, raça, etnia e assim por diante. O discurso eco-feminista ignora outras formas de dominação que não a de gênero, dominações estas que afetam de forma crítica a posição das mulheres. 2. baseia a dominação da mulher e da natureza quase que exclusivamente na ideologia, negligenciando as fontes materiais desta dominação, as quais estão baseadas na vantagem econômica e no poder político. 3. mesmo dentro de uma análise da construção ideológica da dominação, o discurso diz muito pouco sobre as estruturas econômicas, políticas e sociais dentro das quais essas construções são produzidas e transformadas (GARCIA, 1992, p. 164).

Dentro dessas linhas, a autora entende que, o ecofeminismo recai no essencialismo ao entender o feminino como estático. Visualizando a partir da análise de gênero, o ecofeminismo é limitado, pois negligencia que “cultura e natureza são histórica e socialmente construídos e variam de acordo com o tempo e dentro das culturas e por períodos de tempo” (GARCIA, 1992, p. 165). Em outras palavras, o debate ecofeminista aborda sim a ação das ideologias nas relações de gênero e na relação com o ambiente, porém, esse debate é limitado e urge ir além na verificação crítica das bases materiais por trás dessas construções. É necessário conhecer “o trabalho que a mulher e o homem produzem, a divisão sexual da propriedade e do poder e a realidade material” (GARCIA, 1992, p. 165), para compreender os processos de inserções sociais, que podem incidir na vida e diferenciar as mulheres dos homens; e, por fim, traçar possíveis respostas acerca das relações com o ambiente, caso seja esse o objetivo (SILIPRANDI, 2000).

Considerando que o ecofeminismo tenta compreender e valorizar saberes tradicionais vindos da relação entre mulheres e natureza, em alguns aspectos, as ribeirinhas pescadoras do Amazonas inserem-se nessa lógica, uma vez que, o foco das relações estabelecidas no cotidiano das pescadoras não é em si a busca incessante por cargos de poder. Por outro lado, se pensarmos pela perspectiva de gênero, temos uma análise muito mais enriquecedora pelo fato dessas mulheres também estarem em busca de reconhecimento profissional, em busca de direitos sociais e inserção em um mundo de trabalho que impõe a presença masculina.

Enrique Leff (2003 apud SILIPRANDI, 2006) considera o ecofeminismo como uma política da diferença, por valorizar o feminino com as vivências, experiências e saberes intrínseco à vida das mulheres. Diante disso, este autor acredita que, como

movimento, pode influenciar muito as lutas sociais e, ao mesmo tempo, ultrapassar ideias patriarcais de dominação. Notamos que, o principal objetivo do ecofeminismo, é revalorizar a relação entre as mulheres e a natureza e, a partir disso, possibilitar mudanças nas relações sociais, transcendendo a lógica que permeia a construção dos estereótipos femininos e masculinos (SILIPRANDI, 2006).

Se pensarmos pelo ponto de vista ecofeminista, as construções simbólicas nas relações entre os gêneros e na forma com agem no meio ambiente, ficam evidentes (CÓRDULA, 2012). O mito do *panema* é um exemplo disso, o qual envolve a justificativa de possuidoras de um estado de azar, as mulheres ficam interdita de exercer o mesmo trabalho exercido pelos homens. No entanto, com a abordagem de gênero podemos ir além e ponderar as bases materiais por trás dessas construções que são, na verdade, formas de inserção social que produzem e reproduzem a divisão sexual do trabalho, dos poderes, diferenciando as mulheres na realidade material (GARCIA, 1992, p.165 apud SILIPRANDI, 2000, p.69). Essa diferenciação não provoca apenas a degradação do meio ambiente, como quer o ecofeminismo, mas a marginalização das mulheres no mundo do trabalho patriarcal e hierarquizado.

Consideramos que, tanto as abordagens de gênero como o ecofeminismo, nos permitiram ver as questões feministas ganhando, a cada década, visibilidade e espaço de discussão, questionando as relações sociais, contribuindo para a mudança dos paradigmas culturais. Por fim, o debate nos propiciou entender que não podemos considerar as relações de gênero, nem seus atributos como biologia pura. Esta relação está envolta por significados e, atribuir características essencialistas à relação entre mulheres e natureza, desconsidera a complexidade das relações materiais de existência.

### 3.1. Mulheres camponesas e pescadoras.

Outro debate que contribui para a interpretação das mulheres rurais, são os que tem como tema o campesinato. Neves e Motta-Maués (2013), em sua análise sobre a produção de conhecimento sobre as mulheres camponesas, consideram que

devemos ultrapassar a recorrente exaltação dessas mulheres por realizarem trabalho que exigem força física, que possuem um papel importante dentro da economia familiar ou expropriação. Para as autoras, é necessário, entender o trabalho dessas mulheres, a partir dos valores econômicos. Quando as percebemos desse ponto de vista, não caímos no discurso da invisibilidade nas ciências sociais, uma vez que são inúmeras as etnografias desenvolvidas que focam a organização e construção cultural de muitos sujeitos.

Com isso, as experiências de vida devem ser objeto de análise e, deve sim, considerar as atividades domésticas, as atividades complementares, sua atuação nas práticas artesanais, agrícolas e agroindustriais. Tais fatores possibilitam reconhecer o papel produtivo das mulheres, por meio de sua participação no trabalho familiar.

O reconhecimento do papel produtivo das mulheres pela participação no trabalho familiar, resultado de lutas sociais de movimentos que articulam interesses específicos aos trabalhadores rurais, tem, contudo, demonstrado diferenças entre as mulheres desse segmento de trabalhadores e dos demais (NEVES; MOTTA-MAUÉS, 2013, p. 27).

A inserção das famílias agricultoras e pescadoras nos espaços de reivindicação de autonomia, tem, segundo as autoras, mudado a vida dessas mulheres. Elas estão cada vez mais presentes nas pautas de discussão nas agendas públicas, colocando a família como alvo e não apenas os homens, como únicos mantenedores da unidade familiar. Porém, Neves e Motta-Maués (2013) chamam atenção para o fato que

marido e mulher investem conjuntamente para obter esse aporte de recursos financeiros, embora nem sempre significando que tais mulheres, explicitamente, engajem-se em demandas por deslocamentos de posições, redes e universos sociais que pressuponham autonomia pessoal; nem sempre também decorrendo descolamentos em relação à condição de esposa associada ao convívio em circuito doméstico. Na maioria dos casos, elas tendem a propiciar condições mais favoráveis especialmente para as filhas. Nos movimentos sociais feministas que articulam mulheres camponesas, é todavia comum que sejam as aposentadas que melhor disponham de tempo e autonomia pessoal e familiar para o trabalho de militância e representação delegada do grupo social ou das mulheres que o compõem. Não só por contraposição metodológica e por diferenciadas articulações situacionais, mas também para destacar as transformações atualmente vividas nos universos familiares de grupos camponeses, entre os quais incluímos os pescadores artesanais, os papéis até recentemente

desempenhados por mulheres no seio da família, como filhas ou esposas (NEVES e MOTTA-MAUÉS, 2013, p. 27-28).

Temos ainda a afirmação da figura masculina em detrimento da feminina. É forte a construção cultural de que as mulheres têm papéis definidos na sociedade. A distinção dos gêneros adequaram e reafirmaram entendimentos socialmente construídos dos padrões a serem seguidos na participação na família. Neste ponto, os princípios encontram-se internalizados e naturalizados, diferenciando os sujeitos conforme o sexo. Essas diferenciações fundamentadas em bases biológicas “justificam ou escamoteiam então projetos de melhoria das condições de vida ou impossibilidades de corresponder a este desejo coletivo, muitas vezes transmutado em norma social” (NEVES e MOTTA-MAUÉS, 2013, p. 28).

Tivemos um pouco dessa abordagem representadas em um dos contatos com as pescadoras de Barreirinha. A pescadora Anicele atua na pesca há 20 anos e possui duas filhas. Afirma que organiza bem os cuidados com os filhos mais novos, mas é um desafio.

Desde cedo, aprendi com a minha mãe, que os serviços de casa, são de responsabilidade minha, porque sou mulher. Eu fui ensinada a cuidar da casa e ajudar meu marido. O sucesso dele é o sucesso da nossa família. Eu pesco há mais da metade da minha vida e todo meu trabalho não é só para mim, é para minha família também. Eu entrei na Colônia para receber o defeso pensando em participar das reuniões, mas é difícil porque meu marido não vai e sem ele eu também não vou (Anicele, Pescadora Artesanal em Barreirinha).

Vemos como os papéis conjugais e a dupla jornada de trabalho influencia na participação das mulheres nos espaços públicos, determinando a ação dos sujeitos. Neves e Motta-Maués (2013, p. 28) analisam que, “se nos debruçarmos sobre essa reordenação de unidades conjugais, veremos o quanto se tem como dado que o campesinato pressupõe reprodução cotidiana da família nuclear ou extensa” e, acreditamos que o mesmo ocorre nas famílias pescadoras.

A unidade familiar encontrada na pesquisa indicou para a nuclear (66% casadas e 13% em união estável sem formalização do casamento). Outros dados

que chamaram atenção, vieram com as pescadoras que informaram ser separadas dos maridos (13%). Algumas enfatizaram que o motivo da separação não foi por exercerem uma atividade profissional. As questões mais apontadas foram o alcoolismo, que em alguns casos gerou violência verbal e física:

Foram muitos anos de sofrimento, mas o meu dia de liberdade daquele casamento chegou. Eu já estava conseguindo andar com minhas próprias pernas e arrisquei. Meus pais me ajudaram porque foi para a casa deles que eu fui quando saí de casa. Não foi fácil. Teve muito drama, mas graças a Deus não afetou a relação dele com os meus filhos. Ele tem a vida dele e eu a minha. Ele ajuda em algumas coisas em casa, mas o alimento não falta. Se está precisando do almoço, eu vou e pesco. Mesmo voltando para a casa dos meus pais, eu tenho minha autonomia e minha mãe fica com meus filhos quando preciso trabalhar mais horas na pesca (Silene, Pescadora Artesanal e Barreirinha).

Este foi o único relato de violência doméstica que obtivemos durante a pesquisa. Algumas outras pescadoras afirmaram que os maridos possuem problemas com álcool, mas não relataram nada além. A subordinação das mulheres nos espaços domésticos é um problema de gênero. Dona Silene confidenciou, após esse depoimento, informou que o ciúmes do marido foi o verdadeiro causador da violência sofrida. Enfatizou que estava vivendo um momento quase completo de vida, quando começaram as bebedeiras e xingamentos. “Os meus filhos já estavam crescendo e eu já estava me dedicando a outras coisas que não fosse ficar em casa. Até ir à igreja se tornou um problema. Até hoje eu não entendo muito, mas como já se passaram anos e anos, eu não penso mais”. A liberdade a qual dona Silene se referiu era a de participar do clube de mães local, para aprender a costurar. Segundo ela, o exercício da pesca, não prejudicou o casamento, mas o marido queria ter o controle de tudo, sem diálogo.

Esse caso aponta, para uma especificidade cada vez mais comum nas unidades familiares, causadas pela busca que as mulheres fazem para ocupar novas posições na sociedade que não sejam apenas as responsabilidades assumidas no ambiente doméstico. Essa realidade não será diferente nas famílias rurais. “No interior das famílias camponesas, como em outros espaços institucionais e redes sociais [...], sobressaem as diferenças que se exprimem em tensões e negociações nas relações entre homens e mulheres” (NEVES e MOTTA-MAUÉS, 2013, p. 34).

Exemplificando algumas práticas artesanais nas quais as mulheres ganharam algum destaque, Neves e Motta-Maués (2013) apontam as camponesas queijeiras<sup>15</sup>. Na pecuária, as autoras asseguram que há, um quadro de desenvolvimento e diversificação, que vem permitindo às mulheres exercer em alguma atividade na produção do alimento, tornando-se parte provedora no rendimento familiar. Assim como na pesca artesanal, com o defeso<sup>16</sup>, as queijeiras artesanais também tem sido alvo de programas de governo assegurando iniciativas locais. O exemplo das queijeiras artesanais traz mais uma possibilidade de reconhecimento profissional, para as agricultoras, que já exerciam a atividade profissionalmente há muitas gerações<sup>17</sup>. Esse reconhecimento significa acesso a direitos sociais como auxílio maternidade e aposentadoria.

Oficialmente reconhecidas agricultoras, as mulheres alcançam ou vislumbram o acesso à aposentadoria, redefinindo as projeções de participação na gestão do espaço doméstico e em percursos de vida pessoais, correspondentes à constituição de meios de negociação da autonomia desejada. (NEVES E MOTTA-MAUÉS, 2013, p. 35)

No entanto, ao contrário das pescadoras, as queijeiras possuem uma relação de dependência com o mercado. Neves e Motta-Maués (2013, p. 35) informam que as queijeiras, possuem uma dependência com a mediação mercantil, fruto do processo da especialização produtiva como orientação econômica. Na prática da pesca, a produção obtida no dia-a-dia de pescaria é destinada, na maioria dos casos, para o consumo familiar<sup>18</sup>. As pescadoras destacaram que quando pescam para vender, o dia de pesca é longo e geralmente envolve toda família pescadora.

---

<sup>15</sup> Queijeiras artesanais do Rio Grande do Sul.

<sup>16</sup> No caso da relação das mulheres com o seguro defeso, Maia (2009) acredita que, apesar das mulheres sempre terem exercido a pesca para a subsistência da família, o seguro veio como um incentivo e possibilidade de profissionalização das pescadoras artesanais do Amazonas. Maia (2009) destaca ainda que, a Política do Seguro Desemprego do Pescador Artesanal (SDPA) tem, como finalidade, a proteção e conservação do recurso natural e não ser fonte distributiva de renda para a pescador artesanal.

<sup>18</sup> Outro ponto a ser destacado é que, no caso das queijeiras há “a junção das tradições rurais, que se mesclam com valores próprios da sociedade industrial, num processo em que algumas coisas permanecem, outras se transformam e algumas desaparecem (NEVES E MOTTA-MAUÉS, 2013, p. 35).

### 3.2. Alguns aspectos do trabalho da pesca na Amazônia

No conjunto das atividades produtivas da população amazônica, historicamente destaca-se a pesca, sendo a mais tradicional realizada pelas populações que vivem na região, principalmente as que vivem nas áreas rurais - várzea ou terra firme. Assim, esta prática se configura como principal fonte proteica, possibilitando a reprodução social das famílias das áreas rurais, as quais, na maioria das vezes, desenvolvem a atividade para subsistência, não configurando comercialização em grande escala. Com isso, observa-se que a importância dos recursos pesqueiros é diversa (BATISTA *et. al.*, 2004).

A pesca artesanal é uma das primeiras atividades econômicas da Amazônia colonial, sendo que, os colonizadores portugueses, utilizavam o pescado como moeda de pagamento e troca no século 17 (FURTADO, 1981). Fato que gerou a valorização do pescado e demandou o surgimento de alguns pesqueiros-reais na região para proteção destas riquezas. O grande aumento pela demanda de pescado nos centros urbanos, particularmente para a Manaus da Zona Franca em efervescência, gerou o mercado fundamental para a existência da atividade mercantil pesqueira. Entretanto, “longe do tradicional enfoque sobre o papel ecológico ou econômico, cabe ressaltar o impressionante impacto social e cultural deste recurso na região” (BATISTA *et. al.*, 2004).

A pesca artesanal é definida como aquela praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte. A pesca artesanal é exercida pela unidade familiar para fins de subsistência da unidade familiar e não em grande escala. Faz uso de instrumentos de pesca específicos como: malhadeira, anzóis, arpão. Utiliza meios de transporte como canoa motorizada ou não. Foram a evolução nesses apetrechos e meios de transporte que possibilitaram à mulher exercer a pesca profissionalmente.

A tecnologia de pesca empregada proporcionou um desenvolvimento desde o contato com os portugueses. “Redes passivas já eram utilizadas pelos índios Carajás do rio Araguaia, Pará, durante os séculos XVII e XVIII, sendo

confeccionadas com feixes de fibra de embaúba [...]” (BATISTA et al, 2004, p. 64). Estes instrumentos de pesca eram usados como obstáculos ao deslocamento dos peixes que eram apanhados manualmente, ao invés de aproveitar para emalhar, como atualmente (SMITH, 1979).

Na trajetória da evolução do uso de apetrechos como a malhadeira, Veríssimo (1985) e Batista (2004) informam que:

O uso da malhadeira não era observado durante o final do século passado, assim como Le Cointe (1944), Bittencourt (1951) e Pinto (1956) não mencionam seu uso no início do século XX. Meschkat (1961) descreve a presença e uso de malhadeiras na região no início da década de 60, porém destaca que ainda seriam pouco frequentes. Petrere (1978) já mostra um uso frequente da malhadeira na pesca na década de 70, assim como Smith (1979) indica o mesmo na pesca ribeirinha no Alto Amazonas. (p.64)

O uso de apetrechos que otimizam o trabalho da pesca é notado a partir das décadas de 60-70. Essas mudanças acompanham os planos de desenvolvimento do governo federal para a Amazônia que, juntamente com incentivos, buscam desenvolver e potencializar as atividades exercidas na região.

Quanto aos arcos e flechas, esses já faziam parte do cenário da pesca e são heranças ameríndias. Tarrafas não eram empregadas pelos índios, mas foram introduzidas na época colonial, juntamente com redes de arrastos (BATISTA, 2004). Estas últimas caracterizam-se como uso exclusivo da pesca de arrastão, que possui características distintas da pesca artesanal. Os anzóis e arpões<sup>19</sup> também são herança ameríndia.

A captura tradicional dos peixes eram realizadas de forma considerada simples, com a utilização de linha e anzol, arpão ou arco e flecha. Já o uso das redes cresceu a partir da década de 60-70, com o acesso fácil ao náilon, que permitiu à malhadeira tornar-se o utensílio de pesca mais importante da pesca tradicional (BATISTA, 2004). O uso de tais instrumentos é passado de geração para geração. Com a facilidade de acesso a esses instrumentos, pouco a pouco as mulheres vão aprimorando a pesca e ganhando espaço.

---

<sup>19</sup> Haste longa de madeira com ponta metálica afiada e na outra ponta uma corda (arpoeira) que tem uma boiá (BATISTA, 2004).

Sendo a principal fonte proteica na alimentação das populações ribeirinhas amazônicas, o pescado possui, uma estimativa de uso direto de 369 g dia no Médio Amazonas ou 134,7 kg ano (BATISTA apud CERDEIRA *et al.*, 2004) e 500-800 g/dia no Alto Solimões ou 182,5-292,0 kg ano (BATISTA apud FABRÉ & ALONSO, 2004). Esses dados se configuram nos maiores valores de consumo de pescado historicamente registrado no mundo e reflete a forte relação dos amazônicos com os peixes da região.

Segundo Barthem *et. al.* (1997), a atividade pesqueira na Amazônia pode ser dividida e caracterizada em cinco categorias: a) pesca de subsistência, b) pesca comercial, c) pesca industrial, d) pesca ornamental, e) pesca esportiva. Essas são realizadas de acordo com a dinâmica da natureza, em que são considerados os períodos de cheia, vazante e seca que, por sua vez, fazem variar as espécies capturadas e a renda do grupo familiar durante o ano.

A pesca de subsistência ou artesanal pode ser entendida como pesca tradicional amazonida, ou seja, uma atividade cotidiana praticada artesanalmente sem escala comercial, a partir de uma tradição cultural. Na maioria das vezes, ela é realizada pelo chefe do grupo familiar com a ajuda de outros moradores da casa. No contexto da pesca de subsistência, os pescadores utilizam os complexos sistemas aquáticos, geralmente situados próximos de suas moradias, deslocando-se em canoas a remo ou com *motor rabeta*, sendo este último o mais utilizado atualmente. Anteriormente, a canoa a remo era a mais utilizada com o uso de seus apetrechos de pesca chamados no Amazonas de “utensílios de pesca”, aparelhos simples - linha de mão com anzol, arpão ou arco e flecha - “com técnicas conhecidas há séculos e parte delas já descritas ao final do século XIX” (SMITH, 1979).

Furtado (1985) destaca que a pesca, ao longo dos anos, tem sofrido diversas transformações em nível econômico e político. Tais mudanças estão relacionadas ao processo produtivo da atividade, bem como, de implementação de políticas públicas no setor. Destacamos as ocorridas no contexto da produção pesqueira, uma vez que, nas décadas de 60 e 70, com a ampliação do parque industrial pesqueiro na Amazônia, ocorreu o aumento da jornada de trabalho dos pescadores comerciais, iniciando novas configurações de trabalhadores. Foi nesse período, que o setor ganhou novos atores sociais, ocorrendo a inserção de outros pescadores

profissionais, incluindo nas políticas, também os que residiam nos grandes centros urbanos. Dessa forma, deixa de existir apenas a figura do pescador que vive em comunidades e/ou cidades próximas de pesqueiro e surge a necessidade de maiores investimentos financeiros e de novas tecnologias para realização da atividade. Além disso, há de se pontuar também uma forte concorrência e um aumento de custo na produção tecnológica/comercial.

Entender a história dos pescadores na Amazônia significa compreender os processos de socialização do meio cultural, do patrimônio biológico, dos instrumentos de trabalho e do convívio com a natureza. É necessário perceber as características socioculturais, econômicas e históricas, seus problemas e tendências de transformação em evidência, pois “o *modus vivendi* de uma parte da população amazônica é permeado pelo signo das águas do rio Amazonas” e seus afluentes (FURTADO, 1993, p. 23).

O exercício de várias atividades ao mesmo tempo é comum, uma vez que a polivalência, é uma consequência da sazonalidade das águas dos rios da Amazônia. Dependendo da época do ano, os pescadores exercem a agricultura e o extrativismo com a mesma dedicação que exercem a pesca. Para tanto, depreender a pesca na Amazônia requer, o entendimento de sua diversidade ecossistêmica. A região apresenta variações que fazem emergir paisagens sociais e econômicas relativamente diferenciadas.

A Amazônia não é somente ambiente físico, tampouco apenas ambiente humano. Ela pode ser compreendida também como um todo complexo que envolve aspectos políticos e sociais resultados de uma construção histórica que, por sua vez, envolve as relações sociais dos homens entre si e com a natureza. Assim, os vários segmentos sociais que compõem a Amazônia hoje, não são homogêneos, pelo contrário, apresentam uma diversidade, uma pluralidade que coloca em evidência as particularidades regionais com base nos conhecimentos tradicionais herdados das populações, sobretudo as indígenas, em consonância com os saberes e conhecimentos apreendidos historicamente de outros povos e culturas que se fizeram e se fazem presentes na região nos dias atuais. A influência destes outros povos, principalmente os portugueses, fez surgir a cultura regional dos caboclos amazônicos (MORÁN, 1990). Esta cultura pode ser visualizada enquanto síntese

dos conhecimentos produzidos e assimilados pela sociedade sobre o meio que vive, sendo esta mediatizada pela relação dos homens entre si, bem como, por suas inter-relações com a natureza. Neste caso, as relações homem-natureza encontram-se mediadas pela cultura, por experiências acumuladas pelos povos “ao longo de gerações e pelos valores sociais e políticos que a sociedade impôs a tais relações” (MORÁN, 1990, p. 30).

Nessa relação, o contato do homem com natureza na Amazônia pode ser identificada a partir de vários aspectos: trajetória de vida, formas de uso e gestão dos recursos naturais, organizações sócio-políticas e atividade produtiva. Em várias partes da Amazônia, populações ribeirinhas desenvolvem sistemas de manejo do trabalho em áreas rurais, organizando-se fora do sistema formal de gestão dos recursos naturais, para disciplinar a exploração da fauna e da flora, numa perspectiva coletiva e participativa (MACGRATH et al, 1993; MACDANIEL, 1997; BEGOSSI, 2001). Com níveis diferenciados de dependência dos recursos naturais, alguns grupos atingem também níveis diferenciados no desenvolvimento e formas de organização do manejo: ordenamento no uso dos recursos coletivos; estabelecimento de acordos formais que incluem normas de acesso; proibição de uso de técnicas predatórias; e, regras explícitas sobre a divisão do fluxo de recursos entre os usuários (PEREIRA & CARDOSO, 1999).

Para estas populações, a percepção do ambiente inclui juízos de valor e crenças, fazendo com que a natureza tenha dimensões imaginárias (DIEGUES, 1996, p. 63). Estas simbologias também passam pelas relações entre os sexos. Diante disso, outro fator que emerge em nosso debate refere-se ao fato que também no meio rural podem haver diferenciações entre o que se destina ser trabalhos para as mulheres e trabalhos para os homens, que discorreremos no próximo tópico.

### 3.3. Mulheres pescadoras ribeirinhas do Amazonas

Os estudos sobre as relações entre os gêneros no meio rural no Brasil adquiriram uma maior visibilidade a partir da década de 80. Podemos citar três fatores que se destacam: 1) a produção de pesquisas sobre o movimento feminista,

ênfatizando o trabalho das mulheres rurais; 2) A verbalização por meio dos movimentos sociais de base sobre a realidade das trabalhadoras rurais; 3) Pesquisas enfocando o campesinato dos ribeirinhos, das populações indígenas, comunidades de coletores e pescadores (CORDEIRO e SCOTT, 2007).

A ação coletiva das mulheres na agricultura, por exemplo, a partir dessa década, caracterizou-se como um movimento no cenário político da época com grande destaque. A organização das mulheres passou a ser uma forma de roçar ideias e traçar perspectivas reivindicativas para suas vidas e trabalho. Cordeiro e Scott (2007, p. 420) entendem que as lutas que conseguiram uma maior visibilidade política precisavam ser avaliadas e analisadas a partir de quatro eixos: reconhecimento do trabalho na agricultura; nos sistemas agroextrativistas; pelas lutas pelo direito à terra; e, pela reforma na estrutura sindical, por meio de associações ou diretorias de sindicatos e federações. Essas perspectivas foram fundamentais para entender o contexto da mulher na pesca amazônica, uma vez que estas vão buscar nas entidades representativas uma forma de consolidação e reconhecimento da pesca profissional.

O movimento rural ganhou destaque devido as iniciativas da organização social da população rural, na reivindicação de direitos e melhores condições de trabalho. As trabalhadoras rurais entram nesse cenário articulando-se com movimentos sindicais rurais e com movimentos de mulheres que participavam assiduamente das mobilizações, requerendo o direito de inclusão de suas reivindicações na nova Constituição de 1988. Dentre as conquistas, destacaram-se: os direitos trabalhistas para homens e mulheres trabalhadores rurais e o acesso ao benefício da Previdência Social (CORDEIRO; SCOTT, 1990).

Já no início da década de 90, a participação da mulher em organizações trabalhadoras diminuiu, restringindo a sua representatividade no desenvolvimento de políticas e programas (CORDEIRO; SCOTT, 2007). As mudanças sucedidas na década seguinte forneceram mecanismos que delinearam uma nova estrutura de trabalho rural, ainda limitado à agricultura.

Navarro (2002) elenca como fator de destaque, a implementação de políticas neoliberais, as quais indicaram mudanças que aprimoraram a esfera tecnológica.

Concomitante a essas mudanças, o avanço tecnológico nos apetrechos de pesca e nos meios de transporte aquáticos possibilitou à mulher, maior acesso à pesca. Mas foi a partir dos anos 2000, que a mulher pescadora, dentro de uma nova configuração social, entrou efetivamente para o cenário das políticas sociais. Somado a isso, em 2003, com a implementação do Seguro Desemprego do Pescador Artesanal, a pesca adquiriu maior visibilidade social e política.

As mulheres na pesca, não estão dentro das formas de dominação e exploração assalariada por não haver relação entre empregador e empregado. No entanto, ao investigarmos as causas determinantes do *modus operandi* dessas formas de dominação na sociedade, entendemos que há algo engendrado nas relações que permeiam a divisão sexual do trabalho. Nesse sentido, “tanto a divisão do trabalho quanto a divisão sexual do trabalho devem ser entendidas no fio das relações econômicas onde elas se manifestam” (SILVA, 1991, p. 61-62). Portanto, tomou-se como pano de fundo, as relações de dominação patriarcal, intrínsecas à análise da sociedade.

As relações de dominação patriarcal precedem as determinadas pela relação da dominação e posse da força de trabalho. Dito isso, privilegiamos o “ser mulher” nas relações que se estabelecem no contexto rural, especificando a sua inserção no trabalho da pesca. Nesse contexto, as contribuições de Thompson (1978) nos permitiram considerar que, a cultura e a experiência, são partes direcionadoras e importantes para a análise, uma vez que,

com a “experiência” e “cultura”, estamos num ponto de junção de outro tipo. Pois as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou [...] como instinto [...]. Elas também experimentam sua experiência como sentimentos e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidade, como valores ou [...] na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral (THOMPSON, 1978, p. 189).

Essa perspectiva contribui para analisarmos o papel da mulher em seu contexto, elencando os aspectos culturais, afetividades e saberes próprios

demonstrados no conhecimento do *habitus* (BOURDIEU, 1983). Nessa perspectiva, o campesinato pode ser observado a partir da assimilação do espaço doméstico e de trabalho. Por exemplo: o cotidiano, que envolve a responsabilidade com as tarefas da casa e os cuidados com os filhos, em contraponto com a preparação para a saída para um dia de trabalho. Com esta abordagem, buscamos coligar análises sobre a inserção da mulher no contexto do trabalho rural, tendo em vista, as perspectivas explicativas sobre a realidade dos modos de vida, em uma dimensão específica.

Para ponderar as trajetórias sociais das mulheres no meio rural partimos da premissa de que:

As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar a história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. [...] elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder enxertadas sobre seu uso próprio do tempo e do espaço (PERROT, 2007, p. 212).

Desse modo, ao abordamos as relações entre os sexos, o papel das mulheres, por vezes, será determinado pela sua função reprodutiva e medido pela força física, que a sujeitará a papéis que a inferiorizam (SCOTT, 1990). Para isso, o gênero surge como como possibilidade de compreender a relação entre os sexos, para além do determinismo biológico, tácito à utilização do termo como sexo ou diferença sexual (SAFFOTI, 2004).

### 3.4. Questão de Gênero: relações de poder em evidência

A diferença sexual, na perspectiva da análise de gênero, é observada como organização social e específica as desigualdades socialmente construídas, que exibem relações hierarquizadas como padrões. Nesse ponto, considerar as relações de gênero requer considerar as relações de poder enraizadas na diferenciação sexual (SOIHET, 1997). Dessa forma, o gênero como categoria destacou-se como um instrumento metodológico, não apenas das relações entre os sexos, mas

também da construção, reprodução e mudança das identidades que ocorrem a partir das relações sociais.

Como já citado, o conceito central de gênero possibilita unificar o conjunto dos estudos feministas e nos apresenta duas dimensões a serem consideradas: 1) o determinismo biológico não apresenta evidências suficientes para argumentar, explicar e diferenciar o masculino do feminino; 2) refere-se ao fato de que o poder é disseminado de maneira desigual e coloca a mulher em situação de subalternidade em relação ao homem na organização da vida social (SORJ, 1992). As diferenciações entre os sexos são construídas culturalmente e passadas de geração em geração, como padrões a serem seguidos. Por conseguinte, com o conceito de gênero deve-se analisar os fatores históricos que apontam essas simbologias e elaborações culturais, que expõem a mulher a um papel secundário na sociedade, a partir de cada contexto específico.

Maluf (2009) apontou para ponderação da questão de gênero pela diferença nas trajetórias e vivências/experiências social e histórica das mulheres. Enfatizou que, “diferentes mulheres implicam em diferentes materialidades que precisam ser abordadas, compreendidas, consideradas” (MALUF, 2009, p.14). Mas, há um ponto em comum entre as mulheres pescadoras de Barreirinha. Estas demonstraram de várias formas que o “ser mulher” pesa, quando assumem publicamente que são pescadoras. A descrença por parte da sociedade e órgãos de representação pública são um exemplo disso. Nos discursos das pescadoras, apareceram situações vividas, nas quais foram julgadas, por ideias preconcebidas, sobre o “ser mulher” e pescadora. Várias vezes, segundo elas, passaram por situações na qual foi posto em dúvida, se elas realmente exerciam a pesca. Há, nesses julgamentos, o entendimento de que, por serem pescadoras, não poderiam estar bem vestidas, usar perfume, pintar as unhas ou usar batom.

### 3.5. O público e o privado na construção das identidades de gênero

As identidades masculinas e femininas são produzidas social e culturalmente, e por isso, determinam as oportunidades de exercício profissional. Essas identidades

são produzidas e reproduzidas, desde as etapas iniciais da socialização dos indivíduos, baseando-se, entre outros fatores, aos que separam o público do privado. Os espaços públicos são os espaços da sociabilidade, no qual, os interesses da coletividade estão expostos, isto é, a interação do mundo exterior ao ambiente familiar; enquanto o espaço privado é definido em contraposição ao espaço público, de exercício de atividades como as profissionais.

Os espaços públicos e privados se constroem como *locus* para as relações sociais entre os sexos. A emancipação das mulheres dentro da família é parte constituinte e um dos fatores que vão estar nesse debate. Por outro lado, os papéis sociais coexistirão e ainda caberá à mulher, a responsabilidade pela manutenção do ambiente doméstico. Isso significa que, os papéis de gênero, sempre aparecerão nas relações cotidianas dessas mulheres e essenciais para entender suas vivências e relações sociais e de trabalho.

O lugar da mulher na pesca tem sido cada vez mais evidente. Maneschy (2013) aponta que, nas primeiras décadas do século 21, essa participação cresceu e se tornou visível. O registro de mulheres pescadoras junto às superintendências de pesca e organizações de classe tem sido comum. Esse fenômeno deve-se, de acordo com a autora, à implantação da Lei da Pesca do Brasil, que incorporou uma concepção mais ampliada do *ser pescador* e, por sua vez, “[...] abriu portas para o pleno reconhecimento das mulheres enquanto agentes produtivos nesse setor, até há pouco tempo, visto como formado fundamentalmente por homens” (p. 42).

Quando aborda a pesca nesse ponto de vista, Maneschy (2013) afirma que, em regiões como a Amazônia paraense, a pesca difere-se em muitos aspectos da praticada pelas mulheres ribeirinhas e pescadoras do Amazonas. Em algumas regiões do Pará, a mulher se ocupa das tarefas pré e pós-captura dos pescados. As mulheres pescadoras do Amazonas, têm se ocupado, além da pré e pós-captura, do próprio processo de captura do pescado.

Maneschy (2013, p. 42) reafirmou o que comprovamos na pesquisa e ao fazer comparações entre pescadoras, confirmou: assim “como no caso das marisqueiras nas comunidades costeiras do Nordeste, ou as pescadoras de camarões no estuário amazônico”, as pescadoras dos lagos e rios do Amazonas também se ocupam do

processo de captura do pescado. Todavia, mesmo com essa realidade evidenciada, a autora conclui que, o número de mulheres que buscam registrar-se como profissionais, não é significativo, considerando o universo de mulheres que praticam a pesca artesanal, para a subsistência. Essa realidade estende-se para as que buscam atuar nas entidades representativas dos pescadores.

Em pesquisa realizada com pescadoras embarcadas do litoral de Santa Catarina, Gerber (2013) encontrou mulheres na pesca e considerou que essas mulheres,

se deparam continuamente com questões concernentes às relações e aos papéis de gênero nos processos de aprendizado, vivência e continuidade na pesca, um universo de gênero hierárquico que não reconhece: primeiro, a existência de mulheres pescadoras; segundo, o fato de, se uma mulher está na pesca, já não se trata de uma mulher, mas de um homem. Essa não é uma questão, inicialmente, delas, mas deste mundo que as rodeia e que, portanto, se torna também delas por nele estarem inseridas (GERBER, 2013, p. 41).

Em sua tese, Gerber (2013, p. 41) suscita o debate que encontramos em Butler (2003), para o qual, considerar que estas mulheres estão inseridas nas relações de gênero alude “um universo onde os modelos são extremamente hierárquicos, e que é vivenciado dentro e fora, pois não diz respeito apenas à pesca, mas à forma como o próprio Estado concebe a pesca”. O reconhecimento dos direitos entrou em voga, a partir do momento que as mulheres, são invisíveis nos textos das leis que preconizam os direitos dos trabalhadores rurais. Gerber (2013), acrescenta:

O Estado constrói, portanto, dispositivos biopolíticos de hierarquização onde um homem é reconhecido como pescador, mas onde uma mulher, que desempenha o mesmo trabalho, para ser reconhecida como pescadora e ter, por exemplo, o direito à aposentadoria, precisa constituir provas, entre as quais, que é filha ou mulher de pescador (p. 41).

A tese de Gerber (2013) é de que as pescadoras, por serem invisíveis nas políticas públicas, não são reconhecidas como profissionais executoras da pesca artesanal. Esse é mais um ponto a ser considerado nas relações de gênero, pois as

políticas públicas são um reflexo da ausência de um debate mais sólido entorno da profissionalização das mulheres na pesca.

Estas abordagens não se limitaram à análise das mulheres em relação ao ambiente doméstico, mas ampliam a visão para a conquista de um espaço no mundo do trabalho. Consideramos que a mulher que busca um espaço no mundo trabalho, não se limita às imposições culturais que limita seu espaço ao ambiente doméstico. Elas passam a ocupar novas posições no âmbito familiar ao também gerenciarem o capital doméstico; ao ganharem com atividades complementares; exercerem uma atividade profissional, que também seja a base fundamental da sobrevivência familiar; e ainda, cumprir com as responsabilidades com os filhos e afazeres domésticos.

Especificamente sobre a pescadoras artesanais, os estudos de Maneschy (2013), na região do Pará nos trouxe muitas possibilidades de entendimento da prática profissional, nas últimas décadas. A autora discorre que apesar de muitos serem as afirmações de que as mulheres ainda são invisibilizadas, em alguns aspectos, a visibilidade social e política caminhou. Um dos fatores comprovadores dessa afirmação encontramos no número de mulheres registradas nas organizações de classe, mesmo que não seja significativo e não acompanhe o número de homens na mesma proporção, tem aumentado.

Após a instituição da Lei de Pesca do Brasil<sup>20</sup>, houve a ampliação do entendimento do que vem a ser um profissional na área da pesca possibilitando às mulheres o reconhecimento de suas atividades também enquanto agente produtivo no setor.

A definição de “atividade pesqueira artesanal” passou a incluir os “trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca e o processamento do produto da pesca artesanal”, ou seja, as tarefas pré e pós-captura, nas quais é grande a presença das mulheres. As atividades de captura já se enquadravam no conceito anterior de pesca, que contemplava as mulheres que as exerciam, como é o caso das marisqueiras nas comunidades costeiras nos estados do Nordeste, ou as pescadoras de

---

<sup>20</sup> A Lei 11.959 de junho de 2009 veio como parte da implantação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, para regulamentar as atividades pesqueiras revogando as leis anteriores.

camarões no estuário amazônico ou, ainda, as pescadoras em lagos e rios nessas regiões. Contudo, vale notar que, apesar do amparo legal, mesmo essas pescadoras não se registravam como profissionais, não atuavam nas organizações em proporções significativas e, muito menos, eram referidas nas estatísticas pesqueiras [...] (MANESCHY, 2013, p. 41).

No decorrer deste trabalho comprovamos com Maneschky (2013) que, mesmo com o amparo legal, as mulheres têm pouca participação nas organizações representativas. Algumas mulheres, no caso das pescadoras de Barreirinha, residem nas beiradas dos rios ou em comunidades próximas o que dificulta o deslocamento com frequência para a sede municipal.

São vários os fatores que podem contribuir para a ausência de mulheres organizadas politicamente na pesca. Há um cenário composto por fatores sociais, culturais e políticos que sempre contribuíram para uma maior marginalização das mulheres. Maneschky (2013) elenca que a inserção das mulheres no setor sempre ocorreram de maneira flutuante e descontínua. Isso ocorre porque sempre exercem a pesca para prover o consumo próprio e não passar pelos mercados locais. Outra questão refere-se à combinação de atividades produtivas, o que dificultaria na definição de uma profissão apenas.

Identificamos tal situação com as pescadoras de Barreirinha. Dos questionários aplicados com as pescadoras, 93% afirmaram exercem a agricultura juntamente com a pesca, mas entendem a pesca como sua profissão. Maia (2009) considera que com a Lei da Pesca, todos os pescadores foram categorizados como trabalhadores rurais, justamente considerando a polivalência. As pequenas plantações são uma prática dos ribeirinhos Amazônicos. Mesmo que seja uma prática tão tradicional como a pesca, Maneschky (2013) analisa que a combinação de várias atividades que dependem do tempo e lugar podem encobrir a trabalhadora, no sentido de camuflar a atividade profissional diante de representações dos trabalhadores.

Quando nas entrevistas as pescadoras revelaram buscar acessar o Seguro Desemprego do Pescador Artesanal, com o intuito de ter seus direitos como pescadoras reconhecidos, demonstra que mesmo não havendo uma organização efetiva, há uma luta pelo reconhecimento profissional. Das pescadoras que

responderam os formulários grande parte analisaram que, a política do seguro defeso é um avanço, e esse acesso significa ter cidadania, direitos sociais (40%) e atestado de que são pescadoras profissionais (30%).

Meu pai e minha mãe são de um tempo que o trabalhador rural tinha acesso a alguns direitos, mas era difícil. Tinha falta de informação. Eu acredito que hoje, a vida do pescador é mais fácil nesse sentido, porque temos a Colônia e os bancos em Barreirinha. Antes eu não era pescadora profissional, eu era dona de casa e ajudava meu marido quando tinha roça e cuidava das coisas de casa, agora eu sou pescadora com RPG<sup>21</sup> (Aparecida, Pescadora Artesanal em Barreirinha).

Eu busquei o seguro pelo incentivo dos outros pescadores que conheço. A Colônia me ajudou muito no processo e foi uma grande surpresa, porque eu não sabia que poderia receber. Eu me sinto reconhecida sim porque vou poder me aposentar como pescadora (Mariza, Pescadora Artesanal em Barreirinha).

Maneschy (2013) chama atenção para outro fator retardador do reconhecimento profissional das pescadoras: a herança de uma divisão sexual também no trabalho rural e a definição da dependência dos cônjuges. Já abordamos aqui, a análise da Marina Maluf sobre o debate que precedeu a Constituição de 1988 e de sua natureza patriarcal. Mas Maneschy (2013) nos direciona a entender esse processo no meio rural.

A trabalhadora rural, incluindo a pescadora, era definida como dependente do cônjuge, a quem cabia o pleno gozo dos direitos sociais e previdenciários – aliás, já limitados em valor e abrangência da cobertura, pois nem se equiparavam aos que eram atribuídos aos trabalhadores urbanos em condição socioeconômica similar. Em tal contexto, as colônias de pescadores foram, desde sua criação a partir da segunda década do século passado, espaços eminentemente masculinos. O mesmo se dera por muito tempo com os sindicatos de trabalhadores rurais. (MANESCHY, 2013, p.45)

Esses elementos, segundo a autora, nos permitem compreender o quanto o reconhecimento de que as mulheres, juntamente com os homens, trabalham no setor pesqueiro. Dentre os primeiros trabalhos que contribuíram para conhecermos a situação das mulheres no setor pesqueiro, são os de Nancy Fraser (1997), sobre a

---

<sup>21</sup> O Registro Geral da Pesca (RGP) é um documento de identificação do pescador artesanal criado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura.

situação das pescadoras marítimas. Maneschy (2013) destaca que Fraser (1997), sempre chamou atenção para a ordem econômica vigente que organiza os papéis de gênero, legitimando e separando o trabalho produtivo do reprodutivo, destinando às mulheres apenas o trabalho reprodutivo. Mais uma vez, a organização da pesca é analisada na relação do trabalho em alto-mar, que difere, em muitos aspectos do trabalho das pescadoras ribeirinhas da Amazônia. No entanto, não deixamos de vislumbrar, a importância de sua análise sobre as fronteiras que se expressam-se também no espaço físico. Na pesca artesanal na Amazônia, as mulheres desempenham quase as mesmas atividades que os homens, mas, como já citado, na pesca comercial, as mulheres são quase inexistentes.

#### 4. VIDA RIBEIRINHA: O LUGAR DA MULHER NA PESCA ARTESANAL

Nas entrevistas, optamos por deixar as pescadoras discorrerem sobre o que quisessem, direcionando algumas vezes, conforme o necessário e perguntas elencadas no roteiro da entrevista<sup>22</sup>. O objetivo não foi traçar a autobiografia sem lacunas e sim conhecer a realidade presente das mulheres e a partir disso, conhecer o que foi vivido, trechos de suas vidas, analisando os sentidos atribuídos por elas. Entendemos a narrativa como Maluf (1999), para a qual, esse contato propicia, “desvendamento ou revelação da pessoa, dando sentido à sua experiência” (p. 76). Mesmo que cada entrevista fosse cheia de timidez e cada frase uma conquista, ao falarem de si, as pescadoras percorreram lembranças, resignificando-as, a partir do que conferia sentido a sua experiência.

Gerber (2013), analisando pescadoras embarcadas do litoral de Santa Catarina, relata que muitas mulheres demonstravam revolta e angustias por terem iniciado na pesca muito cedo (aos sete, oito, nove anos de idade). Diferente das pescadoras do mar, as pescadoras ribeirinhas da Amazônia relataram não terem enfrentado essa obrigatoriedade. Quando, a partir de suas lembranças, falaram sobre como iniciaram na pesca, observei um certo saudosismo nas falas ao lembrarem que aprenderam o ofício com algum membro da família, da relação com o pai, mãe e irmãos. A pesca, para essas famílias, é uma questão de sobrevivência familiar, e não uma atividade com lógica comercial e acumuladora. A quantidade sempre é definida pelo número de membros da família ou para venda, em pequena escala.

É na organização familiar que podemos obter um maior número de informações sobre a realidade vivenciada pelas populações na Amazônia. A família constitui-se como o ambiente primeiro e fundamental, no qual seus membros passam por experiências, desenvolvem e aprimoram habilidades. Essas experiências são essenciais para a sua sustentabilidade. É na família, que se reproduzem práticas sociais e culturais. Dentre estas práticas, a pesca obviamente ganha destaque.

---

<sup>22</sup> Apêndice.

Figura 9 - Família de Ribeirinhos em época de cheia dos rios no Amazonas



Fonte: Jaime Severich.

A família é na Amazônia, o grupo mais profundo por excelência. No deserto humano planetário, ela se constitui o reduto fundamental da resistência humana, ante os problemas e dificuldades reais e aparentes (ARAUJO, 2003, p. 167).

Ao considerarmos a questão das mulheres na família, é comum que os autores a descrevam como possuidoras de virtudes domésticas naturais, enfatizando, em alguns casos, a inexistência do feminismo (ARAUJO, 2003; WITKOSKI, 2010). Tais compreensões apontam a situação da mulher na pesca, como uma atividade exercida em pequena escala, na qual, ela ocupa-se especificamente da pesca artesanal, uma vez que outros tipos de pesca como a comercial, realizada em grande escala é marcada por uma forte divisão sexual do trabalho e exercida essencialmente por homens.

Os primeiros estudos sobre a presença das mulheres na pesca, derivou da prática da atividade no litoral. Esses estudos demonstraram que, nestes grupos pesqueiros, os padrões da divisão sexual do trabalho se dão pela organização das tarefas designadas para os homens e para as mulheres. Em geral, os homens

ocupam-se da prática em lagos distantes ou, no caso do litoral brasileiro, em alto mar; e as mulheres, das atividades em terra (MALDONADO, 1986; WOORTMANN, 1992; MANESCHY, 1995; LIMA, 2003). Com isso, a divisão do trabalho traz consigo *status* que a diferenciam e hierarquizam as atividades, atribuindo valores ao trabalho desempenhado por cada grupo.

Ao considerarmos as diferenciações entre os sexos, além do trabalho profissional, as mulheres conciliaram seu dia-a-dia entre a responsabilidade com a casa, cuidados com os filhos e a responsabilidade pela organização do grupo familiar. A responsabilidade com a esfera doméstica, também permeará o trabalho feminino em vários âmbitos do meio rural. São destinadas às mulheres as funções de reprodução, cuidados com a família, fazendo com que elas se ocupem, em alguns casos, das atividades pós-pescaria (LIMA, 2003).

Pereira (2009), ao estudar as gerações de mulheres pescadoras e as transformações da pesca no médio rio Tocantins discorrem que, a partir da década de 70, a produção acadêmica passou a ampliar seus esforços para entender as novas configurações que fazem das mulheres, antes dedicada à esfera doméstica, adquirir visibilidade e ganhar cada vez mais espaço no setor pesqueiro antes dominado pela figura masculina. Essa visibilidade ocorreu pelas transformações que ocorreram no setor, abarcando o aprimoramento nos apetrechos de pesca, assim como incentivos, por meio da intervenção estatal, que criaram um cenário propício para o desenvolvimento da pesca em várias regiões do Brasil<sup>23</sup>.

A divisão dos papéis sociais na pesca caracteriza-se pela distinção das atividades realizadas pelo homem e pela mulher, apresentando uma divisão nas tarefas. Ao contrário da pesca marinha, na qual existe uma divisão espacial, na

---

<sup>23</sup> Dentre os primeiros estudos sobre gênero na Amazônia, destaca-se Viagens ao Brasil: 1865 – 1866, no qual, Louis Agassiz, naturalista e geologista, comandava uma pesquisa sobre a fauna ictiológica da bacia Amazônica, e se diferenciou das demais expedições, por trazer os registros de Elizabeth Agassiz acerca das características e hábitos das populações encontradas no decorrer da pesquisa. Os estudos de Elizabeth Agassiz destacaram-se por serem os primeiros a ter a preocupação em “abordar a natureza e a população local, a partir de um parâmetro de cientificidade” (RUFINNO, 2011, p19). Em suas observações iam além do imaginário europeu do século XVI, que concebia a Amazônia como um novo mundo.

Amazônia, a atividade não obedece, necessariamente, uma ordem espacial. Tanto o papel da mulher, quanto do homem acontecem em todo o processo de trabalho: na produção ou escolha dos apetrechos; na preparação para o dia de pescaria; na captura do peixe; na organização do pescado; e na venda do pescado. Nesse processo, não há uma relação de oposição no desempenho dos papéis, o que existe é uma cooperação, para a qual, o desempenho de ambos, são essenciais para o resultado final do trabalho.

Para Witkoski (2007), na Amazônia, a divisão sexual do trabalho é apresentada como elemento intrínseco à dinâmica da unidade de produção do homem amazônico. Está conforma espaços econômicos e sociais que,

funcionam como uma espécie de escola da vida, estimulam a produção e reprodução da própria divisão sexual do trabalho, dando origem a novas gerações de mulheres e homens que compõem os novos membros do grupo social – portadores de conhecimentos distribuídos de modo distinto (WITKOSKI, 2007, p. 293).

Este autor, ao apresentar sua análise do ambiente da várzea amazônica, mesmo considerando a existência de trabalhos executados conjuntamente pelos membros da unidade familiar (como a fabricação da farinha), “o mesmo, não acontece com o trabalho da pesca. Essa é uma ocupação essencialmente masculina” (p. 293). Nesse contexto, as mulheres ocupar-se-iam apenas dos afazeres domésticos, dos cuidados com as plantações próximas de casa, cuidados com os filhos e animais. Nessa perspectiva, a divisão do trabalho “engendra a família aquilo que poderíamos denominar de mundo de dentro (mundo do universo feminino), e mundo de fora (mundo do universo masculino)” (WITKOSKI, 2007, p. 293). Esses mundos acarretariam em uma interdição feita pela unidade familiar à mulher e a impossibilitaria de realizar o trabalho da pesca. No entanto, não corroboramos com o autor quando ele afirma que a pesca é uma tarefa realizada apenas pelos homens, uma vez que, constatamos empiricamente e em diversos estudos sobre as populações amazônicas, expostos ao longo deste trabalho, que as mulheres têm ido além das tarefas delegadas a elas por determinismos biológicos.

Aliada às tarefas domésticas, as mulheres passam a exercer atividade que contribuem com a renda familiar, resignando mitos sobre seu desempenho e

capacidade de executar tarefas além do ambiente doméstico. Porém, muitas ainda sofrem com fatores culturalmente construídos a respeito do mundo do trabalho e suas dimensões simbólicas no contexto Amazônico.

Soares e Scherer (2009), ao abordarem a dinâmica que envolve as mulheres pescadoras no Lago dos Reis, no município de Careiro da Várzea – AM, enfatizam que:

O Lago dos Reis concentra uma grande quantidade de mulheres pescadoras que atuam diretamente na atividade, exercendo uma dupla jornada de trabalho, dividindo-se entre os afazeres domésticos e a pesca, contribuindo fundamentalmente para a subsistência de suas famílias. (SOARES; SCHERER, p. 170).

Verificamos que a mulher tem participado do que WITKOSKI (2007) denominou de “mundo de fora”. Elas têm exercido a pesca, mesmo que não façam parte oficialmente do contingente de trabalhadores que comercializam e a produção do pescado se dê em pequena escala. Quando consideramos o mito da *panema*, na prática das pescadoras, o mito vem justificar a dicotomia que há entre o público e o privado. Neste, o trabalho masculino diferencia-se do feminino, organizando-os em lugares e funções sociais, nas quais encontra-se intrínseca, uma questão de gênero (CARDOSO, 2002).

Há uma divisão sim, eu não posso mentir. Nós temos muito contato com os outros pescadores e sabemos que eles podem se organizar melhor para uma pesca mais farta e que precisa ficar longe de casa mais tempo. Eles se organizam bem. Nós mulheres pescamos da forma mais tradicional e pegamos para nosso alimento diário (Aparecida, Pescadora Artesanal em Barreirinha).

Acho que a divisão que a senhora quer saber é quando tem que cuidar do peixe. Meu marido se reúne com os compadres e amigos para pescar nos lugares mais distantes, quando ele volta eu ajudo na organização para divisão do peixe. Tem divisão sim, porque eu sou habilidosa em limpar o peixe e colocar nas cambadas. Às vezes meu marido consegue um trabalho em algum barco pesqueiro e passa dias fora de casa. Esse tipo de pesca a gente não faz (Vitória, Pescadora Artesanal em Barreirinha).

Nos fingimos que não acreditamos, mas existe sim preconceito com as mulheres na pesca. Nós não podemos ir nessas pescarias longas, nos

barcos. Só tem homens. Quando eles não levam um homem mesmo para ser cozinheiro, mulher só entra se for para cozinhar. Sem contar que eles acabam com os peixes porque fazem arrastão com as malhadeiras gigantes. A gente prefere a pesca artesanal mesmo (Pauline, Pescadora Artesanal em Barreirinha).

Nestes depoimentos, observamos o trabalho da pesca como construção social, envolto por uma lógica organizacional que atribui lugares, conforme o gênero. Sobre isso é possível dizer que:

A desconsideração do trabalho feminino pode ser melhor compreendida a partir da perspectiva de gênero por se tratar de algo que é uma construção social pois, “naturaliza-se” o trabalho da mulher como algo inerente ao domínio doméstico, quando ocorre sua inserção no domínio público o seu trabalho é visto como “ajuda” ao trabalho do homem (CARDOSO, 2002, p. 3).

Essa “desvalorização” são espaços de ação dos indivíduos e estão internalizadas nas relações cotidianas, sujeitando o trabalho das mulheres a um papel secundário ou dimensões específicas, os cuidados com o ambiente doméstico é apenas um deles, na sociedade. Porém, o que ocorreu na pesca, é que as mulheres foram além dos papéis ditados a elas, resignando o mito do *panema* e buscando exercer a pesca concomitantemente às atribuições de organizadora do lar.

Para as pescadoras de Barreirinha, as adversidades ambientais, sociais e culturais, não foram suficientes para impedir sua atuação direta na pesca. Ao reconhecerem publicamente que podem exercer a pesca profissionalmente, as mulheres superam superstições e fizeram com que a busca por estratégias de sobrevivência sejam traçadas na família. Elas relataram que durante toda a vida ouviram falar sobre o mito, como limitador do trabalho feminino fora de casa. No entanto, deixaram para traz a ideia de que a manutenção da unidade familiar, está apenas nas mãos da figura masculina e entraram também como provedoras no orçamento doméstico.

#### 4.1. Perfil da Pescadoras de Barreirinha

A maioria das pescadoras entrevistadas possuía de um a seis filhos, e é por meio de estratégias cotidianas que elas se mantêm ativas na pesca. A maioria afirmou que não possuía ajuda nos cuidados com os filhos, no entanto, quando optamos por fazer a pergunta de outra forma obtivemos respostas que trouxeram à tona uma das estratégias para conciliar o trabalho com os cuidados com os filhos: recorrer a outros membros da família. Os filhos, quando não estão na pescaria com os pais, ou ficam sozinhos ou aos cuidados de tios, irmãos mais velhos, avós.

Quadro 1: Perfil das Pescadoras Artesanais de Barreirinha – AM<sup>24</sup>

PESCADORA	IDADE	ESTADO CIVIL	FILHOS	EDUCAÇÃO	TEMPO DE PESCA PROFISSIONAL
Pauline	35 anos	União estável	3 filhos	Fundamental incompleto	5 anos
Ticiane	42 anos	União estável	3 filhos	Alfabetizada <sup>25</sup>	10 anos
Zuleide	33 anos	Casada	4 filhos	Alfabetizada	13 anos
Rosa	29 anos	Casada	2 filhos	Alfabetizada	5 anos
Gracinei	39 anos	Casada	4 filhos	Alfabetizada	9 anos
Ana	35 anos	Casada	2 filhos	Fundamental incompleto	10 anos
Jeane	37 anos	Casada	3 filhos	Alfabetizada	10 anos
Glaucenilda	50 anos	Casada	Não tem filhos	Fundamental incompleto	20 anos
Anicele	26 anos	Separada	4 filhos	Fundamental incompleto	6 anos
Francisca	39 anos	Viúva	6 filhos	Alfabetizada	12 anos
Raimunda	45 anos	Casada	3 filhos	Fundamental incompleto	10 anos
Roselina	22 anos	União estável	3 filhos	Fundamental incompleto	5 anos
Maria Alaíde	55 anos	Casada	3 filhos	Fundamental incompleto	15 anos
Maria Raimunda	48 anos	União estável	4 filhos	Fundamental incompleto	14 anos
Marlúcia	45 anos	Casada	4 filhos	Alfabetizada	10 anos
Maria de Fátima	35 anos	Casada	2 filhos	Fundamental incompleto	13 anos
Maria Antônia	46 anos	Casada	1 filho	Alfabetizada	14 anos
Maria de Nazaré	45 anos	Casada	Não tem	Fundamental incompleto	15 anos

<sup>24</sup> Na pesquisa de campo, as pescadoras entrevistadas não responderam ao questionário, por isso, algumas delas, não aparecem neste quadro.

<sup>25</sup> A alfabetização refere-se à aquisição da escrita enquanto aprendizagem de habilidades para leitura, escrita e as chamadas práticas de linguagem (TFOUNI, 1995, p. 9).

Maria Célia	25 anos	Casada	4 filhos	Fundamental incompleto	4 anos
Márcia	30 anos	Solteira	Não tem	Fundamental incompleto	10 anos
Gracy	47 anos	Casada	4 filhos	Alfabetizada	13 anos
Joana	49 anos	Casada	5 filhos	Alfabetizada	15 anos
Ângela	37 anos	Casada	4 filhos	Alfabetizada	6 anos
Maria Raimunda	50 anos	Casada	4 filhos	Fundamental incompleto	15 anos
Clarita	47 anos	Casada	3 filhos	Alfabetizada	10 anos
Maria Silene	57 anos	Separada	1 filho	Fundamental incompleto	10 anos
Maria Ferreira	40 anos	Separada	3 filhos	Alfabetizada	15 anos
Marilene	44 anos	Viúva	3 filhos	Alfabetizada	15 anos
Marilza	35 anos	Casada	3 filhos	Fundamental incompleto	5 anos
Lourdes	50 anos	Separada	1 filho	Alfabetizada	16 anos

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.



Figura 10: Pescadora acompanhada da filha recolhendo a malhadeira.

Fonte: Pesquisa de campo/2014.

Sobre a ida dos filhos para o trabalho, algumas afirmaram limitar-se aos finais de semana. A relevância de tal questionamento está no fato da pesca ser considerada um ofício passado de geração para geração, então a iniciação na atividade sempre é feita por algum membro da família. Este ciclo envolve ensinamentos do uso dos apetrechos de pesca, assim como a confecção de alguns deles; o aprendizado para reconhecimento das espécies; os aspectos ambientais favoráveis para o treinamento da atividade; dentre outros fatores.

Nos resultados dos 30 questionários aplicados com as pescadoras, no item sobre a importância de *ensinar os filhos a pesca*, as pescadoras mães afirmaram que *não gostariam* que os filhos

fossem pescadores, mesmo ensinando-os a pescar. Elas justificam que ensinam para o caso deles precisarem da profissão no futuro. Reconhecem que o cotidiano da pesca tem muitas dificuldades e que é uma atividade árdua que exige dedicação e força física.

As que não aprenderam a pescar quando já estavam casadas, iniciaram o ofício muito cedo. O ensino funciona como uma espécie de treinamento para a autonomia na vida adulta. Inicialmente aprendem a pescar para contribuir com a mãe, na captura do peixe para as refeições diárias, enquanto outros membros da família, como o pai e irmãos mais velhos, dedicam-se a atividades que ocupam tempo e que podem ser distantes do local onde moram. Porém, comprovou-se que, no caso das pescadoras entrevistadas, ainda coube à figura masculina, o ritual de iniciação na atividade pesqueira.

Quando abordadas sobre *com quem aprendeu a pescar*, tivemos uma parcela significativa que afirmaram ter aprendido a pescar com o pai e irmãos mais velhos; e, ainda há aquelas que acrescentam, que o marido é o responsável por ensinar técnicas, além das aprendidas com os membros da família biológica.

Antes eu pescava com meu pai, agora, pesco com meu marido. Eu pesco desde menina. Conheço toda a vida de pescador. Conheço as dificuldades e como fazer para sobreviver, para ter o alimento do dia-a-dia. É difícil, mas é a profissão que eu sei fazer. É herança (Francisca, Pescadora Artesanal no Município de Barreirinha).

As primeiras lembranças sobre a pesca, nos relatos das entrevistadas, estão relacionadas às memórias da infância. Os ensinamentos passados na família evidenciaram o processo de aprendizagem como algo natural ao desenvolvimento, e não como a aprendizagem de uma profissão, mas como uma estratégia na busca pela sobrevivência e autonomia. Um dos depoimentos ressaltaram essa questão:

Aprendi a pescar ainda criança. Acho que tinha dez anos, não sei ao certo. Pescava com o meu pai. Eu sempre andava com ele e tudo que ele podia, me ensinava. Aprendi até a colocar a malhadeira e a concertar os buracos quando em alguma pescaria o jacaré ou o boto, rasgam a malhadeira. Meu pai e meu irmão eram muito inteligentes. Eles sabiam direitinho onde os peixes estavam e íamos direto neles. Aprendi isso com ele também. Tudo tem a ver com a época do ano. Tem que ficar atento a todos os sinais da natureza (Glaucia, Pescadora Artesanal no Município de Barreirinha).

A pesca reafirmou-se como um ofício aprendido com gerações passadas e está relacionada, com a relação de reciprocidade que há dos pescadores, com a natureza. Witkoski (2007, p. 128) ressalta que essa relação requer, a “compreensão do condicionamento recíproco entre no ambiente, em um devir quantitativamente e qualitativamente complexo”. Neste ponto, a jornada de trabalho e o aprendizado do ofício apresentam-se, em parte, para entender a relação da pescadora com a atividade.

A maioria exerce a atividade há mais de 10 anos e existem as que afirmam exercer há mais de 15 e 20 anos.

Pescar é bom, mas a gente sofre uma dificuldade doida. Chegamos a ser espetadas pelos peixes e furar os pés, porque às vezes vamos descalças. É bom, mas chegamos cansadas em casa. Mas eu sempre pesquei. Minhas lembranças são desde criança. Eu pescava com meu pai e isso já tem mais de 20 anos. Ajudava minha mãe a preparar o peixe também, mas meu pai sempre dizia que tínhamos que aprender a sobreviver sozinhas (Anicele, Pescadora Artesanal no Município de Barreirinha).

Neste depoimento, a atividade foi relatada como possuidora de muitas dificuldades. Apesar de o ofício estar ligado à memória, que possibilitou a elas afirmarem que gostam de pescar, as dificuldades no esforço de pescar aparecem, como um ponto importante ao analisarmos as limitações no labor cotidiano. Essas limitações ficaram evidenciadas no relato constante dos perigos enfrentados e na insegurança que a falta de instrumentos e indumentária adequadas. Esses fatores podem ser determinantes, pois, a atividade requer dedicação que podem se estender por horas durante o dia.

Observamos que a maioria pesca primordialmente nos finais de semana, e alguns dias da semana, mas raramente dedicam todos os dias da semana. Essa característica se confirmou, quando analisamos as dimensões da esfera familiar. Para tanto, como já elencamos, as responsabilidades domésticas fazem com que, muitas pescadoras, tracem estratégias conciliadoras do exercício da profissão de pescador com os cuidados com a esfera doméstica.

#### 4.2. Profissão e Jornadas de Trabalho

A jornada diária de trabalho na pesca geralmente ocupa o dia inteiro ou várias idas ao local da pesca, quando perto das residências. Muitas iniciam pela manhã durando até o final da tarde, quando retornam para suas casas. Algumas vezes, quando conseguem sucesso na pescaria e excedem o necessário para a subsistência, é comum a venda. Mas dificilmente reservam o peixe para vender no dia seguinte. O peixe é vendido em cambadas, ou seja, vários peixes da mesma espécie ou de espécies diferentes presos por um cipó.

Figura 11 - Pescadora organizando o peixe em cambadas.



Fonte: Pesquisa de Campo/2014.

Figura 12: Pescadora organizando o peixe em cambadas para vender.



Fonte: Pesquisa de campo/2014.

O exercício da pesca como profissão é reconhecido pelas entrevistadas, pois todas afirmaram que “pescadora” era sua profissão. Ao serem abordadas sobre o cotidiano da atividade, grande parte informou que a atividade é exercida em família.

Algumas enfatizaram que o marido e filhos mais velhos são seus companheiros de atividades. As que possuem filhos ainda crianças afirmaram que, quando estão na pescaria, os deixam sob cuidados dos irmãos ou avós. Porém, a maior parte das entrevistadas ressaltaram que podem exercer a pesca tranquilamente e sem preocupação, por já possuírem filhos adultos.

A jornada de trabalho das pescadoras varia entre 5 e 10 horas, dependendo da época do ano. A dinâmica da pesca na Amazônia acompanha a sazonalidade dos rios. Essa dinâmica determina o tempo despendido e esforço físico, assim como os instrumentos de pesca utilizados e espécies capturadas.

A época do ano influencia na nossa pescaria sim. Certas espécies ficam impossíveis de serem pescadas na cheia, por exemplo, e outras na seca. O caminho, na seca, fica mais difícil. Na enchente, os apetrechos podem ser danificados por animais como o jacaré e o boto. Tem tudo isso e ainda tem a chuva. Aqui chove muito no inverno e a gente tem que planejar a ida, ver se o tempo está bom. Quando a chuvarada pega a gente de surpresa, o jeito é esperar passar para voltar para casa. Mas a gente tem que continuar na lida mesmo com essas dificuldades (Francisca, Pescadora Artesanal no Município de Barreirinha).

Como já mencionado, a dinâmica das águas influencia a prática da pesca. Ao serem abordadas sobre o tempo de pesca durante o ano todo, a maioria relatou exercê-la durante 5 a 10 meses, mas há aquelas que relataram exercê-la os doze meses do ano. Durante esses períodos, o que se verificou foi que de março a outubro (que abarca o período da cheia, da vazante e início do período de seca) a temporada de pesca é livre para a captura da maioria das espécies. Depois desse período, o defeso inicia e a única pesca autorizada é para a subsistência do pescador, sem fins comerciais.

#### 4.3. Trabalho da Pesca e Renda

A renda das trabalhadoras da pesca varia entre menos de 1 salário mínimo e até 2 salários mínimos, ficando uma pequena parcela de entrevistadas que informam

obter até 3 salários mínimos durante o período de pesca livre<sup>26</sup>. A renda obtida com a pesca é da mesma forma determinada pela sazonalidade, considerando que o preço do pescado varia em cada fase do movimento das águas. Observemos que quando especificavam a renda, incluíam todos os mecanismos de obtenção da mesma. Ou seja, atividades complementares e benefícios sociais.

Quadro 2 – Preço do pescado pago/kg e relação com o período hidrológico entre os entrepostos comerciais de pescado

Período Hidrológico	Preço pago por pescado conforme a classe/quantidade em kg		
	1ª classe	2ª classe	3ª classe
Enchente	R\$ 4,00	R\$ 3,00	R\$ 1,40
Cheia	R\$ 4,50	R\$ 3,00	R\$ 1,70
Vazante	R\$ 3,50	R\$ 2,80	R\$ 1,00
Seca	R\$ 3,00	R\$ 2,50	R\$ 0,80

Fonte: RAPOSO, 2010.

Figura 13 - Tambaqui (*Colossoma macropomum*). Espécie de peixe tradicional.



Foto: Jaime Severich.

Figura 14 - Jaraqui (*Semaprochilodus* spp). Espécie de peixe tradicional.



Fonte: Pesquisa de Campo/2015.

Raposo (2010, p. 140) constata que, “as variações no valor obtido da comercialização se apresentam de forma condicionada aos períodos de alta e baixa

<sup>26</sup> Vale enfatizar que existem espécies que ficam no defeso durante o ano todo como é o caso do Pirarucu e do Tambaqui. Estes são considerados de 1 classe, mas estão bem acima do valor demonstrados no Quadro 2.

oferta de demanda do pescado”. Nesta análise devemos considerar “a qualidade do peixe ou seu alto valor no mercado (entre 1ª, 2ª, 3ª classe)”. A oferta é outro fator importante a ser considerado, pois “onde a oferta é maior – entre a vazante e na seca dos rios e lagos -, o preço comercial do peixe estipulado [...] tende a ser menos”, o contrário ocorre nos períodos entre enchentes e cheia, completa o autor.

Período de vazante dos rios é considerado, pelas pescadoras, como a melhor época para a pesca, tanto no âmbito comercial como para a subsistência. Em ambientes de várzea, a vazante é propícia para a captura do pescado por causa da redução das áreas alagadas. No caso da enchente e cheia, os peixes ficam distribuídos por todos os ambientes (lagos, rios, paranás, igarapés) e isso dificulta a captura do pescado com apetrechos que caracterizam a pesca artesanal. Dentre os apetrechos utilizados para a pesca e que foram citados como os mais utilizados estão: *caniço* (vara de bambu com linha de náilon comprida, com um anzol com isca na ponta); *malhadeira* (rede de náilon com malha que varia de tamanho 20-30 mm; 40-50 mm; 90-100 mm; 100-110 mm e de 120-130 mm).

O tamanho da malha determina a espécie de peixe a ser capturado; *arpão* (haste longa de madeira com ponta metálica afiada e no outro uma corda que tem uma bóia); *tarrafa* (uma rede de pesca circular com pequenos pesos distribuídos em torno de toda a circunferência da malha feita de náilon) e *espinhel* (linha principal forte e longa da qual pendem linhas curtas com anzóis na ponta. Mais utilizado no período da cheia)<sup>27</sup>, são apetrechos usados em ambientes específicos e com mais intensidade conforme a sazonalidade. Outro ponto é a fabricação dos instrumentos, que traz à tona, o homem que detém o saber sobre a produção dos seus instrumentos de trabalho, que é um aprendizado fruto da escola da vida no mundo da pesca:

A confecção dos materiais e dos apetrechos para a pesca, está incluso o quanto será gasto, a dimensão de uso, a racionalidade direcionada para cada parte detalhada na confecção de determinado apetrecho, o conhecimento advindo do processo do saber-fazer empírico o qual se constitui como representação do real, sem contar é claro, com a objetividade da ação, a captura da pesca (RAPOSO, 2010, p. 164).

---

<sup>27</sup> Descrição de caniço; espinhel e arpão - Batista, 2004.

Neste caso, o agir do homem procede em um fim que será materializado no trabalho, isto é objetivado. A utilização do utensílio produz e forma os elementos pelos quais se implantam a atividade pesqueira artesanal.

A sazonalidade das águas também determina o meio de transporte utilizado para chegar ao local da pescaria. Os meios mais citados pelas entrevistadas foi a *canoa com remo*, que pode ser utilizada com ou sem motor de poupa (motor rabeta). Os barcos motorizados também foram citados, mas em pequena escala. O transporte, aliado ao movimento das águas, podem otimizar ou dificultar a chegada no local da pescaria. Nas entrevistas, as pescadoras ressaltaram inúmeras vezes as dificuldades enfrentadas em algumas épocas do ano, como a seca. As distâncias aumentam e em alguns casos é necessário andar longas distancias até chegar no local escolhido. Diante disso, a organização em torno de um dia de trabalho é conciliada com outras atividades.

#### 4.4. Pescadoras e as Atividades Complementares

Para completar o orçamento familiar, a maioria das pescadoras exercem concomitantemente à pesca outra atividade, como a agricultura. Essa é outra característica da unidade familiar amazônica<sup>28</sup>: a polivalência.

A organização do ambiente se dava entorno da casa. Em algumas haviam pequenas hortas para consumo próprio e árvores frutíferas, em geral mangueiras, cacauzeiros e goiabeiras. O cultivo de plantações diversas e roça são citados como mais uma estratégia para complementar o orçamento familiar. As plantações diversas citadas estão principalmente o cultivo de banana, macaxeira e feijão, além do cultivo de hortaliças. A roça refere-se basicamente à plantação de mandioca para a produção de farinha. Poucas pescadoras afirmaram não exercer outra atividade para completar a renda.

Os estilos de residências foram estabelecidos de acordo com o ambiente e pareceram estratégias para enfrentar a dinâmica dos rios. Por exemplo, as que

---

<sup>28</sup> Termo para designar os dois gêneros. O mesmo que Amazonense.

habitavam as comunidades às margens do Paraná do Ramos, possuíam uma construção alta (sustentada por palafitas) ou casas flutuantes (Figura 9). As que habitavam a região do rio Andirá, as casas eram construídas com madeira ou palha e possuíam assoalhos baixos (Figura 15), ou altos (Figura 16), nas regiões passíveis ao alagamento.

Figura 15 - Mulher Amazônica trabalhando em umas das etapas da produção de farinha de mandioca.



Foto: Jaime Severich.

A sazonalidade das águas é um dos responsáveis pela busca por outras atividades. As dificuldades que vem com esse fenômeno da natureza, fazem com que as famílias, em épocas de enchente, percam as plantações, uma vez que, é sempre uma surpresa o nível a ser atingido pelas águas. Com isso, a organização do trabalho, também está condicionada à dinâmica das águas.

Figura 16 - Tipo de residência das famílias na Amazônia.



Foto: Jaime Severich.

Dentre as estratégias de sobrevivência, além da agricultura, os benefícios concedidos pelas políticas sociais, como o Bolsa Família do Governo Federal foi elencado pelas pescadoras, quando questionadas sobre outras fontes de renda além da pesca<sup>29</sup>. Outras atividades como cultivo de hortaliças citadas, foi destacado como para preparo das refeições.

As refeições típicas das comunidades ribeirinhas são compostas por uma autonomia que começa na captura do pescado, e termina nos temperos utilizados para o preparo das refeições. Por temperos, as entrevistadas destacam o *cheiro-verde*, a cebolinha, a chicória, pimenta doce e cebola. O cultivo dessas pequenas plantações são para consumo próprio e vendem muito raramente.

---

<sup>29</sup> O Bolsa Família (Lei Nº 10.836, de 9 de Janeiro de 2004) é um programa administrado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, que transfere renda direta para família em situação de pobreza e extrema pobreza. Parte do Plano do Governo Federal, Brasil Sem Miséria (BSM) atende milhares de famílias brasileiras que possuem uma renda familiar per capita inferior a R\$70 mensais. Visa garantir renda a essas famílias em situação de pobreza, com o intuito de incluí-las produtivamente e facilitar acesso aos serviços públicos. Unifica a gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, abrangendo o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação - Bolsa Escola (Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001); o Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA (Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003); o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação (Medida Provisória nº 2.206-1, de 6 de setembro de 2001); o Programa Auxílio-Gás (Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002); e, o Cadastro Único do Governo Federal (Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001).

Figura 17 - Caldeirada de Tambaqui, prato típico amazônico



Fonte: Jaime Severich.

Figura 18 - Tambaqui assado na brasa, prato típico nas mesas Amazonidas



Fonte: Jaime Severich.

Figura 19 - Fogão a lenha comum nas casas ribeirinhas do Amazonas



Fonte: Pesquisa de Campo/2013.

Figura 20 - Preparação do Jaraqui frito



Fonte: Pesquisa de Campo/2013.

Barreirinha possui um mercado municipal para venda de produtos regionais. Nele o pescado divide espaço com produtos como: macaxeira, produtos derivados da mandioca<sup>30</sup> (tucupi e farinha), plantas medicinais, produtos extraídos da floresta

<sup>30</sup> A mandioca possui grande importância para economia local, pois constitui um ingrediente indispensável na dieta do amazonense, sua produção é voltada tanto para o consumo das famílias quanto para a comercialização. É produzida tanto em terra firme quanto em área de várzea, não sendo necessário uso de fertilizante químico. Contudo, a grande produção de farinha do Estado não é suficiente para abastecer o mercado local, sendo necessária a importação de pelo menos 30% da farinha que chega a mesa do amazonense. A importação ocorre, principalmente, pela falta de assistência técnica e comercial, sem apoio em 26 suas condições infraestruturais o produtor local não tem condições produzir e movimentar a economia local (WITKOSKI; FRAXE, 2011).

(castanhas, tucumã, pupunha) e temperos diversos típicos da região (urucum, pimentas). Este espaço é ocupado também pelos atravessadores.

Os atravessadores são citados pelas pescadoras como um dos receptores dos peixes que pescam e dos produtos agrícolas produzidos para obter renda complementar. Atravessadores são comerciantes livres, que atuam na função de repassar o produto para outros compradores. Estes comerciantes estão presentes em feiras livres espalhadas pela cidade.

As feiras também são citadas pelas pescadoras como mais uma possibilidade de venda caso queiram vender o produto de uma pescaria farta. Algumas delas se organizam de forma que a pescadora se apropria de toda a cadeia que começa com a captura do peixe, até a venda. O mesmo ocorre com a venda do pescado para as comunidades mais próximas, no caso das que residem às margens dos rios.



Figura 21: Mercado e feira municipal em época de cheia dos rios.

Figura: Pesquisa de Campo/2015.

A relação das pescadoras com a venda do produto se dar pela autonomia de todo o processo de trabalho, como enfatizado anteriormente. Mas não se pode deixar de enfatizar que as pescadoras de Barreirinha estão submetidas à lógica de relações contratuais que determinam o preço do pescado e o local da comercialização.

Raposo (2010, p. 147) considera que “a relação entre os custos, o mercado do pescado, a demanda e a oferta do produto nem sempre interagem em benefício do sujeito da pesca”. A venda para atravessadores, por exemplo, está sujeita à tabela de preços estipulado conforme a sazonalidade das águas e a demanda por certas espécies. Neste processo, a pesca passa a ser praticada como a principal atividade, porém aliada a outras atividades que na luta pela sobrevivência possuem o mesmo grau de importância.

A partir das informações apresentadas neste capítulo, observamos que a pesca adquire maior importância para as pescadoras, e determinam sua identidade

profissional, por dar acesso ao benefício do seguro defeso, funcionando do meio para organizar a unidade familiar, uma vez que está diretamente ligada à extração do recurso e a concessão de uma renda que compensa o período de hiato da atividade. Portanto, aprofundamos tal debate a seguir, expondo informações que visam aprofundar e entender o protagonismo e a inserção da pesca na vida das entrevistadas.

#### 4.5. Visões sobre a prática da pesca pelas mulheres

A visão que a sociedade possui da presença de mulheres na pesca, está permeada por significados tradicionalmente construídos. Como já citamos, nas entrevistas houve muitos relatos de que ouvem frequentemente de funcionários de departamentos públicos, que mulher não pesca porque dá azar aos outros pescadores. Diante disso, estendeu-se os questionamentos e obteve-se respostas que apontam que, em algum momento da vida, as entrevistadas ouviram que “mulher na pesca dá azar”. A maioria informou que ouviu isso também de outros pescadores homens.

Apesar de não ser declarado de forma direta, muitas pescadoras afirmaram já ter passado por situações que atribuíam a ela o estado de azar por serem mulheres. Todas já ouviram falar no *panema*, e mesmo afirmando que é uma apenas superstição, acreditam que pode existir. Outras acreditam que é somente mais uma história de pescador, fundamentada em alguma história antiga; pouquíssimas mantêm a ideia de que não existe e que se trata de um mito.

Ao serem abordadas sobre as relações com outros pescadores e rede bancária ou instituições governamentais, apontaram que, mesmo com o reconhecimento de sua condição de mulheres pescadoras, os juízos de valores resistem e demonstram a visão masculinizada da prática da pesca.

Sofri preconceito em vários momentos. Quando eu fui levar os documentos no Ministério do Trabalho, os funcionários me questionaram se eu realmente era pescadora. Eu respondi para eles que sim, que eu era pescadora. Alguns riram de mim, porque eu sou mulher e estava bem arrumada. Ainda existem muitas pessoas que dizem que mulher não pesca (Raimunda, Pescadora Artesanal em Barreirinha).

O preconceito existe sim. Quando eu soube que poderia me associar na Colônia e receber o seguro defeso, tiveram algumas pessoas que disseram que era errado, porque eu era mulher e mulher não pesca. Mas a própria Colônia disse que minha atividade tinha valor e eu poderia me cadastrar para ter o registro de pescador artesanal. Me senti mal com isso. Quando eu fui no Ministério do Trabalho, vi no rosto das pessoas duvidando que eu era pescadora, mesmo tendo todos os documentos que comprovavam que eu sou pescadora. Foi difícil (Glaucia, Pescadora Artesanal em Barreirinha).

Os relatos de preconceitos sofridos em departamentos públicos do governo, pela burocracia e pela ideia de que mulheres não exercem a pesca profissionalmente, foram muitos. O que verificamos foi que no aspecto burocrático, o número de documentos a serem apresentados para que possam acessar algum auxílio previdenciário, aparece como mais um maximizador de sua invisibilidade na pesca.

Segundo Wagley,

um lugar onde os indivíduos vivem em grupos, de acordo com os preceitos de sua cultura, expresso através de suas crenças, seus mitos, seus símbolos, seus saberes e códigos, desenvolvem suas relações sociais, aprendem, partilham e reproduzem de forma dinâmica a sua identidade sociocultural (1988, p. 124).

Os significados simbolicamente atribuídos não apenas na pesca florescem juntamente com a ideia culturalmente construída de que, por ser uma atividade que exige esforço físico, é destacadamente exercida apenas por homens, enquanto as mulheres ficam com afazeres na esfera doméstica e a criação de pequenos animais, além de ajudar na agricultura.

Outra perspectiva que podemos explorar a respeito dessas construções são as representações sociais e culturais sobre os corpos:

A correspondência entre o corpo e a natureza e entre o espírito e a cultura permanece [...], como a base epistemológica comum no tratamento do corpo. Este é reconhecido, no limite, como o substrato onde a cultura e os símbolos e valores culturais irão se inscrever, como receptáculos da produção simbólica ou das representações sócias geradas na e pela "cultura" [...] (MALUF, 2002, p. 89).

Maluf (2002), a partir de análises antropológicas, entende que essas construções naturalizam a fragilidade das mulheres, criando uma hierarquia social, fundamentada na natureza das coisas, inferiorizando-as. Diante disso, podemos dizer que simbologias como o mito do *panema* representam mais uma forma de justificar relações patriarcais, nas quais os homens seriam os únicos aptos para exercer atividades laborais correspondentes ao espaço público.

Figuras 22 e 23: Pescadora acompanhada da filha verificando a malhadeira.



Fonte: Pesquisa de Campo/2014.

Apesar dos relatos das pescadoras sobre a relação com os pais e o aprendizado do ofício, presenciei uma geração mãe e filha na prática. Muitas pescadoras relataram que os filhos homens são seus grandes companheiros nos dias de pesca, mas, em um dos dias que acompanhei uma pescadora, a filha mais velha, foi a acompanhante e a encarregada de manusear a canoa, para que a mãe, pudesse verificar a malhadeira estendida em uma região próxima à residência, nas primeiras horas do dia (Ver figura 21 e 22).

O que tem ocorrido na Amazônia é o deslocamento de papéis de gênero. A presença de mulheres na pesca, nos leva a entendê-las, muito além dos ditames culturais e sociais. Propicia considerar que as mulheres estão indo além das

proibições impostas a elas pelo sistema social. Isto é, à medida que elas exercem a pesca como sua principal ocupação, o *panema* vai se desmistificando. O fracasso na pescaria atribuídos pelo mito às mulheres são em grande parte por causa do lugar escolhido pelo pescador, da época não ser propícia para captura das espécies mais visadas, e da própria exaustão do recurso.

#### 4.6. Trajetórias: relações de trabalho no cotidiano da pesca

As relações entre homens e mulheres no cotidiano da pesca ocorrem, em muitos casos, por meio da cooperação. O trabalho da pescadora efetiva-se em conjunto com o trabalho do pescador e raramente pescam separadamente, quando o dia de pescaria requer uma jornada mais longa. Isso ocorre por causa do já citado esforço exigido pela atividade. Quando é preciso manusear apetrechos ou cargas que exijam força física, elas não se intimidam, mesmo reconhecendo que ainda precisam da colaboração dos parceiros de pesca. Mas é somente na pesca artesanal que as mulheres ter igual oportunidade na concretização material do trabalho.

As pescadoras relataram que as tarefas desempenhadas em dias de pescaria são as mesmas que a de seus companheiros de pesca. Essas tarefas só se diferenciam quando se trata das tarefas cotidianas, no ambiente doméstico. Confirmamos, por meio da observação registradas em diário de campo, que os arranjos para a prática da pesca ocorrem na própria família, raramente envolvem pessoas de fora.

Dentre as entrevistas realizadas, as que fiz com as pescadoras Maria, Marisa, Ludeline, Vitória, Neiva, sobressaíram-se e tentamos transcrevê-las ressaltando questões específicas e que tiveram destaque em cada uma delas.

##### *Maria*

A entrevista com a pescadora Maria ocorreu no início da pesquisa de campo em 2013. Ao contrário das outras pescadoras com residência às margens do rio Andirá, Maria reside às margens do Paraná do Ramos (Figura 2). Conheci dona

Maria na sede da Colônia dos Pescadores, em Barreirinha. Apresentei a ela a pesquisa e perguntei se ela gostaria de fazer parte. Ela aceitou, mas restringiu o horário, pois teria que terminar as compras e retornar para a casa, que fica cerca de meia hora de barco da sede municipal.

Maria tem trinta anos e pesca profissionalmente há dez anos. Possui dois filhos, é casada e afirmou ter aprendido o ofício com o pai e marido. Pergunto como é a rotina em dias de pescaria e com quem costuma pescar: “Eu pesco com o meu marido e às vezes sozinha. Pesco com malhadeira ou caniço, dependendo do lugar. De manhã eu estendo a rede e a tarde confiro se tem algum peixe”. E quando pesca com o marido? “Às vezes vamos juntos, mas nem sempre é preciso. Pescamos juntos quando vamos para algum local distante. Às vezes com zagaia, às vezes com tarrafa. Depende muito do dia e época do ano”.

A dinâmica da natureza, como já citada, influencia no tipo de apetrecho que será utilizado. Dentre os usados por Maria estão o caniço, o arpão pequeno, tarrafa (raramente) e malhadeira. Nos questionários aplicados com as trinta pescadora, o caniço e malhadeira são quase unanimidade. Para dona Maria, esses dois são os mais importantes e são úteis em qualquer época.

Pergunto sobre outras atividades além da pesca, e se como a maioria das pescadoras também recebe o bolsa família e mantém pequenas plantações, uma vez que a renda das pescadoras não ultrapassa um salário mínimo. O produto que pescam são para subsistência familiar, mas no caso de Maria, ela afirma que frequentemente o marido se reúne com outros pescadores para “garimpar” os lagos, ou seja, dedicar-se dias em busca de uma quantidade maior de pescado, com o objetivo de vender em feiras e no mercado local.

No decorrer da entrevista quis saber as espécies de peixes mais capturadas por ela: “São muitos, tucunaré, bodó, acará-açú, piranha, traíra, aracú, acará”. Quais mais vendem? “Tucunaré, acará e acara-açú”. Todas essas espécies estão no defeso? “Não. Do defeso são tambaqui, pirarucu, pirapitinga, sardinha, aruanã e mapará. Essas são as únicas que sei”.

O defeso das espécies é determinado via votação no Conselho Estadual de Pesca e Aquicultura. O período varia conforme a espécie. O pirarucu, por exemplo, fica em defeso o ano inteiro. Jaraqui, surubim e caparari são os mais recentes na lista e entram no defeso em novembro, juntamente com o matrinxã, pirapitinga, sardinha, pacú, aruanã, mapará, surubim, carapari e jaraqui. O cobiçado tambaqui, entra no defeso no mês de outubro.

Ao ser abordada sobre o porquê de não ir à pescaria “garimpar” com outros pescadores, dona Maria responde: “Mulher não vai. Só os homens”. Por que as mulheres não vão? “A maioria tem filho para cuidar e a gente não precisa ir. Só vão os homens”. A senhora gostaria de ir? “Eu gostaria sim. Eu já fui uma vez que voltamos no mesmo dia, mas nem se compara. Eles ficam lá dias e dias atrás dos peixes”. Percebi mais uma vez a definição de que o “ser mulher” determina o lugar a ser ocupado por elas. Ao contrário do que Gerber (2013) identificou com as pescadoras embarcadas que trabalham em alto mar, as pescadoras que encontrei, limitam-se à atividade nas proximidades de casa. Dona Maria esclareceu-me: “Quando eles saem para esse tipo de pescaria é com o objetivo de pegar muitos peixes e vender. Os apetrechos são os mesmo que os nossos (no caso da malhadeira), só que mais fortes para aguentar a viagem”.

Tabet (1998) enfatiza que as mulheres fazem uso de uma gama enorme de equipamentos, e estes equipamentos variam conforme os contextos e conforme a pesca realizada por homens ou por mulheres. Diante disso, entendemos que, nos diversos contextos, existem divisões entre o que é pesca realizada por homens e pesca realizada por mulheres. Segundo a autora, as mulheres realizariam uma pesca mais moderada, porém constante e indispensável. Ainda neste entendimento, Gerber (2013) aponta que são muitas as formas de ser pescadora dentro da pesca artesanal, mas a realidade é que sempre encontramos mulheres presentes nas pescas de pequena escala e isso apesar de ainda as diferenciar no mundo masculinizado, não as torna invisíveis e inexistentes no setor.

Maria é associada à Colônia apenas há dois anos, e buscou a associação para ter acesso ao seguro defeso. “Acredito que a Colônia nos dá a vantagem de ter acesso ao benefício do Governo. O seguro é uma ajuda para todos os pescadores”. Soube que poderia ser uma associada pelo presidente da Colônia, que encaminhou

todos os documentos para que ela pudesse ter acesso ao seu RPG. Como foi o processo para requerer o defeso? Encontrei a mesma resposta dos questionários (96%): preconceito por ser mulher. “Eu acredito que alguns funcionários não estão preparados para receber o público. Foi no Ministério do Trabalho e Emprego (representação municipal). Uma funcionária questionou se eu realmente era pescadora. Eu interpretei isso como preconceito porque duvido que algum homem ouça isso”.

Apesar do reconhecimento legal de que exerce a pesca, Maria confessou que tem que provar isso, porque a palavra não é suficiente. “Mesmo apresentando todos os documentos solicitados e o requerimento aprovado na Colônia, ainda fica a dúvida se sou mesmo pescadora”. A senhora atribui isso a quê? Porque as pessoas pensam dessa forma? “Porque sou mulher e a pesca artesanal só beneficia a família ribeirinha, não tem validade comercial, porque se tivesse, a conversa seria diferente”.

Após o depoimento acima, dona Maria encerrou a entrevista. O que pude notar é que apesar de serem donas dos instrumentos de produção e ter acesso ao recurso natural, a reprodução de um imaginário social parece prevalecer, camuflando-as e destinando a elas o mundo doméstico. Como vimos com Fraser (1997), fatores de ordem econômica também definem, a ordem social de gênero. Os homens ainda são os responsáveis pelas pescarias que objetivam uma maior captação de dinheiro. O mercado, até mesmo na pesca artesanal, cria uma ordem de gênero, para a qual, cabe às mulheres assumir responsabilidade tidas como femininas e que não são contabilizadas.

### *Ludeline*

A pescadora Ludeline nasceu na comunidade de Urucará, próxima a Barreirinha, e hoje divide sua residência entre a comunidade do Lago Preto e a sede, Barreirinha. É casada e possui quatro filhos. Por indicação do presidente da Colônia, consegui que ela permitisse que eu a fotografasse durante a checagem da rede de pesca, que havia estendido nas primeiras horas da manhã.

Devido a compromissos do Sr. Benedito, presidente da Colônia, só conseguimos encontrar Ludeline no final da tarde. Quando chegamos, ela já estava preparada para a ida até o local da pescaria. Observei que ela e a filha, de quatorze anos, se arrumaram para nos receber. Pela distância, não consegui acompanhar toda rotina, mas segundo ela, aquele é um dia típico de pesca, como todos os outros. Revelou que prefere pescar com rede e que sempre leva a filha para ajudar.

No local da pesca a filha fica responsável por conduzir a canoa, enquanto a pescadora retira a malha do rio. Questiono como a rede foi colocada? “Tem dois pedaços de bambus que eu e meu marido colocamos já algum tempo. Nós fincamos no fundo do rio na distância da rede e ela fica aí. Se tem buraco tiramos para consertar”.

A rede fica estendida também durante o defeso, afirma ela. Isso porque durante o defeso podemos continuar pescando para nossa subsistência. “A rotina muda pouco durante o defeso. Nós pegamos para nossa subsistência porque é permitido. Mas temos cuidados com as espécies pequenas”.

Figuras 24 e 25: Pescadora Ludeline acompanhada da filha verificando a malhadeira.



Fonte: Pesquisa de Campo/2014.

Ludeline é mais uma pescadora que aprendeu a pescar com o pai, e, esclarece que depois de casada, aprendeu muitas coisas com o marido. Pergunto se o marido pesca junto: “Sim, mas nessas pescas perto de casa eu vou com a minha filha. Ela está aprendendo comigo porque vê o que eu faço”. Qual a profissão do seu marido? “Pescador e agricultor. Mas agora ele está ajudando um compadre a consertar a casa dele. Tem que preparar para cheia”. Acha que há uma divisão entre homens e mulheres no trabalho da pesca? “Acredito que haja em outras pescas, mas na artesanal a gente trabalha igual, eu acredito”. Em que situações o seu marido vai pescar sem a senhora? “Na pesca noturna em lagos mais distantes. Eu tenho que ficar cuidando dos meus filhos, mas eu já fui algumas vezes com ele. Nessas pescarias a gente pesca peixe bom”. O que é um peixe bom? “São os maiores: tambaqui, tucunaré, jaraqui. Rendem mais e do pirarucu tem sempre quem compre alguns quilos”.

Além da pesca, Ludeline cita como fonte de renda alguns produtos agrícolas e o bolsa família. Tem uma renda mensal de menos de um salário mínimo. Informou-me que é associada à Colônia há cinco anos e que o motivo da associação foi o incentivo de outros pescadores. “A Colônia representa para gente o seguro defeso, acesso ao auxílio doença, aposentadoria, auxílio maternidade, se precisar. Ela luta pelos nossos direitos. É reconhecimento de que nós pescamos de verdade”.

Questiono se já ouviu alguma coisa a respeito de ser uma mulher na pesca: “Algumas vezes que fui receber o defeso as pessoas riam por eu ser mulher. Disseram que eu não aparento ser pescadora. Naquele dia me perguntei como uma pescadora tem que parecer? ”. Qual foi a sua reação? “Não falei nada. Peguei o seguro e fui embora”. A senhora acha que foi preconceito? “Com certeza! É porque eu sou mulher e as pessoas são ignorantes. Acham que só homem pesca”. A senhora já ouviu alguma vez que mulher não pesca? “Sim”. Qual foi a situação? “Tem sempre alguém para fazer uma piadinha. Uma vez fui pescar com meu marido e outras pescadoras e pescadores, e teve muita piadinha porque não conseguíamos pegar nada. Começaram a dizer que era porque tinha mulher no meio”. Falaram que as mulheres estavam trazendo a *panema*? “Não diretamente, mas deram a entender. A gente ri, porque é tudo amigo e brincadeira”.

No depoimento pude notar que o mito do *panema* é simbolicamente construído nos discursos. Apesar de não serem visíveis as divisões simbólicas, as relações entre os gêneros estão implícitas nas situações citadas pelas pescadoras e, especificamente, no depoimento de Ludeline. O reconhecimento profissional significa ultrapassar esses mitos que permeiam a vida dessas mulheres, mesmo que não façam com que parem de praticar profissionalmente a atividade, de alguma forma, os estigmas estão camuflados por brincadeiras descontraídas.

### *Marisa*

Figura 26 - Pescadora conduzindo a canoa para verificar os peixes capturados durante o dia



Fonte: Pesquisa de Campo/2014

A entrevista com Marisa ocorreu, inicialmente, através de uma conversa informal na casa da pescadora, em uma manhã de sexta-feira. Marisa é pescadora profissional há 13 anos, é associada na colônia há 8. O tempo de associação nos confirma que, como outras pescadoras, ele também buscou o reconhecimento da profissão com o intuito de ter acesso ao seguro defeso. No processo de associação, não encontrou dificuldades, mas conhece outras pescadoras que tiveram dificuldade, por causa da documentação. Marisa afirmou que recebe o seguro defeso a 8 anos, data em que associou e a carteira de pescador artesanal chegou.

Para ela, as condições de vida melhoraram muito depois que passou a receber o seguro. O marido e o filho ficaram mais dedicados à pesca e de certa forma, os uniu. Prefere ser associada a Colônia dos Pescadores, porque pode ter acesso aos benefícios sociais, como auxílio maternidade, aposentadoria, além de gostar de ser associada, uma vez que sente que há, assim, legitimidade profissional.

Aqui encontramos outra característica da vida ribeirinha: o regime de trabalho se dá na unidade familiar. A Lei entende como regime de economia familiar toda a atividade na qual o trabalho desempenhado pelos membros da família e que seja “indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados permanentes” (LEI nº 11.718, 2008). Diante disso, o pescador artesanal caracteriza-se por fazer, da pesca, sua profissão habitual ou principal meio de vida.

Comecei a pescar muito cedo com meu pai e foi com ele que aprendi. O tipo de pesca que ele me ensinou foi a artesanal. Me ensinou a colocar a rede, a preparar o caniço, os tipos de peixe, mas é claro que a gente só pescava próximo de casa. Meu marido ensinou meu filho, mas, eu queria que ele tivesse outras oportunidades. Mas eu sei que a vida não dá oportunidade para todo mundo e eles ficam por aqui mesmo. Eles são novos e vão casar e viver da pesca, como eu e meu marido (Marisa, Pescadora Artesanal em Barreirinha).

As atividades profissionais realizadas pela dona Marisa limitam-se a pesca, apesar de manter um pequeno cultivo de hortaliças que, de vez enquanto, são vendidos, mas em geral servem apenas para consumo. Na pescaria, que ocupam poucos dias da semana, tem como companheiros de pesca o filho de 16 anos, o marido e o pai. Afirma que gosta de pescar com o filho que ajuda no trabalho pesado e aprendeu a pescar com o pai. Quando abordada sobre as lembranças de infância, informou que lembra que a mãe pescava com o pai e levavam os filhos juntos.

A gente sai para a pesca nos lugares mais distantes quando quer pegar outros tipos de peixe. Perto de casa a gente sempre pega pacú, jaraqui e piranha. Mas quando quer um tucunaré ou tambaqui, a gente corre mais longe. Até antes de eu ter meu RPG já era assim, então não tem como falar que mulher só pesca para ganhar o seguro defeso. O defeso ajudou a gente a se organizar e respeitar os filhotes de peixe, mas a gente mesmo, já sabia

que em época de reprodução, o peixe é menor e não vale muito a pena pegar (Marisa, Pescadora Artesanal em Barreirinha).

Segundo Marisa, o melhor local de pescaria fica uma hora longe de sua residência. Em casos de pesca rápida, as proximidades da casa, principalmente na cheia dos rios, são os mais acessados. Pesca em ambiente de lago e cabeceira, e cada local é um tipo de peixe que captura. Segundo ela, o tempo influencia muito na quantidade capturada e no tempo de trabalho. Na seca dos rios, a ida para o local da pesca fica mais difícil e, portanto, requer um tempo maior de dedicação.

Figuras 27, 28, 29 e 30 - Pescadora conferindo a malhadeira em dia de pesca nas proximidades de sua residência



Fonte: Pesquisa de Campo/2014.

O valor do trabalho na pesca também foi um dos itens abordados com Marisa. Ela afirmou que sente orgulho de ser pescadora e que não sofreu preconceito na pesca, fazendo questão de enfatizar que todos a conhecem como pescadora. No

dia-a-dia da pesca, encontra com outros pescadores, inclusive mulheres. A relação é sempre de cooperação e afirmou não haver disputa por território. Todos estendem suas redes de pesca no rio e às vezes, umas próximas as outras. Enquanto esperam o peixe chegar até as redes, há uma convivência amistosa, em que conversas e brincadeiras com os outros pescadores são frequentes.

Diante da maior participação da mulher na pesca, Marisa entende que há sim a valorização das mulheres, que isso é algo que mudou e deu visibilidade às pescadoras. Dentre essas conquistas elencou a sua participação na Colônia, falando com orgulho que na entidade em que é cadastrada ela não é a única mulher.

Marisa disse que já ouviu falar da *panema*, mas nunca falaram diretamente a ela, que mulheres dão azar para a pescaria. Constatei que a profissionalização e inserção no seguro defeso podem estar realmente mudando a vidas das pescadoras. Marisa acrescentou que, depois que começou a pescar com frequência, as coisas mudaram em sua casa. A autoestima foi uma delas, uma vez que, por várias vezes, enfatizou que agora pode ajudar a família financeiramente ao receber o seguro. “Mesmo que seja só um salário, aquele dinheiro, se bem investido, pode ajudar na nossa pesca o ano inteiro. Eu compro apetrechos”. A senhora já conseguiu algum financiamento no banco para seu trabalho? “Consegui. Não foi fácil, demorou para reunir todos os documentos, mas como temos uma propriedade no nosso nome facilitou muito”.

Sobre a relação com o companheiro, afirmou que mudou porque eles sempre trabalham juntos. O seguro pode ter propiciado uma maior organização da família em torno da pesca, efetivando-se assim, o trabalho em regime de economia familiar. “Como trabalhamos juntos, conversamos sobre o que tem que ser feito para realizar o próximo dia de pescaria”. A dinâmica que envolve os dias de pesca e os dias em que não pescam, Marisa informou que variam, mas, nos dias que não pescam, descansam e cuidam dos afazeres domésticos. Tem um filho de 16 anos e esse é o parceiro de pesca também. Como geralmente pescam apenas algumas vezes na semana e no período diurno, não o prejudica nos últimos anos da escola.

A partir dos relatos, fomos informados que em dias de pescaria em locais distantes de casa, a preparação para saída para o dia de trabalho começa cedo.

Acordam por volta das 5 da manhã, fazem o café, arrumam a farinha, que segundo ela é para comer o peixe que será capturado para o almoço e assado no lago. Marisa chama atenção para a dinâmica durante o verão. Nos informou que muda um pouco porque, deixa a malhadeira dentro d'água, e arma uma rede que leva entre duas árvores, na margem do rio. Enquanto a malhadeira fica no rio à espera do peixe, ela fica na rede na sombra tirando um cochilo. O final do dia de trabalho é determinado a partir da quantidade de pescado. Quando o sol começa a baixar, tiram do rio a malhadeira com o peixe capturado e voltam para cidade.

O caminho para o lago no verão não é difícil por causa dos atalhos. Isso revela uma certa preocupação das pescadoras pela pesca durante o verão (seca dos rios). Segundo ela, geralmente leva uma hora para chegar até o lago, mas a relação com outros pescadores é sempre a mesma. No lago, todos colocam malhadeira perto uma da outra e ficam juntos esperando a hora do peixe chegar e afirma que nunca presenciou disputa por território. Não há disputa por peixe. Todos se conhecem e ela considera que isso é uma segurança para as pescadoras mulheres, revelando uma certa preocupação que todos sejam conhecidos.

Sobre o defeso, entende que é uma política que contribui muito para manter a reprodução dos peixes e o dinheiro do defeso, tem sido usado para comprar alimentos ou outras coisas referentes à pesca. Considera o trabalho da colônia muito importante, porque media o acesso aos benefícios. Ressaltou várias vezes que a relação com os representantes da entidade sempre foi boa. Não esconde o orgulho que sente em ter a prática da pesca reconhecida como profissão.

### *Vitória*

Outra pescadora, dona Vitória, foi abordada primeiramente via telefone para marcarmos uma hora em que poderíamos nos encontrar. Após estipular um dia e horário para o nosso encontro, Vitória quis saber se eu iria acompanhá-la em um dia de pescaria (Figuras 31 a 33).

Encontrei Dona Vitória na feira municipal de Barreirinha (Ver figura 21). Ela me chamou atenção por levar consigo uma sacola com peixe, farinha e arroz. Perguntei a ela o que eram aquelas sacolas? Respondeu-me que eram uma

quentinha<sup>31</sup> improvisada que vendia. Logo quis conhecer a rotina de preparo das embalagens e como se dá a venda, mas até então não sabia se ela poderia ser uma das entrevistadas ou se era uma pescadora associada a Colônia. Torcendo para obter uma resposta positiva, fiz a pergunta: A senhora é pescadora ou trabalha apenas com o preparo dos alimentos? Ela me respondeu que era pescadora. Finalmente apresentei o objetivo da minha pesquisa e marquei um encontro.

Figura 31 - Família demonstrando como preparam as refeições.



Fonte: Pesquisa de Campo/ 2014.

Marquei nosso encontro e a acompanhei em um dia de preparação da comida e das embalagens. Cheguei à casa da pescadora e fui recebida por um de seus filhos, que logo me avisou que ela se encontrava na cozinha, preparando as refeições. Após um pouco de observação e de conversa sobre o preparo do peixe, perguntei sobre como aprendeu a pescar.

Vitória pesca desde os 12 anos de idade, hoje tem 55 anos, mas é associada à colônia desde 2002. Aprendeu a pescar quando criança, quando os pais saíam para trabalhar e não tinha comida, ela mesma saía para o igapó para pescar. Conta

---

<sup>31</sup> No Amazonas, o termo “quentinha” é usado para denominar embalagens de alumínio com alimentos. Em outras regiões também é conhecida como marmite.

com entusiasmo que aprendeu a pescar com o pai. Lembrou que a mãe pescava para a subsistência da família, mas que muito pouco, pois trabalhava junto com o pai, em uma plantação de mandioca.

Pesca acompanhada do esposo e do filho, já em idade adulta. Não se estendeu para dos filhos, mas afirmou que eles ajudam muito nos trabalhos em dias de pesca. Vitória logo direcionou a conversa para as dificuldades em receber o seguro defeso. No início, a dificuldade surgiu por pensar que a dedicação seria apenas à pesca, ou seja, pescar diariamente. Quando obteve informações os dias de trabalho eram de sua escolha e necessidade, sentiu-se mais à vontade para entrar com os documentos para requerer o benefício e associar-se a Colônia, uma vez que era pescadora artesanal e pescava para sua subsistência:

A venda de refeições foram uma forma de ter mais dinheiro. A gente estava num período difícil e mesmo com o peixe escasso pela seca, eu e meu marido, resolvemos um dia preparar o que tínhamos pegado e vender. Várias pessoas compraram. O peixe que eu vendo, eu, meus filhos e meu marido que pescamos. Eu nunca compro peixe. O seguro ajuda sim, mas como sai apenas numa época do ano, a gente tem que dá o jeito e viver como pode (Vitória, Pescadora Artesanal em Barreirinha).

Eu tive sim dificuldades em receber o defeso. Depois que soube que poderia ser uma pescadora do defeso, corri atrás dos documentos. Demorei para receber o primeiro, porque a minha carteirinha demorou e quando fui tirar, o funcionário fez várias perguntas, para saber se eu era mesmo pescadora, mesmo tendo sido encaminhada pela Colônia. Na Colônia não temos dificuldade em ser reconhecidas, mas em outros locais sim (Vitória, Pescadora Artesanal em Barreirinha).

A dificuldade com a retirada da documentação é um relato constante entre as entrevistadas. Mas, principalmente, em ver os preconceitos ao ver mulheres buscando exercer a pesca profissionalmente. Vitória afirma que é necessário a sociedade entender que a lógica do trabalho da pesca não é a mesma de outros trabalhos que obedecem a cargas horárias, de um trabalho realizado em escritórios.<sup>32</sup>

---

<sup>32</sup> O Ministério da Pesca e Aquicultura especifica que o prazo para requerer o benefício do seguro-desemprego do pescador profissional artesanal tem início 30 dias antes da data de início do período de defeso e terminará no último dia do período. Para que o pescador receba o benefício o período de

Em dias de pesca sai cedo, por volta das cinco da manhã. Quando vai porongar (pesca noturna) sai mais cedo, porque leva a noite quase toda. Durante o dia permanece o dia inteiro, quando necessário, mas quando pesca para pegar o almoço, ocupa somente a manhã.

O ambiente de trabalho são lagos e cabeceiras. Cada lugar pega um tipo de peixe, informou Vitória. Na pescaria encontra outros pescadores, inclusive os conhecidos. A relação é boa. É casada há 38 anos. O marido não gosta muito que ela pesque junto porque ele, justificando que ela é doentia, e prefere que ela não vá frequentemente. “A gente sente dificuldade como em qualquer trabalho, as companheiras de pesca sentem dificuldades, mas com a prática nos acostumamos”.

Figuras 32 e 33 - Preparo do peixe e organização em sacolas para venda.



Fonte: Pesquisa de Campo/2014.

---

defeso das espécies, deve ser preenchido um requerimento, processo que geralmente é feito junto a Colônia dos Pescadores das zonas cadastradas. Mas, primeiramente, o pescador é obrigado a entrar em contato com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para agendar um atendimento nas agências previdenciárias, que geralmente é feita nos municípios de residência dos pescadores. Para realizar a solicitação, o pescador deverá apresentar os seguintes documentos: Documento de identificação oficial; Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF; Inscrição no RGP, com licença de pesca, emitida pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, na condição de pescador profissional artesanal que exerce a pesca como atividade exclusiva; Cópia do comprovante de recolhimento da contribuição previdenciária, caso tenha comercializado sua produção à pessoa física; Comprovante de residência. Por fim, o pescador interessado deverá assinar uma declaração confirmando de que não dispõe de outra fonte de renda e que se dedicou à pesca das espécies e nas localidades atingidas pelo defeso, em caráter exclusivo e ininterrupto. Caso as informações relatadas não sejam condizentes com a situação real do interessado, ele será responsabilizado civil e criminalmente (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2015).

A pescadora Vitória insere no terceiro critério requerido para a obtenção do Registro do Pescador Artesanal: a de subsidiária. Isto é, pescadores que trabalham com peixaria, mas que também pescam, sendo a venda, um dos meios, mas não o principal meio de sustento. Como pescadora profissional, sente-se responsável pela manutenção da casa. Considera que com sua contribuição, todos tem direitos iguais, inclusive de manter a família. Nos finais de semana, trabalha fazendo almoço e vende como forma de também aumentar a renda família. Geralmente vende jaraqui assado (Figuras 29 e 30) com farinha de mandioca e arroz, em uma sacola. Cada sacola custa em média R\$10. O dinheiro obtido com a venda é, segundo dona Vitória, o suficiente para comprar itens como café, açúcar, arroz, sal, farinha de alguns agricultores amigos.

Ativa como pescadora, se vê valorizada na pesca, por já ter sido, diversas vezes reconhecida, como a única mulher, no meio de vários homens. Tem orgulho de ser sócia da Colônia e pescadora de nascença. Reconhece que a mulher já tem seu lugar na pesca. Por isso, quando é alvo de brincadeiras entre os pescadores (não quis relatar) não se sente ofendida, mas dá a entender que as brincadeiras são por conta de ser uma mulher, na pesca.

Sobre a fragilidade e a necessidade de ter ajuda no trabalho, reconheceu que precisa da companhia do marido e filho para pescar, mas se morasse mais próximo do lago, iria sozinha. Lembrou que, quando morava mais perto e era mais jovem, ia pescar sozinha. Vitória afirmou que, após o seguro defeso, a situação de subsistência familiar mudou significativamente. Sobre o uso do dinheiro do seguro, ressaltou o uso para comprar alimentos e utensílios da pesca (em geral malhadeira, caixa de isopor).

No que concerne o manuseio dos apetrechos de pesca, disse que os manuseia com facilidade e que sabe consertar malhadeira, se forem pequenos consertos. Quem conserta mesmo é o marido, porque o filho não sabe, mas acha importante que ele aprenda.

Sobre a venda de peixe afirmou que é pouca, pois o que pesca é para alimentação. Pesca e armazena na geladeira e quando acaba, sai para pescar

novamente. Quando há necessidade, pesca um pouco mais, para vender e suprir outra necessidade (compra de farinha, café, arroz, etc.).

O defeso foi elencado como importante para a reprodução dos peixes e sua garantia para as futuras gerações. Enfatizou que funciona, como um mantenedor da reserva de peixes, para que os filhos e netos não tenham dificuldades em capturar peixes no futuro, senão, considerou ela, até a geração atual terá dificuldades na pesca.

Segundo ela, tem faltado uma maior organização das mulheres na pesca. As mulheres pescadoras que não são associadas, não percebem a importância da união. Depois que entrou para Colônia, tudo mudou. Afirmou isso porque conheceu muitas mulheres que não são associadas, mas que pescam. Outras que agora são associadas, mas não são assíduas e não se interessaram no trabalho da colônia. Vitória considerou que a falta de união das mulheres pescadoras apresenta-se como uma dificuldade na hora de consolidar espaço de trabalho e adquirir direitos.

No geral, o que verificamos foi que, mesmo enfatizando a importância de serem reconhecidas como pescadoras profissionais, obviamente prevalecem as relações tradicionalmente construídas. Vitória, por exemplo confessou que ter sido criada para ser uma boa dona de casa. Questionei o que é ser uma boa dona de casa para ela e obtive a seguinte resposta:

Ser uma boa dona de casa é ter os filhos criados e que me ajudam, como os que eu tenho. Eu cuido da casa, das coisas deles e do meu marido. Vou para a pesca, arrumo o que tem que ser arrumado para que a gente não passe apanhado, quando vamos longe. Eu sei que as pessoas pensam que nós, mulheres, só trabalhamos em casa, mas eu, sempre ajudei meu marido e até quando meus filhos eram pequenos, eu ajudava. Em dias de semana, eu tinha que ficar para cuidar porque eles iam para a escola, mas, no final de semana, íamos para as cabeceiras dos rios em busca de peixes. Então eu acredito que ser boa dona de casa é ter uma família criada, como a minha. Quando eu falei que queria vender refeições com os peixes que pescamos, todos vieram com várias ideias. Eu sabia que o que a gente pescasse iria vender, porque é comida e todo mundo compra. A ideia de colocar em sacolas foi do meu filho. Todo mundo ajuda e a gente teve sucesso por isso (Vitória, Pescadora Artesanal em Barreirinha).

Na organização em torno da atividade complementar de vender as refeições, observei que pela demanda, o marido sai sozinho, algumas vezes, no meio da

semana para pescar e a dona Vitória fica em casa preparando as refeições. A dinâmica que envolve o regime de economia familiar irá, portanto, variar de acordo com as condições materiais de existência das famílias.

No caso da pescadora Mariza, a dinâmica era outra: “eu saio para pescar quase todos os dias e agora na enchente, pesco próximo de casa. Eu não vendo meu pescado. Tudo que eu pesco é para alimentação da minha família”. Segundo ela, existem vizinhas que optam por trabalhar só em casa e não pescam porque os filhos são muitos pequenos e precisam de atenção redobrada. “Já passei por isso e fiquei um tempo dependendo só do meu marido e do que o meu velho pai trazia. Todo mundo já passou por tempo de peixe escasso”.

Como vimos, os arranjos tradicionais, para os quais as mulheres devem ocupar o espaço privado prevalecem, como em muitas outras sociedades. Filhos em idade adulta significam, para a pescadora Vitória, a possibilidade de exercer, com autonomia e liberdade outras atividades. Garcia (1992) enfatiza que estas divisões sempre irão influenciar na divisão do trabalho, da propriedade e do poder. Considera que essas relações moldam o conhecimento baseado nas experiências, nas construções ideológicas sobre gênero e na forma como agirão no contexto em que vivem.

### *Neiva*

Neiva foi umas das 30 pescadoras a responder o questionário de pesquisa. A encontrei na Colônia dos Pescadores, providenciando os documentos para obter financiamento junto ao Basa<sup>33</sup>. Pescadora na região do Paraná do Ramos, viúva, 45 anos e possui 5 filhos. Vivem, praticante da pesca artesanal há 15 anos, me informou ter perdido os pais quando criança, viveu em casa de parentes, casou-se aos 17 anos e aprendeu a pescar com o marido.

Os dias de pesca ocupam cerca de 6 horas do seu dia, variando de acordo com o apetrecho escolhido e a época do ano. “Com caniço demora mais porque tem que esperar, com a malhadeira também, mas não tem que ficar olhando o tempo todo. É só colocar e esperar”. Sempre usando como meio de transporte canoa e

---

<sup>33</sup> Banco da Amazônia.

remo, pesca todas as espécies possíveis de março a outubro, afirmando que quando começa o defeso, pesca pouco porque recebe o defeso. “O defeso ajuda a gente naquele mês, então eu compro carne, coisas de mercado que geralmente não consumo muito durante o ano, a não ser carne de caça, que algum vizinho divide, quando é farta”. Como todas as outras pescadoras, a renda não excede um salário mínimo e é complementada com plantações. Neiva reside em terra firme e alta, que se caracteriza como ambiente propício para a plantação de roça (para a produção de farinha) e banana, que ela mesma plantou com o irmão mais velho e a família dele.

Na geração encabeçada por Neiva, os filhos são incentivados a pescar. “É importante que eles tenham uma profissão e a vida aqui não tem muita escolha. É agricultor e pescador. Meu filho mais velho foi outro dia aprender a caçar com meu irmão. Ele está aprendendo a ler os sinais dos bichos”. Há uma continuidade na família e os conhecimentos estão sendo passados para as novas gerações através de experiências. Me informou que em breve, um dos filhos, também poderá ser um pescador profissional, e está trabalhando para isso. O que ter um RPG significa para a senhora? “Que sou pescadora de verdade. Eu posso pedir um empréstimo no Basa para comprar meus materiais de pesca, além dos direitos oferecidos pelo Governo”. Ressaltou que na Colônia, encontra informações e reconhecimento: “somos informados dos nossos direitos e alguém luta pelos associados. Temos acesso à aposentadoria, seguro defeso, auxílio doença, se caso aconteça algo no trabalho”.

Neiva disse-me que ouviu muito dos outros pescadores que não poderia acessar o defeso, mas na Colônia, conseguiu as informações que precisava e pouco tempo depois solicitou o RPG: “Eu sou sozinha, sem marido e as pessoas acham que isso empata a gente, que a gente não vale nada. Um marido ao nosso lado luta com a gente, e se eu ainda tivesse, duvido que alguém me diria que não posso”. A senhora acha que é preconceito? “Acho”. A unidade familiar só estaria completa, segundo Neiva, com o marido.

A pescadora confirmou já ter ouvido falar em *panema*, mas não acredita. “Quando a pesca não é boa, é por causa do lugar que o pescador escolheu. Dizer que é *panema* é só uma brincadeira”. A cada entrevista, os discursos foram

convencendo-me de que, apesar de ser um mito presente no imaginário de todas a pescadora, e ao contrário do que Witkoski (2007) ressaltou em seus estudos com populações da Várzea Amazônica, o mito não influencia diretamente na prática das mulheres, uma vez que, elas não deixam de exercer a pesca, por serem consideradas menos ou mais *panema* que os homens. Por outro lado, como já citado, nele está implícito uma diferenciação entre os gêneros que não podemos negar, mesmo que fiquem apenas discursos.

## 5. O USO DOS RECURSOS E A INSERÇÃO DAS PESCADORAS ARTESANAIS NO BENEFÍCIO DO SEGURO DEFESO

Políticas como a Operação Amazônia destacam-se na contextualização das ações do Estado na Amazônia. Estas foram concebidas como um “processo de ocupação”, “operação de controle” do acesso à terra às famílias camponesas, pela prática ordenada de reservar a terra, para exploração da agricultura capitalista (HALL, 1991) à expansão da expropriação e desarticulação das formas de organização social dos habitantes locais e da extensa massa de agricultores em busca de terra que afluíam à região.

Essas políticas seguiram um padrão que agregou a combinação de diferentes interesses políticos e econômicos; da busca incessante de maximização do lucro; da sanha de conquista das terras para especulação; da exploração desordenada e predatória dos recursos naturais e das populações locais; das contradições intrínsecas ao modo de inserção no sistema econômico e político mundial; e da dinâmica excludente da sociedade nacional. Por conseguinte, tal padrão induziu conflitos acirrados no âmbito regional com a desarticulação de diversas formas tradicionais de organização social e cultural (COSTA 1992). Essa dinâmica leva a considerar, as relações de poderes e as demandas sociais, ambientais, políticas, culturais e econômicas como possibilidades para formulação de políticas públicas.

Furtado (1985) destaca que a pesca, ao longo dos anos, sofreu diversas transformações em nível econômico e político. Tais mudanças referem-se ao processo produtivo, assim como no processo de implementação de políticas públicas para o setor pesqueiro. No que tange às mudanças, destaca-se as ocorridas no conteúdo da produção a partir das décadas de 60-70, com a ampliação do parque industrial pesqueiro. Dessa forma, deixa de existir apenas a figura do pescador que vive nas comunidades e/ou cidades próximas.

Em contraponto a isso, nos anos 80, os pescadores artesanais do litoral reivindicavam que não apenas a pesca comercial em grande escala fosse contemplada com a políticas do Governo Federal, mas para que a pesca artesanal, da mesma forma, tivesse suas demandas atendidas. Como forma de organização social, política e econômica, a atividade pesqueira artesanal foi ganhando destaque

no cenário nacional. A atuação de instituições como: Pastoral dos Pescadores – organizada pela CNBB; Movimento Nacional dos Pescadores tornam-se elementos chave do processo que reivindica políticas públicas para o setor pesqueiro.

A conquista de direitos veio com a organização nos movimentos sociais e representatividades nas diversas entidades de pescadores, a saber: Colônia dos Pescadores; Federações de Pescadores; Associações e mais recentemente iniciou-se um debate sobre a organização do setor em sindicatos. As colônias dos pescadores ganharam *status* de entidade com maior número de pescadores associados, uma vez que, divididas em zonas, localizam-se em cada município facilitando o contato com os pescadores artesanais (MAIA, 2009).

Os processos econômicos e políticos pelos quais a Amazônia passou, começam a ser definidos por uma lógica globalizante, redefinindo novos rumos para a economia mundial. Para autoras como Castro (2001, 2006) e Fleischfresser (2006), as regiões limítrofes como a Amazônia, representam para esse novo rearranjo político, grandes possibilidades estratégicas. Ou seja, o Estado organizado redes, passam a considerar a multiplicidade de agentes envolvidos no processo de formulação e execução das políticas públicas.

A lei 10.779, de 25 de novembro de 2003 concedeu o benefício do Seguro Desemprego do Pescador Artesanal, durante o período do defeso das espécies, ao pescador profissional que exerce a atividade de forma artesanal. O seguro defeso, ao conceder o acesso ao recurso pesqueiro, media o acesso do pescador que faz uso de recursos artesanais, e que trabalha individualmente ou em regime de economia familiar<sup>34</sup>.

Para Batista (2004, p. 68), entender as políticas públicas pesqueiras passa pelo entendimento de um termo como *política pesqueira*. A política pesqueira é uma categoria dentro das políticas públicas. O autor apresenta a política pesqueira como intervenções aliadas a objetivos e diretrizes, as quais direcionam práticas a serem efetivadas em um determinado setor. Neste caso específico, visa explorar os recursos pesqueiros de forma sustentável. Sachs (2004) entende que uma política

---

<sup>34</sup> A lei caracteriza o pescador artesanal que trabalha em regime de economia familiar, aquele que agrega os membros da mesma família, o que é indispensável a sua subsistência.

sinaliza à sociedade se é como o setor público espera desenvolver determinado setor, podendo mesmo sinalizar com a estagnação ou a paralisação da atividade.

A *ecoeficiência*, nas políticas pesqueiras, aliaram diversos termos citados por Batista (2004), pois requerem que o manejo dos recursos naturais fossem estabelecidos de acordo com procedimentos que articulam a questão ambiental, a social, a econômica, a política e a cultural. Com tais procedimentos que buscam aliar tais dimensões, o termo *sustentável* (SACHS, 2004) pode ser encontrado no escopo de diversas políticas públicas do Governo Federal, inclusive as pesqueiras.

As políticas destinadas para o setor, como: os acordos de pesca, o seguro desemprego do pescador artesanal e outras almejam através da manutenção de um vínculo estreito entre o manejo dos recursos naturais, a conservação do meio ambiente, onde se criariam as possibilidades para alcançar uma relação de compatibilização entre objetivos considerados *a priori* como opostos, - o desenvolvimento socioeconômico e a conservação do meio ambiente. Nesta relação, o desenvolvimento orienta-se por uma visão estratégica de longo prazo, que lhe confere um sentido para além dos usos cotidianos (SACHS, 2004).

A concessão do benefício do Seguro Desemprego do Pescador Artesanal - SDPA está diretamente ligada a uma política ambiental, o *defeso*. A política do *defeso* parte da ideia de que o Estado é o mediador e gestor dos recursos naturais. Este papel só aumentou com a crescente preocupação com o manejo dos recursos naturais e a possibilidade de sua finitude, o que contribui para que as políticas públicas efetivadas pelo Estado adquirissem um caráter concessivo, mediando o acesso aos recursos naturais (MELLO, 1973).

O *defeso* é definido como a paralisação temporária da pesca para a preservação da espécie, tendo como motivação a reprodução e/ou recrutamento, bem como, paralisação causada por fenômenos naturais ou acidentes. Para a lei a pesca é toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros e objetivando propiciar o desenvolvimento sustentável da atividade.

A gestão do recurso, criação de áreas protegidas, ênfase na participação social, capacitação de mão-de-obra, infraestrutura viável para o pleno desenvolvimento da atividade, educação ambiental, incentivo a pesquisa intuíram fomentar técnicas e métodos pertinentes à atividade pesqueira, fiscalização e o aumento de créditos destinados ao setor pesqueiro. Tendo em vista tais diretrizes estabelecidas legalmente, o poder público possui a tarefa de fomentar políticas públicas para viabilizá-las (MELLO, 1973).

A preocupação com a utilização e a possibilidade de finitude dos recursos naturais servem de pano de fundo para políticas como o SDPA, tornando-a uma política que apoiou o cumprimento da lei do *defeso*. O período de defeso da atividade pesqueira é o fixado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, em relação à espécie marinha, fluvial ou lacustre, cuja captura o pescador se dedique.

A Lei nº. 7.679, de 23 de novembro de 1998 – Lei do Defeso visa gerir o acesso às espécies ameaçadas, bem como controlar a pesca artesanal no intuito de garantir a reprodução das espécies e a abundância impedindo a finitude do recurso (MÉRONA, 1993). Diante disso, o SDPA veio como uma forma de evitar que o pescador artesanal pesque no período de defeso, época de reprodução de algumas espécies (meses de março a outubro).

Figura 34 - Esquema sobre a Organização da Administração do Seguro Desemprego do Pescador Artesanal



Fonte MAIA, 2009.

Todas as dimensões da figura acima, apareceram constantemente nos relatos obtidos na pesquisa de campo. Em especial quando se questiona às pescadoras se houve dificuldades em acessar o SDPA. Para tanto, verificar a participação dos grupos de interesses envolvidos na dinâmica entre instituições que formulam e mediam as políticas públicas pesqueiras, os critérios de seleção dos beneficiados, possibilitam compreendermos como as demandas do pescador artesanal são problematizadas por tais políticas e como elas são mediadas.

Como verificamos, a pesca possui vários planos que, ao encararmos através de vinculações antropológicas e sociológicas, nos deparamos com vertentes que ultrapassam o caráter economicista, desvinculando sua abordagem puramente econômica. O trabalho da pesca envolve as implicações sociais da atividade na vida pública e privada das pescadoras. Diante disso, mesmo considerando o protagonismo do fator econômico na atividade, existe uma combinação de estruturas de produção, organização para a venda e consumo, mediada por instituições financeiras e entidades organizativas. Dito isto, o fato de serem pequenos produtores e mesmo possuindo domínio e autonomia no ambiente de trabalho, os meios pelo quais produzem acabam sendo estabelecidos por objetivos economicamente definidos.

#### 5.1. Recursos naturais e conservação das espécies para as pescadoras de Barreirinha

A possibilidade de finitude do recurso natural aliada à escassez, são as principais justificativas dadas, para garantir a reprodução das espécies e atribuir o período do defeso das espécies. As pescadoras acreditam que o defeso pode realmente contribuir para a reprodução das espécies. Mas há aquelas que afirmaram que só garante a reprodução, caso o repasse do benefício não atrase, pois se isso ocorre, o pescador é obrigado a continuar pescando.

Sobre a importância de respeitar o período do defeso, muitas entrevistadas apontaram que a *preservação das espécies em extinção* é o principal motivo para que o pescador pare de pescar e requisito para garantir que as futuras gerações

tenham acesso às espécies. Preservar para as futuras gerações e não prejudicar o repovoamento dos ambientes lacustres apareceram, nas entrevistas, como fatores de desdobramento da política do defeso. Contribuir com o defeso é associado, algumas vezes, ao recebimento do benefício e uma condição para a parada na prática da pesca no período estipulado. Nos relatos, o respeito pelo período do defeso vem acompanhado do medo da perda do registro de pescadora artesanal, mesmo que tenhamos encontrados pescadoras que afirmaram que há pescadores que pescam, mesmo recebendo o benefício e as espécies estando no defeso. A pesca, em temporada de defeso, é permitida apenas para a subsistência, o que é o caso, da maioria das famílias ribeirinhas.

O seguro, para as pescadoras, garante que os pescadores não pesquem em grande quantidade, no defeso. Uma minoria considera que a política do defeso não evita que os pescadores exerçam a atividade por causa da proibição. Outras afirmaram que evitam a pesca, condicionando a ação, ao pagamento do benefício no tempo estipulado. Por outro lado, a possibilidade de punição se pescarem, fez com que muitas mulheres evitassem ao máximo pescar em grande quantidade e comercializar no período de proibição. Isso evidenciou que o respeito pelo regulamento, a multa e possibilidade de perda da autorização de pescador artesanal, realmente fizeram com que as pescadoras deixem de pescar e sobrevivam de atividades que complementam a renda e do próprio benefício. As necessidades materiais podem contribuir para que elas continuem exercendo a pesca, não apenas para fins de subsistência, mas para complementar a renda mesmo no período de defeso (MAIA, 2009).

O defeso é uma política que objetiva mediar o acesso do pescador ao recurso de uso comum, mas seu alvo principal não é o pescador e sim o recurso (espécies em reprodução). Objetiva mediar esse acesso com a concessão do benefício do seguro desemprego do pescador artesanal, que possui características regulatórias e redistributivas (MAIA, 2009).

A paralisação e o repasse do benefício é vista por muitas, como uma oportunidade de investir em equipamentos ou renová-los, para enfrentar uma nova e legalizada temporada de pesca. Ao serem abordadas sobre o destino dado ao benefício, as respostas mais frequentes são: utiliza para a sobrevivência da família

durante a época da proibição da pesca; para a compra novos instrumentos para a pescar; guarda e/ou para pagamento de dívidas feitas com a atividade da pesca (muitas delas feitas junto aos bancos); e ainda muitas afirmam usar o dinheiro do benefício para pagamento de dívidas feitas com outras atividades.

O seguro defeso é um auxílio financeiro ao pescador artesanal, privado do exercício de sua atividade, mas ainda possui lacunas que alcançam as dimensões de regularização da atividade, até a compreensão das reais necessidades e realidades das famílias pescadoras amazônicas. As políticas públicas de proteção dos recursos pesqueiros e ao pescador artesanal são mínimas, considerando a necessidade de se preservar este recurso indispensável à vida das famílias ribeirinhas.

## 5.2. As Pescadoras de Barreirinha e o reconhecimento profissional

Todas as pescadoras que tivemos contato possuíam inscrição na Colônia dos Pescadores e, portanto, RPG. Para elas, essa associação à entidade garante amparo e acesso à aposentadoria. A motivação para associar-se a entidade representativa dos pescadores varia. Algumas enfatizam que a associação propicia *conhecer a cidadania e os direitos sociais*. Quando abordadas sobre o que é cidadania, as entrevistadas afirmam ser a possibilidade de acesso à “ajuda” do Governo, além do acesso aos direitos sociais, como a aposentadoria. O benefício do seguro defeso é apresentado como uma possibilidade de aumento da renda familiar.

Os principais benefícios além do SDPA são: auxílio maternidade, aposentadoria, auxílio doença e projetos emergências específicos para a atividade. A necessidade de comprar novos apetrechos de pesca, de receber o seguro defeso, o reconhecimento profissional e apenas por convite de outros pescadores foram elencados como fatores determinantes para a associação na Colônia. No entanto, o que mais chama a atenção, é a parcela de pescadoras que veem na associação, a possibilidade de obter projetos do Governo Federal e as parcerias com os Bancos.

A participação nas atividades da Colônia dos Pescadores, para elas, favorece o exercício da cidadania e o acesso a direitos não apenas com o acesso ao benefício do seguro defeso, mas também aos projetos emergenciais, com os quais podem mediar possíveis imprevistos no cotidiano da pesca. Afirmam que essa organização possibilita o conhecimento dos direitos e deveres sociais.

Foi possível verificar que a busca por exercer a pesca profissionalmente se dá pela possibilidade de acesso aos incentivos fiscais e aos direitos sociais, como a aposentadoria. Portanto, ter acesso ao SDPA e ser associado à Colônia dos Pescadores é garantir o acesso a direitos.

Sobre as vantagens de ser um associado:

Se temos nossa carteirinha de pescador (RPG), podemos provar que somos pescadoras e as vantagens são muitas. Uma das vantagens em ser associado à Colônia é a possibilidade ter recursos para comprar os apetrechos de pesca. Comprei meus apetrechos de pesca porque fiz projetos no banco. O projeto funciona assim, a gente tem a necessidade, vai até a Colônia e eles orientam a gente. Sai pelo banco, mas é dinheiro do Governo. Eu fiz o Pronaf. Vale muito a pena (Francisca, Pescadora Artesanal em Barreirinha).

O Pronaf é a linha de crédito mais citada pelas pescadoras. Trata-se de um Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar desenvolvido pela Secretaria de Agricultura Familiar – Governo Federal. É uma linha de microcrédito rural voltada para produção e geração de renda das famílias agricultoras de baixa renda. São atendidas famílias agricultoras, pescadoras, extrativistas, ribeirinhas, quilombolas e indígenas que desenvolvam atividades produtivas, no meio rural. Elas devem ter renda bruta anual familiar de até R\$ 10 mil.

As vantagens de ser associado é o acesso que terei a aposentadoria. Em caso de acidente eu também posso correr atrás dos prejuízos. Tive conhecimento pelo meu irmão. Nós sempre pescamos juntos, mas agora estamos cada um para o seu lado com suas famílias. Então ele me incentivou. Foi pelo meu irmão que busquei me associar. Ele me incentivou a procurar. Mas meu parceiro de pesca é o meu marido mesmo. Antes não tinha como conseguir. Temos acesso a financiamentos para conseguir investir na pesca. Ainda tem os direitos como a aposentadoria, que é o retorno de tudo que a gente trabalhou na vida (Francisca, Pescadora Artesanal em Barreirinha)

Ter acesso aos direitos sociais é elencado como marco fundamental para a associação. No campo de direitos sociais, a aposentadoria, o auxílio doença e maternidade são citados como vantagem da associação. Sobre os principais direitos que possui como pescadora associada à Colônia, a aposentadoria ganhou destaque, pois estar associada e exercendo a pesca regularmente, as pescadoras podem solicitar a aposentadoria com o auxílio da documentação concedida pela Colônia dos pescadores.

Os pescadores no Brasil são categorizados como trabalhadores rurais. Não há distinção entre os agricultores e pescadores, considerando que na maioria dos casos estes trabalhadores exercem tais atividades simultaneamente. Segundo o Programa de Educação Previdenciária (PEP), o benefício previdenciário que gera maior procura de informações, são a aposentadoria por idade. Diante disso, a legalização da profissão é essencial para a garantia de acesso a direitos.

Quadro 3 - Tabela do perfil associativo e benefícios recebidos pelas Pescadoras de Barreirinha – AM

PESCADORA	TEMPO DE ASSOCIAÇÃO	MOTIVO DA ASSOCIAÇÃO	IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO
Pauline	5 anos	Exercício da cidadania e acesso a direitos sociais	Conhecer direitos
Ticiane	10 anos	Reconhecimento	Lutar pelos direitos
Zuleide	9 anos	Exercício da cidadania e acesso a direitos sociais	
Rosa	5 anos	Reconhecimento	
Gracinei	9 anos	Acesso a projetos e parceria com bancos	Representatividade
Ana	10 anos	Exercício da cidadania e acesso a direitos sociais	
Jeane	10 anos	Reconhecimento	
Glaucenilda	7 anos	Acesso a cidadania	Lutar pelos direitos
Anicele	6 anos	Acesso aos projetos	
Francisca	10 anos	Acesso aos projetos e parceria com bancos	Acesso a informações e luta pelos direitos
Raimunda	10 anos	Acesso a cidadania	Luta pelos direitos
Roselina	5 anos		
Maria Alaide	9 anos	Seguro defeso	Representatividade

Maria Raimunda	5 anos	Comprar apetrechos de pesca	Luta pelos direitos
Marlúcia	10 anos	Exercício da cidadania e acesso a direitos sociais	Representatividade
Maria de Fátima	10 anos	Acesso a direitos sociais	Acesso a informações e luta pelos direitos
Maria Antônia	5 anos		
Maria de Nazaré	4 anos	Convite dos outros pescadores	Luta pelos direitos
Maria Célia	4 anos	Acesso a direitos	
Márcia	10 anos	Comprar apetrechos	Conhecer direitos
Gracy	10 anos	Reconhecimento	Acesso a informações e luta pelos direitos
Joana	10 anos		
Ângela	7 anos	Cidadania	
Maria Raimunda	9 anos	Reconhecimento	
Clarita	5 anos		
Maria Silene	3 anos	Acesso a direitos	Representatividade
Maria Ferreira	5 anos	Reconhecimento e legalização da profissão	Acesso a informações e acesso a direitos
Marilene	6 anos	Acesso a direitos	
Marilza	4 anos	Acesso a informações e direitos	Representatividade
Lourdes	6 anos	Reconhecimento	

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Os créditos bancários propiciam às pescadoras, a possibilidade de renovar apetrechos de pesca e meio de transporte. A Colônia, nesse processo, tornou-se um aliado no acesso a esses créditos e ainda aos direitos sociais e, às vezes, a única forma de acessá-lo. Os resultados empíricos da pesquisa de campo, embora sejam muito eloquentes para dimensionar os impactos do acesso aos direitos na vida das pescadoras, permitem entender a importância das linhas de créditos e da garantia de benefícios previdenciários. A luta pela sobrevivência é cotidiana e sujeita a insegurança que o exercício de uma atividade autônoma traz.

As famílias de pescadoras possuem os créditos ao amparo da Linha de Crédito de Investimento para Mulheres (Pronaf - Mulher), que tem como alvo o atendimento de propostas de crédito de mulher agricultora que como já citado, é uma das atividades realizadas pelas famílias ribeirinhas, conforme a sazonalidade

das águas. Diante disso, emergem questões sobre a importância da participação nas entidades. A *luta por direitos* ganha destaque nas respostas conciliando com o *reconhecimento* da profissão. Além desses pontos, as pescadoras entendem na associação, um acesso a informações antes desconhecidas e que a levaram a *conhecer direitos*.

Eu pesco há muito tempo. Pescava para ter o alimento do dia-a-dia mesmo. Hoje é minha profissão por que eu recebo do Governo. Foi reconhecido, né? Mas eu sempre pesquei. (Jane - Pescadora Artesanal no Município de Barreirinha).

O reconhecimento profissional aliado à busca por direitos e exercício da cidadania, que neste caso refere-se ao direito a participação social e acesso aos direitos sociais, foi ressaltado como fator decisivo na aliança que as pescadoras fazem com a colônia.

Depois que eu entrei para Colônia fiquei atualizada de tudo que tenho direito. As reuniões e palestras que recebemos são importantes para conhecer nossos direitos. Eu participo sempre que posso. Gostaria de ter novas informações, principalmente dos créditos bancários. Já fiz uma vez e ainda estou pagando, mas com certeza farei novamente. É a única oportunidade que temos de investir no nosso trabalho (Alaíde, Pescadora Artesanal em Barreirinha).

A participação foi outro elemento comum nas entrevistas. O direito a participar de uma entidade representativa dos pescadores, segundo as pescadoras, é o ponto de partida para o exercício profissional com todos os pré-requisitos que tornam a profissão legalizada. A legalidade profissional apareceu com destaque, da mesma forma, ao permitir o reconhecimento profissional na luta pela sobrevivência. A cidadania é entendida pelas pescadoras como o direito a participação, reconhecimento profissional e acesso aos benefícios sociais e créditos bancários.

As respostas sobre a motivação para associar-se à entidade representativa dos pescadores variaram. Algumas enfatizam que a associação propiciou *conhecer a cidadania e os direitos sociais*. Quando as abordamos sobre o que viria ser a

cidadania, as entrevistadas afirmaram ser a possibilidade de acesso à “ajuda” do Governo, além do acesso aos direitos sociais, como a aposentadoria.

Os principais benefícios de estar associado como pescadora artesanal, além do acesso ao SDPA estão: auxílio maternidade, aposentadoria, auxílio doença e projetos emergências específicos para a atividade. A necessidade de comprar novos apetrechos de pesca de receber o seguro defeso; o reconhecimento profissional; e, apenas por convite de outros pescadores, apareceram nas respostas. No entanto, o que mais chamou a atenção foi a parcela de pescadoras que veem na associação à Colônia, a possibilidade de obter projetos do Governo Federal e as parcerias com os Bancos. Observamos também, que algumas famílias de pescadoras, possuem os créditos ao amparo da Linha de Crédito de Investimento para Mulheres (Pronaf - Mulher), que tem como alvo o atendimento de propostas de crédito de mulher agricultora, que, como já citado, é uma das atividades realizadas pelas famílias ribeirinhas, conforme a sazonalidade das águas.

A participação nas atividades da Colônia dos Pescadores favorece, segundo elas, o exercício da cidadania e o acesso a direitos não apenas com o acesso ao benefício do seguro defeso, mas também possibilita acesso aos projetos emergências, com os quais podem mediar possíveis imprevistos no cotidiano da pesca. Afirmaram que essa organização possibilita o conhecimento dos direitos e deveres sociais. Com isso, consideramos que a busca em exercer a pesca profissionalmente se dá, em muitos aspectos, pelo acesso que a associação e oficialização da profissão pode dar à incentivos fiscais e aos benefícios sociais. Portanto, ter acesso ao SDPA e ser associado à Colônia dos Pescadores, para as entrevistadas, foi definido como garantia de acesso à direitos.

Sobre as vantagens de ser um associado elas ressaltaram:

Se temos nossa carteirinha de pescador pela Colônia e pelos ministérios, podemos provar que somos pescadoras e as vantagens são muitas. Uma das vantagens em ser associado à Colônia é a possibilidade ter recursos para comprar os apetrechos de pesca. Comprei meus apetrechos de pesca porque fiz projetos no banco. O projeto funciona assim, a gente tem a necessidade, vai até a colônia e eles orientam a gente. Sai pelo banco, mas é dinheiro do Governo. Eu fiz o Pronaf. Vale muito a pena (Maria, Pescadora Artesanal em Barreirinha).

As vantagens de ser associado é o acesso que terei à aposentadoria. Em caso de acidente, eu também posso correr atrás dos prejuízos. Tive conhecimento pelo meu irmão. Nós sempre pescamos juntos, mas agora estamos cada um para seu lado com suas famílias, então ele me incentivou. Foi pelo meu irmão que procurei a Colônia. Mas meu parceiro de pesca é o meu marido mesmo. Antes não tinha como conseguir. Temos acesso a financiamentos para conseguir investir na pesca. Ainda tem os direitos como a aposentadoria, que é o retorno de tudo que a gente trabalhou na vida (Augusta, Pescadora Artesanal em Barreirinha).

Ter acesso aos direitos sociais foi elencado como marco fundamental para a associação. No campo de direitos sociais, a aposentadoria e o auxílio doença e maternidade foram citados, como vantagem da associação. Quando abordadas sobre os principais direitos que possui como pescadora associada à Colônia, a aposentadoria ganha destaque. Na associação e exercício da pesca regular, as pescadoras podem solicitar a aposentadoria com o auxílio da documentação concedida pela Colônia dos Pescadores. Segundo o Programa de Educação Previdenciária (PEP), o benefício previdenciário, o que gera maior procura de informações é a aposentadoria por idade. Diante disso, a legalização da profissão é essencial para a garantia de acesso a direitos.

Eu pesco há muito tempo. Pescava para ter o alimento do dia-a-dia. Hoje é minha profissão por que eu recebo do Governo. Foi reconhecido, né? Mas eu sempre pesquei (Raimunda, Pescadora Artesanal no Município de Barreirinha).

### 3.6. Colônia dos Pescadores e representatividade

Em entrevista, o presidente da Colônia dos Pescadores de Barreirinha, que é associado à Colônia há 28 anos e está à frente da entidade há 2 anos, explica que as principais atribuições da Colônia é “cuidar dos pescadores com orientações, na elaboração de projetos, informações sobre seus direitos, trabalhar com a formação da família e inserir ele na sociedade, como um todo”. Destaca que as principais atividades realizadas são: a realização de assembleias mensais, orientações, Pronafs, projetos diversos para captação de recurso. Também a mediação do acesso ao seguro defeso, auxílio maternidade, aposentadoria dos pescadores.

Ao ser questionado sobre a relação da Colônia com os pescadores associados, o presidente considera ser muito especial: “é bem afinada, porque a gente se dá muito bem. O presidente compreende porque ele veio da mesma área, foi criado e entende da pescaria e conhece o trabalho dos associados, aquilo que ele precisa, aquilo que ele merece”.

A fim de direcionar a entrevista para entender melhor a presença das mulheres na pesca, perguntamos em que momento os administradores da Colônia perceberam que havia um grande número de mulheres se associando à Colônia. Na experiência do Sr. Benedito, esse fato evidenciou-se assim que assumiu a presidência, esclareceu. Percebeu a presença delas e que a procura destas mulheres ocorria por meio de iniciativa pessoal, ou o contato com outros associados, pois ainda não houve, especificamente e exclusivamente um trabalho direcionado para as mulheres, devido às dificuldades em associá-las. Segundo ele, a própria sociedade rejeita, se incomoda, não acredita no trabalho das mulheres.

Na opinião do presidente, as mulheres começaram a associar-se depois que souberam que o direito se estendia além do esposo, que podiam pescar e ainda adquirir o direito a associação e todos os benefícios que acompanham a profissionalização da prática da pesca. “Ela se torna uma cidadã. Se torna uma pessoa mais valorizada e, diante da sociedade, uma pessoa capaz. Ela tem necessidade de ter seu próprio recurso durante o defeso e a colônia trabalha para melhorar o trabalho dessas pescadoras” (Benedito, Presidente da Colônia do Pescadores de Barreirinha).

Quando o assunto abordado foram as dificuldades em associar as mulheres, o presidente argumentou existem várias. Elencou a falta de contribuição das autoridades como a Prefeitura, Câmara e até mesmos dos órgãos públicos responsáveis por emitir documentos como as Secretarias do Estado e Assistência Social, fator este também apontado nas pesquisas de Maia (2009), com os pescadores artesanais de Manacapuru/AM.

Vejo uma falta de interesse desses órgãos em documentar esses trabalhadores. Não só os pescadores, mas também os produtores rurais. A dificuldade encontra-se também na prioridade que dão e há casos em que se dá prioridade aos que pagam. O caboclo fica por último na fila do atendimento. Há a necessidade de tornar mais acessível o ingresso dessas

mulheres nesses órgãos (Benedito, Presidente da Colônia do Pescadores de Barreirinha)

Outro ponto abordado foram os relatos de preconceitos sofridos pelas mulheres pescadoras, no processo de acesso ao seguro defeso. O presidente afirmou que são muitos os preconceitos sofridos por elas nos setores públicos. Segundo ele, o preconceito é manifestado por outras mulheres não pescadoras também, que partem da ideia de que as mulheres não exercem o ofício da pesca. O preconceito por serem mulheres praticando a pesca, foi constantemente relatado pelas pescadoras como algo que dificultava o acesso a direitos como o seguro defeso.

Quando o assunto são as tarefas que a colônia poderia desempenhar, mas não consegue, chamou atenção mais uma vez para a intervenção da administração pública. Para o presidente é necessário tornar mais acessível a documentação para acesso aos benefícios sociais pelas mulheres (os mais citados são auxílio maternidade e seguro defeso).

Ainda sobre a administração da Colônia, perguntei se a Colônia, hoje, trabalha para administrar os pescadores no acesso ao Seguro Defeso. O presidente foi enfático ao afirmar que grande parte do trabalho que desenvolvem se dá na mediação do acesso dos pescadores, ao benefício do seguro defeso. O trabalho vai desde a emissão de documentos para o acesso dos pescadores ao seguro, passando pelos relatórios das espécies e quantidades pescadas para chegar na secretaria do abastecimento, emissão de documentação e retirada de nota do pescado para converter em pagamento do INSS. Apenas após esse processo, a pescadora recolhe o benefício via INSS e então está apto a fazer o seguro defeso, acrescenta o presidente. Diante disso, devido a documentação, o presidente informou que enfrenta muitas dificuldades para cadastrar novos pescadores de ambos os sexos. Nesse processo, a Colônia acaba tendo que interferir e ajudar o pescador a conseguir e reunir os documentos exigidos pela superintendência.

Para o representante da Colônia, a entrada das mulheres na pesca tem construído novos hábitos na vida dessas mulheres e na relação familiar.

A melhoria da vida deles, o empenho e desempenho no lar. A comunicação com o esposo, porque eles voltam a trabalhar unidos. Ela acompanha ele na pesca e lá tem a oportunidade de discutir na pescaria. O marido que vai com sua esposa, ou a esposa que vai com os filhos, enquanto o marido faz outro trabalho, ela sai para colocar a malhadeira, ela sai para pegar o peixe da malhadeira. Isso é até um esporte e a deixa mais feliz no seu casamento, porque é o que ela sabe fazer bem (Benedito, Presidente da Colônia do Pescadores de Barreirinha).

A inserção das mulheres na pesca alterou os papéis na esfera doméstica. Para o presidente da Colônia, mudaram principalmente devido à valorização do trabalho das mulheres e sua participação nas atividades da Colônia.

Ela se sente mais valorizada. Ela tem mais conhecimento nas assembleias, elas são informadas, elas são orientadas como trabalhar. Elas conhecem um pouco do seu direito, um pouco do regulamento da pesca. Ela passa a ser uma pessoa mais esclarecida (Benedito, Presidente da Colônia do Pescadores de Barreirinha)

Quando abordamos o período do defeso, o presidente foi enfático e afirmou que não considera como um período de desemprego, atribuindo isso às características peculiares da região. De acordo com Benedito, os pescadores da Amazônia continuam a pescar mesmo com a proibição. Há uma norma que estipula uma quantidade específica de peixes a serem pescados e, como a maioria se alimenta de peixes, a captura para consumo continua, ao contrário do que acontece em regiões litorâneas.

Não, em nossa região não é um período de desemprego. Porque eles não pescam para vender, mas eles continuam pescando para ter o seu alimento gratuito, porque não é tirado o direito de pescar, apenas tem que obedecer uma porcentagem de pescado diário. Saindo seu recurso, eles (os pescadores) aplicam em outras coisas como melhora da casa, materiais que podem faltar em casa que é de utilidade. Os dois juntos somam um bom recurso. Há uma melhoria muito grande na família (Benedito, Presidente da Colônia do Pescadores de Barreirinha).

A complementação de renda, por meio do exercício de outra atividade foi outro item abordado na entrevista. Há famílias que vivem unicamente da pesca, por causa do tipo de ambiente que habitam. A migração para outro local depende muito

das condições ambientais de cada estação. Mas as famílias tendem a permanecer no local que habitam, caso não sejam obrigadas a migrar.

Sim, há famílias que vivem unicamente da pesca. Aquelas que eu falei que mesmo na cheia permanecem no local que vivem, continuam, mas há aquelas que migram para terra firme, para o caso da água subir além do normal. Às vezes, por cooperação de compadres e familiares, elas acabam migrando para exercer outra atividade (Benedito, Presidente da Colônia do Pescadores de Barreirinha)

Essa realidade indicou para uma outra questão - as principais demandas dos pescadores que procuram a Colônia. A busca por melhoria na atividade foi elencado pelo presidente como a principal, uma vez que o foco dos pescadores é a busca por projetos que possibilitam aprimorar ou otimizar a atividade, dentre eles os projetos junto a rede bancária.

Na realidade, mesmo que seja uma instituição autônoma, a Colônia está sujeita a resoluções da esfera Federal. Para o Governo Federal, a garantia de renda, só tem inchado os recursos da União, uma vez que os beneficiados pelo SDPA aumentam a cada ano (TEIXEIRA e ABDALLAH, 2005; MAIA e PEREIRA, 2010). Entendem que a política tem funcionado para agravar a qualidade de vida das famílias que, efetivamente, sobrevivem da atividade, portanto, deveriam ser repensados os critérios de concessão do benefício (TEIXEIRA e ABDALLAH, 2005).

Para as pescadoras, a prática fica restrita à pesca artesanal de subsistência, enquanto, os homens podem inserir-se em outras modalidades mais comerciais. Isso ocorre em grande parte quando os filhos estão envolvidos e dependendo do contexto, idades dos filhos e relações pessoais, os arranjos podem mudar. O trabalho feminino sempre foi alvo de estudos que comprovam, cada vez mais, sua importância para as famílias, mesmo que envolto de significados (E. ALENCAR, 1993; M. A. MOTTA-MAUÉS, 1993; L. ÁLVARES, 2001). Como Maneschy (2013), entendemos que na produção pesqueira as famílias são o centro da prática, adquirindo significados e arranjos que demonstram os padrões de divisão sexual do trabalho ainda prevalecem.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa provocou múltiplos questionamentos relacionados ao mundo Amazônico, da pesca, do trabalho feminino e do cotidiano das pescadoras artesanais de Barreirinha. Compreender a vida dessas mulheres antes da implementação do seguro desemprego do pescador artesanal, e o que efetivamente mudou, foi um desafio.

Inúmeras vezes ouvi de pesquisadores/professores, que dedicaram anos de suas carreiras a desvendar a Amazônia, que para haver uma aproximação maior da realidade, o pesquisador deve vivenciar todo o processo. Diante disso, o primeiro obstáculo enfrentando foi o conhecer essas mulheres, muitos anos após a instituição da política. Dessa forma, como então saber como a política do seguro defeso modificou o cotidiano?

Apenas com o desenvolvimento do trabalho fui compreendendo que a questão de gênero, que permeou toda a tese, envolvia conhecer as representações sobre os corpos, muito embora a inserção nas políticas seguro desemprego do pescador artesanal contribuísse para uma mudança nos papéis e responsabilidade atribuídas às mulheres, na unidade familiar. Apesar de abordar inúmeras vezes a questão sobre a invisibilidade das mulheres, a pesquisa comprovou que eu estava presenciando uma mudança de paradigmas, no qual as mulheres têm imposto sua presença conforme aumenta o número de mulheres cadastradas, no Ministério da Pesca e Aquicultura. Confirmei esse ponto de vista, ao tratar uma profissão avaliada como de “exclusividade” dos homens. (MALUF, 2001)<sup>35</sup>

Na pesca artesanal, em Barreirinha, foi possível verificar que as mulheres não são “esposas colaboradoras” (SEMPERE e SOUSA, 2008), como ocorre em alguns casos na pesca litorânea, *locus* de luta para superar tal paradigma. Então, como era

---

<sup>35</sup> A descrença de que as mulheres estejam ativas na atividade foi me apresentada pela primeira vez nas afirmações de Witikoski (2007), já citadas no decorrer da tese, e depois durante as orientações enquanto ainda buscava concluir meu mestrado. Depois disso, sempre que alguém me perguntava o tema que estava estudando, me sentia na obrigação de iniciar com a frase “há um entendimento de que mulheres não pescam, então meu tema é ...”. O processo também se deu em superar esse mantra e encontrar essas mulheres em seu habitat natural.

antes do defeso? Salvo algumas modalidades comerciais de pesca artesanal, as mulheres sempre exerceram as mesmas atividades que os homens, quando se trata da pesca em pequena escala. A pesca artesanal é linear e não sofre mudanças drásticas, porque é sempre desempenhada, com os mesmos apetrechos, aliado aos conhecimentos tradicionalmente construídos.

Não encontramos evidência de que a pesca possa ter sido um dia vetada para mulheres. Mas, encontramos papéis definidos conforme conhecemos as ramificações que a prática adquire no cotidiano. Conhecemos as representações, quando ouvimos os relatos de que mulheres significariam um dia de pesca ruim, ou quando ouvimos das pescadoras, sofridas com a discriminação ao usarem batom, esmalte e estarem bem arrumada, em um dia de resolução de questões burocráticas, nos órgãos públicos.

Na descrição dos dias de pescaria, os relatos sobre a necessidade de usar roupas para se proteger do sol, não indicaram que elas poderiam ter que se masculinizar para um dia de trabalho. As pescadoras que tivemos a oportunidade de acompanhar nas horas de pescaria, buscavam proteger-se do sol usando chapéus e, não negamos que, de alguma forma, tenhamos influenciado na forma como elas se apresentaram, por termos solicitado com antecedência, acompanhá-las no trabalho. Mas não observamos que a rotina foi pré-montada porque naquele dia havia expectadores.

Gerber (2013) acredita que a embarcação é uma continuação dos corpos das mulheres pescadoras embarcadas do litoral de Santa Catarina. Concordamos com essa definição, no caso das pescadoras de Barreirinha. Mesmo havendo muitas diferenças entre as pesquisas, a forma como agem no momento da pesca, como conduzem os barcos, como se vestem, como organizam os apetrechos, como tiram o peixe dos rios e falam da prática, caracterizam todo o processo de trabalho. Para as pescadoras, a força e coragem é uma exigência da profissão e por em prática todos os dias, é uma necessidade.

Sobre a invisibilidade das mulheres na pesca, mais uma vez comparamos à pesquisa de Gerber (2013). A invisibilidade feminina é analisada de duas formas. A segunda refere-se ao contexto interno, no qual, as próprias pescadoras, não

reconhecem que sem elas a pesca não se reproduz. Não encontrei evidência de que essa seja uma realidade das pescadoras em Barreirinha, pelo contrário e mais uma vez, o lugar da mulher na pesca artesanal está conquistado, mesmo que seja para a subsistência familiar e sem uma lógica mercadológica como objetivo principal. No entanto, o primeiro ponto elencado por Gerber (2013) esteve presente em todo desenvolvimento do trabalho, ou seja, a visão da prática de quem olha de fora. Membros da sociedade, órgãos públicos, acadêmicos, que possuem ideias preconcebidas sobre a prática e que não conseguem supor que possam haver mulheres pescadoras.

No que se refere a definição de papéis entre homens e mulheres, pude verificar nos discursos, os momentos de trabalho conjunto e trabalho separado. Apontamos no desenvolvimento dos capítulos que há sim a pesca na qual a presença das mulheres é evidente, mas há aquelas na qual mulheres, não entram e realmente são essencialmente praticadas por homens. Essa realidade nos permite construir interpretações e entender um pouco acerca as identidades de gênero predominante (MALUF, 1993).

O que mudou após a instituição do seguro defeso? O poder aquisitivo, sem dúvida. O Governo Federal repassa o valor de um salário mínimo por defeso (o defeso das espécies se estende pelo mês de outubro até março, variando conforme tabela de espécies). Juntamente com os maridos, também pescadores artesanais cadastrados e beneficiados pelo seguro, elas passaram a ser também provedoras do lar. Muitas veem no seguro, o reconhecimento profissional. Cheguei a ouvir que o dinheiro recebido era um salário que o Governo pagava para não pescarem na piracema. Seria o defeso a consolidação de uma relação de trabalho? Não. O defeso não objetiva ser relação trabalhista. É uma política pública, para a qual o pescador é apenas um sujeito que está entre a política do defeso das espécies e o recurso natural. O objetivo da política é a conservação do recurso natural possibilitando ao trabalhador uma renda mínima.

Ainda no que concerne a renda e acesso a tudo que vem com o Registro de Pescador Artesanal, as pescadoras encontram dificuldade no acesso às linhas de crédito. Mesmo que o limite seja de dez mil reais, as exigências são as mesmas como para qualquer cliente de uma instituição bancária. Muitas não possuem meios

para garantir o pagamento ou comprovar que possuem uma renda obtida com o pescado, portanto, acabam sem acessar projetos como o Pronaf. Gerber (2013) considera que, tendo em vista essa realidade, cabe ao Governo Federal analisar os casos, uma vez que o Pronaf é um programa que visa promover a agricultura familiar, incluindo as famílias que sobrevivem da pesca.

O trabalho da pesca demandou interpretações de fatores que podem apresentar-se de forma complexa e variante, de acordo com a modalidade eleita para análise. Vimos que a pesca artesanal ou de subsistência está intrinsecamente associada à reprodução do modo de vida ribeirinho. Nesse contexto, o defeso das espécies apareceu como uma forma de controle social e uso dos recursos pesqueiros, envolvendo as representações simbólicas que constroem o tempo e espaço, associada a questões ambientais e socioeconômicas. As pescadoras, por meio de mapas mentais, direcionam sua prática, quando estipulado o período para defeso. A herança cultural dessas mulheres envolve o conhecimento da dinâmica natural dos rios, os sinais da natureza e a experiência adquirida no dia-a-dia e saberes das gerações anteriores.

As mulheres que encontrei, às vezes envoltas às solicitações dos filhos menores, olhares de canto de olho dos maridos, exibiam sorrisos tímidos e olhos cansados. Não se intimidaram quando revelavam que a nossa conversa envolveria o trabalho que elas desenvolviam. Fizem seus horários, encontramos-nos na Colônia dos pescadores, nas frentes de suas casas, embaixo de árvores, nos seus locais de trabalho, os rios, onde se equilibravam em uma canoa pequena, enquanto miravam o próximo peixe a ser capturado. Pareceu-me que não mediam esforços e eram incansáveis. Não ouvi lamentações sobre o trabalho, mesmo quando houve relato de alguma violência sofrida, preconceito ou dificuldade no trabalho. Essas mulheres fizeram sua trajetória em um mundo tido como masculino. Enfrentam as limitações de seus corpos e determinações imposta por paradigmas culturalmente construídos, traçando estratégias de sobrevivência, na Amazônia.

Estas abordagens não se limitaram à análise das mulheres em relação ao ambiente doméstico, mas ampliam a visão para a conquista de um espaço no mundo do trabalho. Consideramos que, a mulher que busca um espaço no mundo trabalho, não se limita às imposições culturais que limita seu espaço ao ambiente

doméstico. Elas passam a ocupar novas posições no âmbito familiar, ao gerenciarem o capital doméstico, ao ganharem com atividades complementares, exercerem uma atividade profissional, que também seja a base fundamental da sobrevivência familiar e ainda cumprir com as responsabilidades com os filhos e afazeres domésticos.

Consideramos por fim que, as ideias ecofeministas e especialmente da questão de gênero possibilitaram compreender que a inserção das mulheres no mundo do trabalho e nos diversos contextos, adquiriram visibilidade e espaço nos debates políticos, que incluíram aqueles sobre as questões ambientais, no meio rural. Ganharam destaque, a cada década, ao fazer florescer a realidade das relações sociais, mudando, mesmo que paulatinamente, paradigmas culturalmente construídos do “ser mulher”.

## 7. REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ABRAMO, Laís; ABREU, Alice Rangel de Paiva. *Gênero e Trabalho na Sociologia Latino-Americana: uma introdução*. ALAST, São Paulo, 1998.

ALVES, Branca M.; PITANGUY, Jacqueline. O que é feminismo. São Paulo: Abril Cultural, 1985. Coleção Primeiros passos. v. 20.

ALENCAR, Edna Ferreira. Políticas Públicas e (In) Sustentabilidade Social: o caso de comunidades de várzea no alto Solimões. In: *Diversidade Socioambiental nas Várzeas dos Rio Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade*. Pro-várzea, Manaus, 1993.

ALENCAR, E. Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras. In: FURTADO, L., LEITÃO, W.; MELLO, A. F. *Povos das águas, realidade e perspectivas na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993. p. 63-82.

ÁLVARES; SANTOS (Orgs). *Os poderes e os saberes das mulheres: a construção do gênero*, São Luís: EDUFMA/Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Mulher, Cidadania e Relações de Gênero; Salvador, REDOR, 2001.

ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E. ESCOBAR, A. (Orgs). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2000.

AGROSINO, Michael. *Etnografia e observação participante: coleção pesquisa qualitativa*. Bookmam;Artoned, São Paulo, 2008.

ARAUJO, André Vidal. *Introdução à Sociologia da Amazônia*. 2ed. Ed. Valer, Manaus, 2003.

ARAUJO, Iara Maria, LIMA, Jacob Carlos, BORSOI, Izabel Cristina Ferreira. *Operárias no Cariri e violência doméstica*. In: Revista Estudos Feministas. Florianópolis, setembro-dezembro, 2011, p. 705-732.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. Informalidade e relações de gênero. In: GEORGES, Isabel; LEITE, Márcia de P. (Orgs). *Novas configurações do trabalho e economia solidária*, São Paulo, Annablume, 2012.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro; DURÂES, Bruno José Rodrigues. Informalidade e Desproteção Social: uma realidade para a maioria das mulheres trabalhadoras. In: COSTA, Albertina; ÁVILA, Maria Betânia; SILVA, Rosane; SOARES, Vera; FERREIRA, Verônica. (Org.). *Divisão Sexual do Trabalho, Estado e Crise do Capitalismo*. 1 ed. Recife: Edições SOS CORPO, 2010, v. , p. 83-113.

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. *Gênero, Família e Trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. Cap. 1, p. 15-78.

AVELAR, Lúcia, 2002, *Ativismopolítico e Ativismo a distância: Paraondevão as identidades coletivas?*, paper apresentado no GT 22, Anpocs 2002.

AZEVEDO, Cleidimar Ribeiro de; APEL, Marcelo. *Co-Gestão: um processo em construção na várzea amazônica*. ProVárzea/IBAMA, Manaus, 2004.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Volume Único. Nova Fronteira, São Paulo, 2009.

BRUSCHINI, C & UNBENHAUM, S. G. *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Editora 34, 2002.

BRUSCHINI, C.; PUPPIN, A. B. Trabalho de mulheres executivas no Brasil do século XX. In: *Cadernos de Pesquisa*, v. 34. No. 121, p. 105-138. Jan/abr. 2004.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Mulheres e Homens no Mercado de Trabalho Brasileiro: um retrato dos anos 1990. In: MARUANI, Margareth; HIRATA, Helena (Orgs). *As Novas Fronteiras da Desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2003.

BRUSCHINI, Cristina. *Gênero e Trabalho Feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação?* Brasil, 1985 a 1995. Seminário Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios, ABEP e NEPO, Campinas/SP, abril, 1998.

\_\_\_\_\_. *Gênero e Trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação?* (Brasil, 1985/95). In: ROCHA, Rosa Maria B. da (Org). *Trabalho e Gênero: Mudanças, Permanências e Desafios*. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG, 2000.

\_\_\_\_\_. *Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos*. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

BRUSCHINI, C; RICOLDI, Arlene Martinez; MERCADO, Cristiano Miglioranza. *Trabalho e Gênero no Brasil até 2005: uma comparação regional*. In: COSTA, Albertina O; SORJ, Bila; BRUSCHINI, C; HIRATA, Helena (Orgs). *Mercado de Trabalho e Gênero. Comparações internacionais*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2008.

BARTHEM, R. B., PETRERE JR., M.; ISSAC, V.; RIBEIRO, M. C. L. D. B., MCGRATH, D. G., VIEIRA, I. J e BARCO, M. V. *A pesca na Amazônia: problemas e perspectivas para o seu manejo*. In: Valladares-Pádua, C. e Bodmer, R. E. (eds.). *Manejo e conservação de vida silvestre no Brasil*. Rio de Janeiro, MCT/CNPq/ Sociedade Civil Mamirauá, 1997.

BATISTA, Vandik. S.; CHAVES, Ma. do P. Socorro Chaves; OLIVEIRA, Ma. Francenilda G. de; FARIAS JÚNIOR, Charles Henry. *RELATÓRIO PARCIAL DA PESQUISA: Caracterização Socioeconômica da Atividade Pesqueira e da Estrutura de Comercialização do Pescado na Calha do Rio Solimões-Amazonas (Pará e Amazonas – municípios de Belém, Manaus, Tabatinga, Tefé, S. P. de Olivença, Santarém)*. Pró-Várzea: Manaus, 2004.

BOURDIEU, P. *Gosto de classe estilo de vida*. In.: ORTIZ, R. (Org). Pierre Bourdieu: *socialologia*. Editora Ática, São Paulo, 1983.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. *O camponês e seu corpo*. Ver. *Sociologia Política*, Curitiba/PR, 2006, p. 83-92.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 17.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

BUTLER, Judith. *Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo*. In.: *Cadernos Pagu*, n. 11, p. 11-42, 1998. Tradução de Pedro Maia Soares para versão do artigo "Contingent Foundations: Feminism and the Question of Postmodernism", no Greater Philadelphia Philosophy Consortium, em setembro de 1990.

\_\_\_\_\_. "Problema de los géneros, teoría feminista y discurso psicoanalítico". In: NICHOLSON, J. Linda (Org.). *Feminismo/posmodernismo*. Buenos Aires: Feminaria Editora, 1992.

\_\_\_\_\_. "Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo". Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001. p. 151-172.

CARDOSO, D. M. *Mulher, Pesca e Ambiente*. Espaço Científico - Revista do Instituto Luterano de Ensino Superior de Santarém, Santarém, v. 3, p. 65-72, 2002.

COLLING, Ana Maria. *As Mulheres e a Ditadura Militar no Brasil*. In.: *A Questão Social no Novo Milênio*. CES, Coimbra, Portugal, 2004.

CASTRO, Mary Garcia, 1995, "Gênero e poder no espaço sindical", *Estudos feministas*, IFCS/UFRJ-PPCIS/UERJ, vol3, nº1.

CASTRO, Mary Garcia & ABRAMOVAY, Miriam. In: *Gênero e Meio ambiente*, São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO/UNICEF, 1997.

CASTRO, Fábio de; MCGRATH, David. O manejo comunitário de lagos na Amazônia. In: *Parcerias Estratégicas*. No. 12, setembro, 2001 (pdf).

COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Rebeldia e submissão: estudos sobre a condição feminina*. São Paulo: Vértice; FCC/DPE, 1989.

CÓRDULA, E. B. L.; NASCIMETNO, G. C. C. Modismos em Educação Ambiental. *Revista Educação Pública*. Rio de Janeiro, nº 41, out. 2012. < Disponível em: <http://educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/meioambiente/0035.html>. Acesso em: 24 out. 2014 >.

DIAS, T. L. P. *Os Princípios do Ecofeminismo*. < Disponível em: <http://www.nipeda.direito.ufba.br/artigos/pdf/osprincipiosdoecofeminismo>. Acesso em: 16 abr. 2015 >.

DIEGUES, Antônio Carlos Santana. *O mito moderno da Natureza Intocada*. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

FIUZA, Alex Mello. *A pesca sob o capital: a tecnologia a serviço da dominação*. Belém: UFPA, 1973.

FIUZA, Ana Louise de Carvalho. Mulheres nas políticas de desenvolvimento sustentável. In.: *Tempos e lugares de gênero*, BRUCHINI, C.; PINTO, C. R. (Orgs). Editora 34, São Paulo, 2001.

Fleischfresser, Vanessa. *Amazônia, Estado e Sociedade*. Campinas: Editora Autores Associados, 2006.

FURTADO, L. G. Reservas pesqueiras, uma alternativa de subsistência e de preservação ambiental: reflexões a partir de uma proposta de pescadores do Médio Amazonas. In.: FURTADO, L., MELLO, F. e LEITÃO, W. (eds.). *Povos das águas: realidade e perspectiva na Amazônia*. MPEG/UFPA, Belém, 1993.

\_\_\_\_\_. *Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa áreas amazônicas*. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 1993.

\_\_\_\_\_. *Curralistas e redeiros de Maruda: pescadores do litoral do Pará*. CNPq/Museu Emílio Goeldi, Belém, 1987.

FRAZER, Nancy. *Justice interrupte critical reflections nos the "postsocialist" conditions*. Routledge, New York, 1997.

GARCIA, L. G. *Ecofeminismo: a teoria das conexões*. Material Didático da Disciplina de Sociedade e Natureza. Mestrado-PRODEMA/UFPB, 2012. [mimeo]

GERBER, Rose Mary. *Mulheres e o mar: uma etnografia sobre pescadoras embarcadas no litoral de Santa Catarina, Brasil*. Tese de doutorado/UFSC, Florianópolis, 2013.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HALL, S.J. *The effects of fishing on marine ecosystems and communities*. Oxford: Blackwell Science. 1991. [mimeo].

HARTMANN, W. D. Conflitos de pesca em águas interiores da Amazônia e tentativas para sua solução. In: *Encontro de Ciências Sociais e o Mar*. 3. São Paulo, 3-5 abr. 1989

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. In: *Caderno de Pesquisa*, v. 37, no. 132, p. 595-609, set/dez, 2007.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual de trabalho numa perspectiva comparada. In: GUIMARÃES, Nadya Araújo; HIRATA, Helena (Orgs). *Trabalho flexível, empregos precários? Uma comparação Brasil, França, Japão*. São Paulo, Ed USP, 2009.

HOFFMANN, Rodolfo; LEONE, Eugênia Troncoso. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade de renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. *Nova Economia*, nº 14, p 35-58, Maio/Agosto, 2004.

HOCHMAN, Gilberto. O sal como solução? políticas de saúde e endemias rurais no Brasil (1940-1960). *Sociologias*, vol.12, n.24, pp. 158-193. ISSN 1517-4522, 2010.

IANNI, O. Dialética da globalização. In.: IANNI, O. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

KEGOART, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In.: EMÍLIO, Marli; TEIXEIRA, Marilane; NOBRE, Miriam; GODINHO, Tatau (Orgs.).

Trabalho e Cidadania ativa para as Mulheres: desafios para as Políticas Públicas. São Paulo: Prefeitura Municipal Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. p. 55-65.

LEWI, T. Four systems of policy, politics, and choice. In: *Public Administration Review*, 32: 1972.

LEFF, E. Estratégias de Ecodesenvolvimento e do Desenvolvimento Sustentável: racionalização do capital ou reapropriação social da natureza. In.: LEFF, E. *Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável*. Blumenau: Furb, 2003.

LIMA, Tânia Stolze. *Um peixe olhou para mim*. O povo Yudjá e a perspectiva. São Paulo: Unesp: Isa; Rio de Janeiro: NuTI, 2005.

MALDONADO, Simone. *Terra Liberta: hábitos alimentares em Ponta do Meio*. Dissertação (Mestrado). Brasília: UnB, 1986.

\_\_\_\_\_. *Pescadores do mar*. São Paulo: Editora Ática. 1986.

\_\_\_\_\_. *Em dois meios, em dois mundos: a experiência pesqueira marítima*. Tese de doutorado. Brasília: UnB, 1991.

\_\_\_\_\_. *Mestres e Mares. Espaço e indivisão na pesca marítima*. São Paulo: Annablume, 1994.

MANESCHY, Maria Cristina; ALENCAR, Edna; NASCIMENTO, Ivete H. Pescadoras em busca de cidadania. In: ALVARES, Maria Luzia M.; D'INCAO, Maria Ângela. (Orgs.). *A mulher existe?: uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia*. Belém: GEPEM/MPEG, 1995. v. 1. p. 81-96.

MANESCHY, M. C. *As mulheres estão se afastando da pesca?* Continuidade e mudança no papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no litoral do Pará. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Antropologia, v. 11, n. 2, p. 145-166, 1995.

\_\_\_\_\_. *Parceiras de terra: o trabalho anônimo das mulheres na pesca em Vigia*. 1999.

\_\_\_\_\_. Mulheres na pesca artesanal: trajetórias, identidades e papéis em um porto pesqueiro no litoral do Pará. In.: *Mulheres Camponesas: trabalho e engajamentos políticos*. Delma Pessanha Neves; Leonilde Servolo de Medeiros (Orgs). Ed.: Alternativa, Niterói, 2013, p. 41-63.

MAIA, M. B. e PEREIRA, H. S. *A inclusão do pescador nas políticas públicas de seguridade social do trabalhador rural*. 2º Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia. De 13 a 15 de setembro de 2010. UFPA, Belém (PA), 2010.

MAIA, Maria Bernadete R. *Do Defeso da Pesca ao Seguro Desemprego: a Inclusão do Pescador nas Políticas Públicas de Seguridade Social do Trabalhador Rural*. Manaus: UFAM/PPGS, 2009.

MALUF, S. W. *Corporalidade e desejo: Tudo sobre minha mãe e o gênero na margem - 0104-026X*. Revista Estudos Feministas (UFSC. Impresso), Florianópolis, v. 10, n.1, p. 143-153, 2002.

MALUF, S. W.. *Corpo e corporalidade nas culturas contemporâneas: abordagens antropológicas* ISSN 1414-722X. Esboços (UFSC), PPG História/UFSC Florianópolis, v. 9, p. 87-101, 2002.

\_\_\_\_\_. *Encontros Noturnos: bruxas e bruxarias na Lagoa da Conceição*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

MALUF, Marina. *Ruídos de Memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAES, F.; SEVCENKO, N. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3, p. 367-422.

MELLO, A. F. *A pesca sob o capital: a tecnologia a serviço da dominação*. Belém, UFPA, 1985. 296p.

GOMES, Romeu. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. MINAYO, Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; (Orgs). 29ª ed. Editora Vozes, Petrópolis, 2010.

MORÁN, E. F. *Biología e Ecologia Humana na Amazônia: Avaliação e Perspectivas*. Vozes, Petrópolis, 1990.

MOTTA-MAUÉS, M. A. *Trabalhadeiras & camaradas: relações de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica*. Belém: UFPA, 1993. 216p.

MÜLLER, Ricardo G. *Razão e Utopia: Thompson e a História*. S. Paulo: USP, 2000, [mimeo].

MURDOCK, George P.; PROVOST, Catarina. *Factors in the division of labor by sex: a cross – cultural analysis*. In.: *American Ethnologist*, 1973, [mimeo].

NEVES, Delma Pessanha. Mundo Rural e Relações de Gênero. In.: *Mulheres Camponesas: trabalho e engajamentos políticos*. Delma Pessanha Neves; Leonilde Servolo de Medeiros (Orgs). Ed.: Alternativa, Niterói, 20013.

NEVES, Delma Pessanha; MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. Mulheres Camponesas e Reprodução de grupos domésticos. In.: *Mulheres Camponesas: trabalho e engajamentos políticos*. Delma Pessanha Neves; Leonilde Servolo de Medeiros (Orgs). Ed.: Alternativa, Niterói, 20013, p. 17-40.

OTTMANN, Goetz. Habermas e a Esfera Públicas no Brasil. Considerações conceituais. Tradução de Heloisa B. de Almeida. In: *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo: CEBRAP no. 68, 2004.

PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. *Práticas da Memória Feminina*. In.: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 8, n. 18, ago/set. 1989.

\_\_\_\_\_. *Mulheres Públicas*. Unesp, São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_. *Minha história das mulheres*. Editora Contexto, São Paulo, 2007.

PETRERE, M. *Pesca e esforço de pesca no Estado do Amazonas*. II Locais, aparelhos de captura e estatísticas de desembarque. In: *Acta Amazônia*, 1978.

PEREIRA, Henrique dos Santos. *Iniciativas de Co-Gestão dos Recursos Naturais*. Manaus, 2004 (mimeo).

PEREIRA, Maria Fernanda. *Gravidez, corpo e pessoa: a formação da criança na Costa da Lagoa (Florianópolis)*. Dissertação [Mestrado]. Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

PEREIRA, Sónia Maria Ribeiro. *Pesca e turismo na baía de Cascais: relações e influencias*. UNL/FCSH, licenciatura em antropologia, 2010.

PRIORE, Mary del. *História das mulheres no Brasil*. (Org.). São Paulo: Contexto e Edunesp, 1997.

RAPOZO, Pedro Henrique Coelho. *Territórios da Pesca no Rio Solimões: Uso e formas de apropriação comum dos recursos pesqueiros em áreas de livre acesso*. Manaus: PPGS/UFAM, 2010 (mimeo).

REZENDE, F. C. *Por que falham as reformas administrativas?* Rio de Janeiro: FGV, 2004.

RUFFINO, Márcia Regina Calderipe Farias; RUFUNO, Dilton Mota. *Elizabeth Agassiz e a Expedição Thayer: uma reflexão sobre ciência e gênero na Amazônia*. In: *Intersecção de Gênero na Amazônia*. EDUA, Manaus, 2011.

SACHS, Ignacy. *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio-ambiente*. São Paulo: Nobel/Fundap, 1993.

SACHS, Ignacy; MENDES, D. Armando. A inserção da Amazônia no mundo. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence (Org.). *Faces do trópico úmido– conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Cejup: UFLA-NAEA, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *O Poder do Macho*. São Paulo: Moderna, 1987. [pdf].

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abreu, 2004. [pdf]

SANTOS, Geraldo Mendes dos; SANTOS, Ana Carolina Mendes dos. Sustentabilidade da pesca na Amazônia. In: *Estudos Avançados*, no. 19. 2005.

SCHERER, E. F.; SOARES, Sara M.; MOREIRA, Helane. *As pescadoras artesanais do lago dos Reis no Careiro da Várzea: reprodução social, o defeso e os conflitos socioambientais*. 2009.

SCOTT, Russel Parry; CORDEIRO, ROSINEIDE de L. M. *Mulheres em áreas rurais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil*. In.: Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, 2007, maio-agosto, p. 419-423.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. In: *Educação e Realidade*. V. 16. N. 2, Jul/Dez, 1990.

\_\_\_\_\_. *Formas cotidianas de resistência camponesa*. Rev. Raízes, V. 21, no. 1, Campina Grande, 2002.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Encontrando as mulheres nos vãos da história*. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 2, n. 1, jan-jun 2012, pp. 131-157.

\_\_\_\_\_. *Os fundamentos da desigualdade nas relações sociais*. Rev. Perspectiva, São Paulo, 1997, p. 1-68.

SILIPRANDI, Emma. *Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar*. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2000.

SILIPRANDI, Emma. *Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais*. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, v.1, n.1, p.61-71, jan./mar. 2000.

\_\_\_\_\_. *Ecofeminismos: mulher, natureza e outros tipo de opressão*. Encontro Fazendo Gênero 7 – Simpósio Temático n.31. UFSC-Florianópolis, 2006.

\_\_\_\_\_. Mulheres Agricultoras e a Construção dos Movimentos. In.: In.: *Mulheres Camponesas: trabalho e engajamentos políticos*. Delma Pessanha Neves; Leonilde Servolo de Medeiros (Orgs). Ed.: Alternativa, Niterói, 20013.

SMITH, N. J. H. *A pesca no rio Amazonas*. Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico – CNPq/INPA, Manaus, 1979.

SOIHET, Rachel. *História, Mulheres, Gênero: contribuições para um debate*. In: *Gênero e Ciências Humanas: desafios as ciências desde as perspectivas das mulheres*. Org: Neuma Aguiar. Rio de Janeiro: Record: Rosas do Tempo, 1997.

SORJ, B.; FONTES, A; MACHADO, D. C. *Políticas e práticas de conciliação entre trabalho e família no Brasil*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 132. Set/Dez. 2007.

SORJ, B. Trabalho remunerado e trabalho não-remunerado. In: Oliveira, S de; RECAMAN, M.; VENTURI, G. *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1992.

SOUZA, Célia. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta e Marques (Orgs). *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

TABET, Paola. *La construction sociale de l'inégalité des sexes*. Des outils et des corpos. Paris: L'Harmattan, 1998.

TEIXEIRA, G. S. e ABDALLAH, P. R. *Política de seguro-desemprego e pesca artesanal no Brasil: em análise o estado do Rio Grande do Sul e a região da Lagoa dos Patos*. VI Encontro de Economia Ecológica. UNG, Brasília (DF), 2005.

TFOUNI, Leda Verdiani. *Letramento e alfabetização*. São Paulo: Cortez, 1995. – (Coleções questões da nossa época; v. 47).

THOMPSON, Edward P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. *A miséria da teoria*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

\_\_\_\_\_. *História oral e contemporaneidade*. Revista de História Oral, nº.5, 2002, p. 9-28.

THAYER, Millie. *Feminismo transnacional: re-lendo Joan Scott no sertão*. In: Estudos feministas, Florianópolis, CPHH/

TORRES, Iralildes Caldas. *Mulheres Pescadoras e a Resignação do Mito do Panema na Amazônia*. In: Intersecção de Gênero na Amazônia. Edua, Manaus, 2011.

TORRES, Iralildes Caldas. Gênero e Sustentabilidade na Amazônia. In: *O Ethos das mulheres da floresta*. Editora Valer/Fapeam, 2012.

TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. "Arquivos: propostas metodológicas", Usos & Abusos da História oral, Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

VERÍSSIMO, J. *A pesca na Amazônia*. Rio de Janeiro, Livraria Alves, 1895.

WAGLEY, C. *Uma comunidade Amazônica: estudo do homem nos tópicos*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

WITIKOSKI, A. C. *Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais*. Manaus: EDUA, 2007.

WOLF, E. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

WOORTMANN, E. *O trabalho na terra: a lógica e a simbologia da lavoura camponesa*. Brasília:UnB, 1997.

APÊNDICES



Universidade Federal de São Carlos – UFSCar  
 Departamento de Sociologia – UFSCar  
 Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar



Financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do  
 Amazonas – FAPEAM

Questionário de Pesquisa

No.: \_\_\_\_

**Título do Projeto: O Trabalho da Pesca na Amazônia: a inserção da mulher nas políticas de  
 seguridade social do trabalhador rural**

Pesquisador(a): \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**I. Identificação da Entrevistada:**

- 1 – Nome: \_\_\_\_\_
- 2 – Idade? ( ) menos de 20; ( ) 20 a 25; ( ) 25 a 35; ( ) 35 a 45; ( ) 45 a 55; ( ) acima de 55.
- 3 – Local de Nascimento? \_\_\_\_\_
- 4 – Local de residência? \_\_\_\_\_
- 5 – Estado Civil? ( ) casada ( ) solteira ( ) separada ( ) União estável  
 ( ) outro (especificar):  
 \_\_\_\_\_
- 6 – Possui quantos filhos? ( ) 1 a 3 filhos; ( ) 3 a 5 filhos; ( ) mais de 5 filhos.
- 7 – Possui a ajuda de alguém para cuidar dos filhos? ( ) sim; ( ) não.
- 8 – Profissão? \_\_\_\_\_

**II. Nível de Instrução da Entrevistada:**

- 6 – ( ) Alfabetizado 7 – ( ) Fundamental Incompleto 8 – ( ) Fundamental Completo
- 9 – ( ) Médio Incompleto 10 – ( ) Médio Completo
- 11 – ( ) Outro (especificar qual): \_\_\_\_\_

**III. Informações sobre a Prática da Pesca:**

- 12 – Pesca há quanto tempo? A - ( ) de 0 a 5 anos; B - ( ) de 5 a 10 anos; C - ( ) de 10 a 15  
 anos; D - ( ) de 15 a 20 anos; E - mais de 20 anos.

13 – Aprendeu a pescar com quem? (*pode marcar mais de uma alternativa*)

A – ( ) Pai; B – ( ) Mãe; C – ( ) Irmãos; D – ( ) Marido; E – ( ) Outro. Quem?:

---

14 – Quando pesca, pesca: A – ( ) Sozinha; B – ( ) Acompanhada? Com quem?

---

15 – Quando saí para pescar em média demora quanto tempo na pescaria?

A – ( ) de 1 a 5 horas; B – ( ) de 5 a 10 horas; C – ( ) de 10 a 15 horas; D – ( ) de 15 a 20 horas;

E – ( ) acima de 24 horas; F – ( ) de 2 a 3 dias; G – ( ) de 3 a 4 dias; H – ( ) de 4 a 5 dias; I – ( ) cerca de uma semana; J – ( ) outro. Quanto? \_\_\_\_\_

16 – Quais os apetrechos de pesca que usa para pescar? (*O que utiliza para pescar*). (*pode marcar mais de uma alternativa*)

A – ( ) caniço; B – ( ) malhadeira; C – ( ) Arpão; D – ( ) Tarrafa; E – ( ) Outros. Quais?

---

---

17 – Qual o transporte que utiliza para ir para a pescaria? (*pode marcar mais de uma alternativa*)

A – ( ) canoa e remo; B – ( ) barco motorizado; C – ( ) canoa com rabeta;

D – ( ) Outro. Qual? \_\_\_\_\_

18 – Quanto tempo pesca durante o ano? (*meses*).

A – ( ) 1 a 5 meses; B – ( ) 5 a 10 meses; C – ( ) o ano todo.

19 – Caso pesque apenas alguns meses, quais os meses?

---

---

20 – Por mês quanto ganha exercendo a atividade da pesca?

A – ( ) menos de 1 salário mínimo; B – ( ) até 1 salário mínimo; C – ( ) até 2 salários mínimo;

D – ( ) até 3 salários mínimos; E – ( ) mais de 4 salários mínimos.

21 – Exerce outra atividade além da pesca? A – ( ) Sim; B – ( ) Não

22 – Se sim, qual? (*Sugestões: plantações, horta, extrativismo, pomar, etc*).

---

---

---

23 – Existe outra fonte de renda além da pesca? A – ( ) Sim; B – ( ) Não

24 – Se sim, qual?

---

25 – Em média quanto ganha com essa outra atividade?

A – ( ) menos de 1 salário mínimo; B – ( ) até 1 salário mínimo; C – ( ) até 2 salários mínimo;

D – ( ) até 3 salários mínimos; E – ( ) mais de 4 salários mínimos.

**IV – Pesca e Relações familiares:**

26 - Leva os filhos para a pescaria? A – ( ) Sim; B – ( ) Não; C – ( ) Às vezes

27 – Caso não leve o(s) filho(s) para pescaria com quem eles ficam quando sai para pescar?*(pode marcar mais de uma alternativa)*

A – ( ) Irmãos mais velhos; B – ( ) Irmãos mais novos; C – ( ) Tios(as); D – ( ) Pai; E – ( ) outros. Quem? \_\_\_\_\_

28 - Ensina os filhos a pescar? A – ( ) Sim; B – ( ) Não

29 – Acha importante eles aprenderem a pescar? A – ( ) Sim; B – ( ) Não; C – ( ) Outro

\_\_\_\_\_

30 – Se sim, por que é importante que os filhos aprendam a pescar?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

31 – Quer que os filhos sejam pescadores? A – ( ) Sim; B – ( ) Não

32 – Se sim, por que quer que os filhos sejam pescadores?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

33 – Se não, que profissão gostaria que os filhos tivessem? Por quê?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**V – Participação nas Entidades Representativas dos Pescadores:**

34 – É associada a alguma entidade representativa dos pescadores? Qual?

\_\_\_\_\_

35 – A quanto tempo é associada?

A – ( ) menos de 1 ano; B – ( ) de 1 a 2 anos; C – ( ) de 2 a 3 anos; D – ( ) de 3 a 4 anos; E – ( ) mais de 5 anos

36 – O que a levou a buscar se associar a entidade representativa dos pescadores?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

37 – Quais as vantagens de ser associada?

---

---

---

38 – Participa de todas as atividades da entidade que é associada?

A – ( ) Sim; B – ( ) Não; C – ( ) Às vezes

39 – Quais as principais atividades que participa? (*pode ser mais de uma alternativa*)

A – ( ) reuniões; B – ( ) palestras; C – ( ) Cursos; D – ( ) Outro. Qual?

---

40 – Considera importante ter uma entidade que a represente? Por que?

---

---

---

## **VI – Cidadania e Relações de Trabalho**

41 – Quais os benefícios (direitos) que possui como pescadora?

---

---

---

42 – Sofreu algum preconceito quando resolveu se associar a entidade representativa?

A – ( ) Sim; B – ( ) Não

43 – Que tipo de preconceito?

---

---

44 – Já ouviu falar que mulher na pescaria dá azar?

A – ( ) Sim; B – ( ) Não

45 – Se sim, de quem ouviu?

---

46 – Acredita que possa dar azar a pescaria? Por quê?

---

---

---

47 – Já ouviu falar da “panema”?

A – ( ) Sim; B – ( ) Não

48 – Se sim, o que é a “panema”?

---

---

---

49 – Acredita na “panema”?

A – ( ) Sim; B – ( ) Não

50 – Algum dia ouviu que era “panema”?

A – ( ) Sim; B – ( ) Não

51 – Alguma vez já ouviu dizer que uma pescaria não foi boa por causa da “panema”?

A – ( ) Sim; B – ( ) Não

52 – Se ouviu, acredita que a pescaria não foi boa por causa da “panema”?

A – ( ) Sim; B – ( ) Não

53 – Acha que a quantidade de peixe que pesca em uma pescaria é boa?

A – ( ) Sim; B – ( ) Não; C – ( ) Às vezes

54 – Acredita que as vezes em que não foi boa a pescaria foi por causa:

A – ( ) da “panema”; B – ( ) porque os peixes estão acabando (escassez)

C – ( ) a época do ano não era boa pra pescar; D – ( ) do lugar que escolheu pra pescar

E – ( ) Outro. Qual? \_\_\_\_\_

#### **VII – Exercício da pesca e recursos naturais**

54 – O que sabe sobre o período do “defeso”?

---

---

---

55 – Quais são os meses de defeso?

---

56 – Sabe quais as espécies que estão no defeso? A – ( ) Sim; B – ( ) Não; C – ( ) Algumas

57 – Quais as espécies que estão no defeso que conhece?

---

---

---

58 – Qual peixe é mais pescado nas pescarias?

---

---

59 – Qual peixe vende mais?

---

---

60 – Aonde vende os peixes que costuma pescar?

---

---

61 – Na época do defeso costuma parar de pescar?

A – ( ) Sim; B – ( ) Não

62 – Se sim, por quê?

---

---

63 – Se não, por quê?

---

---

64 – Acha importante respeitar a época do defeso? A – ( ) Sim; B – ( ) Não

65 – Por quê?

---

---

---

### **VIII – Atividade da Pesca e o benefício do Seguro Defeso**

66 – Recebe o seguro defeso há quanto tempo?

A – ( ) menos de 1 ano; B – ( ) de 1 ano a 2 anos; C – ( ) de 2 a 3 anos; D – ( ) de 3 a 4 anos

E – ( ) a mais de 5 anos

67 – Como teve conhecimento de que poderia receber o seguro?

---

---

68 – Encontrou alguma dificuldade para receber o seguro defeso? Qual?

---

---

69 – Quais as vantagens de receber o seguro defeso?

---

---

70 – Tem algum outro direito além do benefício? A – ( ) Sim; B – ( ) Não

71 – Se sim, quais?

---

---

72 – Além dos direitos que possui o que poderia ter a mais?

---

---

73 – O seguro defeso garante que os pescadores não pesquem durante o período do defeso?

A – ( ) Sim. Por quê?

---

---

\_\_\_\_\_ B – ( ) Não. Por quê?

---

---

74 – Proibir a pesca na época da reprodução das espécies garante a preservação das espécies?

A – ( ) Sim. Por quê?

---

---

---

\_\_\_\_\_ B – ( ) Não. Por quê?

---

---

---

75 – O que faz com o dinheiro do seguro defeso? (*pode marcar mais de uma alternativa*).

A – ( ) utiliza para a sobrevivência da família durante a época da proibição da pesca.

B – ( ) compra novos instrumentos para a pescar.

C – ( ) Guarda.

D – ( ) Para dívidas feitas com a atividade da pesca.

E – ( ) Paga dívidas feitas com outras atividades.

F – ( ) Outro. Qual?

---

## **Roteiro para Entrevistas com Pescadoras – Pesquisa de Campo**

### **1 – Descrever as primeiras horas do seu dia:**

- Quem prepara o café da manhã?
- As crianças vão para a escola?
- Quem prepara as crianças para a escola?
- Quem prepara o almoço?
- Seu marido sai para pescar todos os dias?
- Além da pesca qual outro trabalho que ele faz?
- Está em casa quando as crianças retornam da escola?
- Quando não está em casa com quem seus filhos ficam?
- Pesca quantas vezes por semana? Quais dias da semana?
- Quando não está em casa quem prepara as refeições para os filhos?
- Seu marido ajuda nas tarefas de casa (preparar o almoço, limpar a casa, cuidar dos filhos, etc).
- Quando está em casa em que seu marido trabalha?

### **2 – Descrever rotina quando está pescando:**

- Qual sua rotina de trabalho pela manhã em casa quando não está pescando?
- Quando sai para pescar quem prepara o café da manhã?
- Quem arruma as crianças para a escola?
- Quem prepara o almoço?
- Quem recebe as crianças quando chegam da escola? Quem fica com elas?
- Que horas sai para pescar geralmente?
- Pesca com quem?
- Os filhos vão para a pescaria juntos ou ficam em casa?
- Fica quanto tempo na pesca? Passa mais de um dia pescando?

**3 – Descrever a rotina na pescaria:**

- Quantas horas leva pra chegar no local da pesca?
- Usa que tipo de transporte?
- Pesca acompanhada? De quem?
- Quando chegam no local da pesca qual a primeira coisa que fazem?
- O que fazem para ter um bom dia de pescaria? O que é necessárias para ter um bom dia de pescaria?
- Quando pesca acompanhada divide as tarefas? Descreva.
- Como é quando pesca com o marido? Fazem as mesmas coisas ou dividem as tarefas? Descreva.

**4 – Descrever rotina após o retorno da pescaria:**

- Como decidem que já é hora de parar de pescar e retornar?
- Como é o retorno? Ainda fazem tarefas como organização dos peixes em cambadas antes de retornar, quando estão retornando ou quando chegam em casa ou no local de venda do peixe?
- Como guardam os peixes antes de vender?
- Sempre vendem peixes frescos ou esperam outro dia pra vendê-los?
- Quem conduz a canoa na ida e na volta? Usam remo ou rabeta?
- Quem guarda os apetrechos de pesca após terminada a pescaria?
- Quando algum apetrecho de pesca seja danificado na pescaria que concerta?
- Quando o apetrecho não tem concerto quem decide que é hora de comprar outro? Seu marido ou a senhora?
- Quem prepara o pescado para vender?
- Quem vende o pescado?

**5 – Descrever a rotina quando chega em casa, pós pescaria e lembranças:**

- Que horas chega em casa depois de um dia de pescaria?
- Quando chega, ainda vai fazer alguma tarefa de casa? Quais?

- Os filhos precisam da sua atenção quando chega em casa? (Ex: jantar, tarefas da escola, etc).
- O que seu marido faz quando chega de um dia de pescaria?
- O peixe que pescam também é a refeição da sua família?
- A senhora diria que come mais carne ou peixe?
- Quando decidem que é o momento de sair novamente para pescar ou pesca todos os dias?

### **6 – Memórias da pesca:**

- A sua mãe pescava? (Se sim fazer as outras perguntas)
- Lembra dela pescando?
- A senhora pesca como ela pescava?
- A senhora pescava com ela?
- Além de pescar o que mais ela fazia?
- Houve um momento em que a senhora disse que passaria a praticar a pesca profissionalmente ou sempre foi assim?
- O que mudou na sua vida depois de entrar para a pesca?
- O que mudou no dia a dia da sua família após entrar para pesca?
- Depois que começou a pescar as relações familiares mudaram?

ANEXOS

